



UFRJ

REFORMAS ECONÔMICAS, REPRESENTAÇÃO DE INTERESSES E
ARTICULAÇÃO COM O ESTADO: A PERCEPÇÃO DE LIDERANÇAS
EMPRESARIAIS E SINDICAIS NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

Ana Lúcia da Costa e Silva

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciência Política, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Ciência Política.

Orientadora: Eli Diniz

Rio de Janeiro

Dezembro/2002

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

REFORMAS ECONÔMICAS, REPRESENTAÇÃO DE INTERESSES E ARTICULAÇÃO
COM O ESTADO: A PERCEPÇÃO DE LIDERANÇAS EMPRESARIAIS E SINDICAIS
NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

Ana Lúcia da Costa e Silva

Orientadora: Eli Diniz

Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-graduação em
Ciência Política, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, da Universidade Federal
do Rio de Janeiro - UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do
título de Mestre em Ciência Política.

Aprovada por:

Presidente, Prof^a. Eli Diniz

Prof^a. Charles Pessanha

Prof^a. Maria Antonieta Leopoldi

Rio de Janeiro

Dezembro/2002

Silva, Ana Lúcia da Costa e.

Reformas econômicas, representação de interesses e articulação com o Estado: a percepção de lideranças empresariais e sindicais no Brasil contemporâneo / Ana Lúcia da Costa e Silva. Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS, 2002.

x, 123f.: il.; 30 cm.

Orientadora: Eli Diniz

Dissertação (mestrado) – UFRJ/IFCS/Programa de Pós-graduação em Ciência Política, 2002.

Referências Bibliográficas: f. 119-123.

1. Reformas econômicas orientadas para o mercado. 2. Relação Estado-sociedade. 3. Estrutura de representação de interesses. I. Diniz, Eli. II. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Programa de Pós-graduação em Ciência Política. III. Reformas econômicas, representação de interesses e articulação com o Estado: a percepção de lideranças empresariais e sindicais no Brasil contemporâneo.

REFORMAS ECONÔMICAS, REPRESENTAÇÃO DE INTERESSES E ARTICULAÇÃO
COM O ESTADO: A PERCEPÇÃO DE LIDERANÇAS EMPRESARIAIS E SINDICAIS
NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

Ana Lúcia da Costa e Silva

Orientadora: Eli Diniz

Resumo da Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-graduação em Ciência Política, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, da Universidade Federal do Rio de Janeiro-UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Ciência Política.

Este estudo apresenta as percepções de lideranças empresariais e sindicais de setores industriais integrantes da cadeia produtiva do petróleo sobre a reconfiguração do Estado brasileiro implementada ao longo do governo de Fernando Henrique Cardoso (compreendendo o período 1995-2001), bem como sua avaliação dos canais de encaminhamento de demandas ao setor público e da estrutura de representação dos interesses. Os resultados da pesquisa mostram que ambos os segmentos, muito embora assumam posições diferentes ao avaliar as reformas orientadas para o mercado, entendem ser necessário que o Estado promova condições de competitividade para a indústria nacional, que sejam semelhantes às desfrutadas pela concorrência internacional. Com relação à percepção da existência de canais para encaminhamento de demandas ao poder público, observa-se um grande desequilíbrio entre as lideranças empresariais e sindicais, sendo que os últimos se vêem totalmente excluídos do processo de formulação de políticas, mesmo as que afetam mais diretamente os trabalhadores. Por outro lado, os dirigentes de associações empresariais, mesmo tendo oportunidade de encaminhar suas demandas em assuntos setoriais, percebem que o empresariado não tem um papel ativo quando se trata de questões mais abrangentes, de caráter supra-setorial. Isso é visto como decorrência não apenas do estilo de decisões do governo, como também da incapacidade do empresariado em se articular em torno de temas de interesse mais amplo. Por fim, destaca-se a percepção da necessidade de se romper com a antiga estrutura corporativa brasileira, posição assumida principalmente pelas lideranças sindicais, que defendem o fim da contribuição sindical obrigatória e da unicidade sindical.

Palavras-chave: lideranças empresariais; lideranças sindicais; reformas econômicas; articulação Estado-sociedade; estrutura de representação de interesses.

Rio de Janeiro

Dezembro/2002

ECONOMICAL REFORMS, INTEREST REPRESENTATION AND STATE
ARTICULATION: PERCEPTION OF BUSINESS AND UNION LEADERSHIPS IN THE
CONTEMPORARY BRAZIL

Ana Lúcia da Costa e Silva

Orientadora: Eli Diniz

Abstract da Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-graduação em Ciência Política, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Ciência Política.

This essay presents the perceptions of business and union leaderships of industrial sectors in the petroleum productive chain on the reconfiguration of the Brazilian State, implemented during Fernando Henrique Cardoso administration (comprising the period of 1995-2001), as well as their evaluation of the demand direction channels to the public section and of the structure of interests representation. The results of the research show that both segments, although assuming different positions when evaluating the marketing guided reforms, understand that it's necessary the promotion of conditions of competitiveness for the national industry by the State, similar to the international ones. Regarding the perception of existence of demand direction channels to the public power, a great unbalance is observed among the business and union leaderships, this last feeling totally excluded of the politics formulation process, even the ones that affect the workers directly. Business association leaders, even having the opportunity to direct their demands in sectorial subjects, feel that the business community won't have an active role in open subjects of upper-sectorial type. This is not only seen as a consequence of the style of the government's decisions, but also as a consequence of the incapacity of the business community in articulating about themes of wide interest. Finally, stands out the perception of the need of breaking the old Brazilian corporate structure, place assumed mainly by the union leaderships, that defend the end of the obligatory union contribution and union singleness.

Keywords: business leaderships; union leaderships; economical reforms; State-society articulation; structure of interest representation.

Rio de Janeiro

Dezembro/2002

Para quem virá.

Agradecimentos

Apesar de fruto de um esforço solitário, este trabalho só pôde se tornar realidade porque pude contar com muitos colaboradores, diretos e indiretos. Inevitavelmente, não será possível aqui citar todos eles. Aos que forem esquecidos, peço de antemão minhas desculpas.

Gostaria de agradecer, primeiramente, aos professores do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, pelo convívio, pela apresentação de novas idéias, pela revelação de novas interpretações e novos caminhos para pensar as antigas idéias. Registro meu agradecimento especial a Prof. Ingrid, pela dedicação e esforço em criar um programa de qualidade e também pelo carinho e atenção com que me tratou em todas as ocasiões. Espero ter sido capaz de corresponder à altura. Sou muito grata também ao Francisco, que conseguiu resolver os problemas administrativos que perduravam semestre após semestre. É também graças a sua dedicação que pude chegar até aqui.

Não posso deixar de registrar minha enorme gratidão à Prof. Eli Diniz, minha orientadora. À admiração intelectual que eu já nutria, esses meses de trabalho conjunto fizeram somar também um imenso respeito pessoal. Pela seriedade, firmeza, incentivo e compreensão, meu muito obrigada.

Obrigada também aos professores Charles Pessanha e Maria Antonieta Leopoldi, por abrilhantarem minha banca.

Agradeço aos meus colegas do mestrado, cujo convívio me fez tanta falta nesses últimos meses, em que já não tínhamos mais os encontros regulares durante as aulas. Foram dois anos de uma convivência intelectualmente produtiva e, acima de tudo, muito feliz.

Deixo um agradecimento especial aos meus entrevistados, que me presentearam com seu tempo e atenção. E também a equipe de secretárias, assistentes e funcionários em geral das instituições contatadas, pela paciência e apoio na marcação das entrevistas.

Foram também muitos os amigos que me ajudaram nessa empreitada. Entre eles, não posso deixar de mencionar meu querido amigo Paulo Bahia, pelo incentivo de décadas, minhas irmãs Cristina e Rosi, e o inigualável Daniel.

Por fim, agradeço a minha mãe e minhas irmãs, por tudo, e a Alexandre e João Pedro, pelo convívio dos últimos meses e pela compreensão das últimas semanas.

SUMÁRIO

Introdução.....	1
Capítulo 1. Metodologia	5
Capítulo 2. Reforma do Estado e representação de interesses	11
Reforma do Estado	11
Pluralismo e corporativismo	15
As reformas orientadas para o mercado.....	20
Articulação Estado-sociedade	25
Capítulo 3. Empresários e trabalhadores	32
Capítulo 4. O Governo Fernando Henrique Cardoso – Principais acontecimentos (1995-2001)	38
Capítulo 5. A execução das reformas liberais: convergência e contraste na percepção das lideranças empresariais e sindicais.....	49
Reformas econômicas: estabilização monetária, liberalização comercial e privatização	49
Flexibilização da legislação trabalhista	61
O novo modelo de Estado: o que foi e o que deveria ter sido feito	66
Articulação entre setor público e privado.....	73
Representação de interesses	82
Política industrial e câmaras setoriais	94
Perspectivas para a cadeia produtiva do petróleo	99
Prioridades para o próximo governo	108
Conclusões	114
Referência bibliográfica	119

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Decomposição do Investimento em Exploração, Produção e Refino de Petróleo.....	6
Tabela 2 – Sindicatos de trabalhadores, por filiação à central sindical, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação – Brasil – 2001.....	10
Tabela 3 – Avaliação de iniciativas para o desenvolvimento	34
Tabela 4 – Prioridades de políticas de reforma do Estado.....	35
Tabela 5 – Arrecadação com a privatização estadual (1996-2001)	41
Tabela 6 – Evolução do PIB (1995-2001)	43
Tabela 7 – Arrecadação com a privatização total (1991-2001).....	44
Tabela 8 – Resultado das licitações	45
Tabela 9 – Percentual que os trabalhadores recebem do total pago pelos empregadores	62
Tabela 10 – Fatores de variação da dívida pública brasileira (1994-2001)	71

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Taxa geral de desemprego aberto (1994-2001)	43
Gráfico 2 – Participação dos trabalhadores com carteira assinada na população ocupada (1982-1999)	62

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Os dois estágios da liberalização econômica: da mudança das regras à mudança das instituições.....	23
---	----

RELAÇÃO DE ABREVIATURAS

Abitam – Associação Brasileira da Indústria de Tubos e Acessórios de Metal
ALERJ – Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro
ANP – Agência Nacional do Petróleo
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CGT – Confederação Geral dos Trabalhadores
CLT – Consolidação das Leis do Trabalho
CNC – Confederação Nacional do Comércio
CNI – Confederação Nacional da Indústria
CNT – Confederação Nacional do Transporte
Confaz – Conselho Nacional de Política Fazendária.
Cut – Central Única dos Trabalhadores
Fiem – Federação Interestadual dos Metalúrgicos dos Estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo
Fiemg – Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais
Fiergs – Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul
Fiesp – Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos
Firjan – Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro
FMI – Fundo Monetário Internacional
FUP – Federação Única dos Petroleiros
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBP – Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás
MST – Movimento dos Sem Terra
OIT – Organização Internacional do Trabalho
Onip – Organização Nacional da Indústria do Petróleo
PCdoB – Partido Comunista do Brasil
PDT – Partido Democrático Trabalhista
PFL – Partido da Frente Liberal
PIB – Produto Interno Bruto
PSB – Partido Socialista Brasileiro
PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira
PT – Partido dos Trabalhadores
Sinaval – Sindicato Nacional da Indústria Naval
Sindipetro – Sindicato dos Petroleiros do Estado do Rio de Janeiro
URV – Unidade Referencial de Valor

1. INTRODUÇÃO

A forma como se dá a articulação entre o Estado e a sociedade é um dos temas centrais da teoria democrática. E, dentro da variada gama de interesses que devem se fazer representar junto ao Estado, os interesses de classe assumem, nas sociedades capitalistas, um papel central.

No Brasil, não se pode pensar na representação de interesses sem se analisar o arranjo corporativista introduzido na década de 30 por Getúlio Vargas e sua reconfiguração ao longo do tempo, até os dias atuais. Um dos primeiros pontos a ser observado é que o modelo corporativista brasileiro incorporou ao processo político trabalhadores e empresários de maneira desigual, com o favorecimento dos segundos em detrimento dos primeiros. Tratava-se de uma estrutura bipartite, criando espaços institucionais para a negociação direta entre o empresariado e o Estado¹.

Mais ainda, historicamente o corporativismo brasileiro caracterizou-se por uma estrutura segmentada, com pouca ou nenhuma articulação entre os diversos setores produtivos².

Se o corporativismo brasileiro traz, de sua origem, essas duas características – não incorporação efetiva dos trabalhadores e dispersão setorial – outros aspectos viriam a comprometer ainda mais sua eficácia como instrumento de articulação dos interesses.

Ao longo da década de 1990, o legado corporativista de Vargas foi sendo desmontado, fechando-se os acessos institucionais do empresariado às decisões de natureza econômica no interior do aparelho estatal. Agrava ainda essa situação as significativas transformações verificadas na relação capital-trabalho, como decorrência do processo de globalização e do surgimento de um novo paradigma tecnológico³.

¹ REIS, Bruno P. W. Corporativismo, pluralismo e conflito distributivo no Brasil; DINIZ, Eli, *Globalização, reformas econômicas e elites empresariais*.

² DINIZ, Eli, *Globalização, reformas econômicas e elites empresariais*.

³ *Ibid.*

Diante desse quadro, uma questão que vem à tona refere-se à possibilidade de criação de novos mecanismos institucionais para viabilizar a participação dos grupos de interesse na formulação das políticas públicas. Mas a estruturação e o funcionamento das instituições políticas são afetados pelas crenças e opiniões da sociedade e, em especial, daquelas pessoas mais envolvidas na vida política – os líderes e os líderes em potencial⁴.

As transformações pelas quais passou o Estado brasileiro na última década introduzem um elemento completamente novo na relação Estado-sociedade. Para se pensar essa relação, é necessário agora situá-la no contexto de um novo modelo de Estado.

No presente estudo são apresentadas as percepções sobre essas questões de lideranças empresariais e trabalhistas de setores industriais do Rio de Janeiro relacionados à cadeia produtiva do Petróleo. Trata-se de um setor especialmente importante para a economia estadual. Em 1999, apenas a extração de petróleo representou cerca de 32% da produção industrial do estado, computando-se a indústria extrativa e de transformação⁵. Para se ter uma idéia do peso do Rio de Janeiro na indústria petrolífera, cerca de 80% da produção de petróleo da Petrobras é oriunda da Bacia de Campos⁶.

Os resultados obtidos permitem confrontar a posição dos dois segmentos frente a reestruturação da agenda pública promovida ao longo do governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, que reconfigurou o Estado brasileiro – com o abandono do antigo modelo de forte presença do Estado na economia.

No Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, foram apresentadas, em linhas gerais, as propostas do governo para a reforma do Estado brasileiro. Nele, são relacionados como inadiáveis os seguintes objetivos:

(1) o ajustamento fiscal duradouro; (2) reformas econômicas orientadas para o mercado, que, acompanhadas de uma política industrial e tecnológica, garantam a concorrência interna e criem as condições para o enfrentamento da competição

⁴ DAHL, Robert. *Poliarquia*.

⁵ Fonte: Fundação Centro de Informações e Dados do Rio de Janeiro-CIDE (site www.cide.rj.gov.br)

⁶ Fonte: Petrobras (site www.petrobras.com.br).

internacional; (3) a reforma da previdência social; (4) a inovação dos instrumentos de política social, proporcionando maior abrangência e promovendo melhor qualidade para os serviços sociais; e (5) a reforma do aparelho do Estado, com vistas a aumentar sua "governança", ou seja, sua capacidade de implementar de forma eficiente políticas públicas⁷.

Na pesquisa agora apresentada, nossa atenção foi focada para o segundo ponto apresentado. As entrevistas foram centradas, assim, nas políticas implementadas durante o governo Fernando Henrique Cardoso relacionadas às reformas econômicas orientadas para o mercado. Foram abordadas, especificamente, a priorização da estabilização da moeda, a privatização de empresas estatais e a abertura comercial – políticas implantadas no primeiro mandato, entre 1995 e 1998. No que tange ao segundo mandato (no período compreendido entre 1999 e 2001), foi abordada a flexibilização das leis trabalhistas – que representa mais uma tentativa de liberalização da relação capital-trabalho, projeto que o governo não logrou implementar no primeiro mandato – haja vista sua relevância para o universo pesquisado.

Nesse sentido, o presente estudo pretende contribuir para uma melhor compreensão do posicionamento de dois importantes atores sociais – lideranças empresariais e trabalhistas de setores industriais do estado do Rio de Janeiro relacionados com a cadeia produtiva do petróleo – frente à agenda pública adotada pelo governo Fernando Henrique Cardoso e à reestruturação do Estado brasileiro ocorrida no período, verificando ainda a existência ou não de convergências no que se refere às expectativas quanto às prioridades do próximo governo, o que pode revelar a presença de uma pauta comum que sirva de base para a negociação entre os atores.

Por outro lado, foram levantadas as percepções das lideranças industriais e sindicais sobre a articulação com o Estado, verificando como os dois atores avaliam os canais de encaminhamento de suas demandas junto ao poder Executivo e Legislativo. Esse tipo de articulação está relacionada não apenas com o grau de permeabilidade da tomada de decisões dos dois poderes frente às associações de classe como também ao modelo de representação dos interesses

⁷ Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado, versão eletrônica (disponível no site www.presidencia.gov.br), 1995:6

de classe existente no Brasil. Nesse sentido, a pesquisa contemplou também a avaliação dos entrevistados sobre a estrutura de representação de interesses ora em vigor.

Dessa forma, tem-se um painel abrangente sobre as percepções frente ao novo modelo do Estado brasileiro, ao modo como vem-se processando a articulação entre o Estado e esses dois segmentos da sociedade ao longo da implementação desse modelo, bem como à adequação ou não da estrutura de representação dos interesses frente a essa articulação.

No próximo capítulo, farei uma breve descrição da metodologia utilizada na pesquisa, indicando ainda quais foram as entrevistas realizadas e os critérios utilizados para a escolha das associações incluídas. Os principais conceitos utilizados no estudo são expostos em seguida. O capítulo 4 é dedicado à apresentação dos resultados de outros estudos realizados junto a lideranças empresariais e trabalhistas tendo como foco os assuntos aqui abordados. A seguir, apresento um breve relato sobre os principais acontecimentos ao longo do governo Fernando Henrique Cardoso, entre 1995 e 2001, que permitem situar temporalmente muitos dos aspectos abordados pelos entrevistados. No capítulo seguinte, temos a apresentação dos resultados obtidos no trabalho de campo, organizados de acordo com os tópicos incluídos no roteiro das entrevistas. Por último, apresento minhas conclusões sobre o estudo.

2. METODOLOGIA

O trabalho que estamos apresentando aqui tem um caráter exploratório. A pesquisa realizada pretende ser mais um indicador de caminhos que uma rota de viagem. Assim, a partir dos resultados aqui apresentados, acredito ser possível vislumbrar a realização de diversas pesquisas, explorando alguns dos tópicos aqui abordados. Tratando-se de uma pesquisa exploratória, optei pela realização de entrevistas em profundidade, não apenas por se mostrar a técnica mais apropriada ao estudo proposto, mas também por permitir aproveitar minha experiência pessoal com esse tipo de pesquisa.

As entrevistas obedeceram a um roteiro pré-estabelecido, abordando os temas propostos⁸. Entretanto, pela própria dinâmica da técnica, as entrevistas transcorreram com fluidez, sendo freqüente a inversão da ordem dos tópicos abordados ou a maior concentração junto a alguns dos itens, em função do interesse ou vivência do entrevistado. Todas as entrevistas foram gravadas, não tendo havido por parte de nenhum dos entrevistados ressalvas à utilização de gravador, nem tampouco qualquer manifestação de receio quanto à divulgação do teor das entrevistas. Esse fato contrasta enormemente com o processo descrito por Renato Boschi para realização de entrevistas junto à elite industrial brasileira em meados da década de 1970⁹. Isso mostra o quanto a democracia faz diferença para os pesquisadores sociais que se aventuram a investigar as percepções sobre os governos. Mesmo assim, para preservar meus informantes, nenhum deles será identificado aqui. Assim, ao transcrever os depoimentos, limitei-me a identificar a associação a qual pertencem.

As entrevistas foram realizadas junto a lideranças de associações empresariais e trabalhistas de setores da indústria fluminense que integram a cadeia produtiva do petróleo, que é composta, além do próprio setor de petróleo, por seus fornecedores de bens e serviços.

⁸ O roteiro utilizado encontra-se reproduzido na seção de Anexos.

⁹ BOSCHI, Renato. *Elites industriais e democracia*: 133-146.

Estudo realizado pelo Instituto de Economia da UFRJ para a Onip permite identificar os principais setores impactados pelos investimentos em exploração, produção e refino de petróleo. Na tabela abaixo, está indicada a distribuição de cada real investido na atividade entre os integrantes da cadeia produtiva do petróleo, o que reflete o poder de encadeamento da indústria sobre a produção de bens e serviços na economia brasileira. A estimativa foi feita considerando-se um investimento anual da ordem de US\$ 3,7 bilhões e um incremento anual da ordem de 5% na produção doméstica de petróleo¹⁰.

Tabela 1 – Decomposição do Investimento em Exploração, Produção e Refino de Petróleo

Nome do Setor	Principais produtos	Composição Setorial %
Peças e Outros Veículos	Embarcações, peças e acessórios	27,29
Petróleo e Gás	Perfuração, perfilagem e cimentação de poços	17,17
Serviços Prestados à Empresa	Levantamento geofísico, serviços técnicos especializados	14,86
Máquinas e Equipamentos	Serviços de instalação industrial, turbinas, turbo-compressores, árvore de natal molhada	14,43
Material Elétrico	Geradores, linhas flexíveis, cabos elétricos	6,46
Siderurgia	Tubos e perfis de aço	5,74
Construção Civil	Construção civil	5,62
Equipamentos Eletrônicos	Sistemas de medida e controle (instrumentação), computadores	3,57
Outros Metalúrgicos	Tanques, obras de caldearia pesada, estruturas metálicas, peças fundidas e forjadas	2,16
Químicos Diversos	Explosivos, preparados químicos	0,69
Mineral Não Metálico	Cimento	0,52
Instituições Financeiras	Seguros	0,50
Indústria Têxtil	Amarras	0,40
Elementos Químicos	Gases industriais	0,22
Comércio	Comissões e corretagens	0,14
Metalurgia Não Ferrosos	Tubos, conexões, fios e cabos não revestidos de cobre e alumínio	0,10
Artigos Plásticos	Tubos, cordas e peças de plástico	0,08
Transportes	Afretamento	0,05
Total		100,00

Fonte: Petrobras, Onip, PUC/ANP - ONIP. *Impacto econômico da expansão da indústria do petróleo.*

¹⁰ ONIP. *Impacto econômico da expansão da indústria do petróleo.*

Como no Brasil a maior parte da produção é *off-shore*, um dos setores mais atingidos é o que engloba a indústria naval, recebendo mais de ¼ dos investimentos.

Deve-se levar em conta, ainda, os impactos indiretos do investimento, ou seja, seus reflexos nas cadeias produtivas de cada um dos fornecedores da indústria do petróleo. O setor de Siderurgia, por exemplo, é um importante fornecedor dos setores de Peças e Outros Veículos, Máquinas e Equipamentos, entre outros.

Nesta pesquisa, foram contemplados os seguintes setores: indústria de petróleo, indústria naval, indústria siderúrgica e indústria metalúrgica. Também foram incluídos no estudo uma associação empresarial e uma trabalhista de caráter mais abrangente, agregando vários setores.

Na escolha das associações, foram consideradas tanto as integrantes da estrutura corporativa oficial quanto as associações extra-corporativas, de criação e afiliação voluntárias. A seleção dos entrevistados dentro das associações deu-se em função das características de cada uma delas. Como observado por Diniz e Boschi, referindo-se às associações empresariais, muitas dessas entidades apresentam diretores executivos, com graus variados de autonomia e importância política. Em alguns casos, têm-se dirigentes profissionais *que desempenham até mesmo as atividades políticas da entidade. Outras entidades mantêm empresários na posição de presidente e diretores em posições remuneradas, embora o grau de profissionalização apresente alguma variação*¹¹. Muito embora a presença de dirigentes profissionais seja mais freqüente em associações extra-corporativas, os autores relatam experiências de profissionalização das diretorias também nas entidades pertencentes ao quadro corporativo oficial. Em cada associação, foi entrevistado o presidente – ou o ocupante do cargo equivalente à presidência, nos casos em que a entidade não conta com este cargo – ou seu principal dirigente profissional.

¹¹ DINIZ, Eli e Renato Boschi. *Reformas econômicas e perspectivas do capitalismo no Brasil dos anos 90*: 16.

Foram realizadas 11 entrevistas, todas elas durante a campanha presidencial de 2002, a maioria antes da realização do primeiro turno das eleições.

Entre as associações empresariais, foram realizadas entrevistas junto às seguintes entidades:

- Associação Brasileira da Indústria de Tubos e Acessórios de Metal-Abitam (entrevista nº 1) – em 27 de setembro de 2002.
- Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro-Firjan (entrevista nº 2) – em 18 de outubro de 2002.
- Instituto Brasileiro de Petróleo-IBP (entrevista nº 3) – em 4 de outubro de 2002.
- Organização Nacional da Indústria do Petróleo-Onip (entrevista nº 4) – em 5 de agosto de 2002.
- Sindicato Nacional da Indústria Naval-Sinaval (entrevista nº 5) – em 20 de setembro de 2002.

Dessas entidades, a Firjan e o Sinaval integram a estrutura corporativa oficial, enquanto as demais são associações extra-corporativas. Deve-se ressaltar que a Onip representa uma nova forma de organização empresarial, constituindo-se numa associação de associações, que engloba associações de classe e órgãos governamentais.

Entre as associações trabalhistas, foram incluídas as que se seguem:

- Central Única dos Trabalhadores/RJ-Cut/Rio (entrevista nº 6) – em 10 de setembro de 2002.
- Federação Interestadual dos Metalúrgicos Est. Rio de Janeiro e Espírito Santo-Fiem (entrevista nº 7) – em 11 de setembro de 2002.
- Federação Única dos Petroleiros-FUP (entrevista nº 8) – em 6 de agosto de 2002.
- Programa Integrar (entrevista nº 9) – em 24 de setembro de 2002.

- Sindicato dos Metalúrgicos de Niterói (entrevista nº 10) – em 14 de outubro de 2002.
- Sindicato dos Petroleiros do Estado do Rio de Janeiro-Sindipetro¹² (entrevista nº 11) – em 18 de setembro de 2002.

Com relação às entrevistas junto a entidades trabalhistas, os Sindicatos dos Metalúrgicos de Niterói e o Sindicato dos Petroleiros integram a estrutura corporativa oficial, sendo as restantes instituições extra-corporativas. O Programa Integrar é uma associação trabalhista voltada ao treinamento e capacitação de metalúrgicos.

Deve-se observar que as entidades trabalhistas, no geral, congregam nos sindicatos e associações de metalúrgicos vários setores que, nas associações empresariais, têm representação independente. Assim, os sindicatos e associações de metalúrgicos englobam o complexo eletroeletrônico, o setor de bens de capital, o complexo automotivo, o setor de autopeças, o setor naval, a indústria aeronáutica, o setor siderúrgico, o setor de alumínio e o setor de fundição¹³.

Outro ponto a se ressaltar é que todas as entidades trabalhistas incluídas no estudo são filiadas à CUT. Isso decorreu do fato de que a maioria dos sindicatos e associações relacionados aos setores industriais incluídos no estudo serem filiados à entidade. É o que ocorre, por exemplo, com os sindicatos dos metalúrgicos dos municípios do Rio de Janeiro, Niterói e Angra dos Reis. Ou ainda com os sindicatos de petroleiros do Rio de Janeiro e de Duque de Caxias.

Essa situação, por outro lado, reflete a importância da CUT no estado do Rio de Janeiro, que reúne cerca de 63% dos sindicatos filiados a alguma central sindical, conforme se observa na tabela abaixo.

¹² O sindicato não inclui os trabalhadores do município de Duque de Caxias, que possui sindicato independente. Está também em criação o sindicato dos petroleiros do Norte-fluminense, para representar os trabalhadores da área da Bacia de Campos.

¹³ DIEESE. Diagnóstico do complexo metal-mecânico brasileiro.

Tabela 2 - Sindicatos de trabalhadores, por filiação à central sindical, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - Brasil - 2001

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Sindicatos de trabalhadores								
	Total	Filiados (%)							Não-filiados à central sindical
		Total	Central sindical					Outra central sindical	
			CAT (1)	CGT (2)	CUT (3)	FS (4)	SDS (5)		
Brasil	11 354	37,9%	2,0%	5,6%	66,0%	19,4%	6,7%	0,4%	7 051
Norte	838	49,2%	1,0%	8,5%	69,9%	12,1%	7,8%	0,7%	426
Nordeste	3 186	44,2%	0,8%	4,5%	81,7%	8,5%	4,5%	0,1%	1 778
Sudeste	3 492	37,7%	2,4%	5,0%	49,8%	34,4%	7,4%	0,9%	2 176
Minas Gerais	1 223	29,6%	2,2%	4,1%	72,4%	18,0%	3,3%	-	861
Espírito Santo	196	28,6%	-	8,9%	73,2%	7,1%	10,7%	-	140
Rio de Janeiro	503	33,4%	4,8%	6,0%	63,1%	11,9%	13,7%	0,6%	335
São Paulo	1 570	46,5%	2,2%	4,9%	33,7%	49,9%	7,8%	1,5%	840
Sul	2 817	27,5%	3,7%	5,5%	59,8%	21,3%	9,4%	0,3%	2 041
Centro-Oeste	1 021	38,3%	2,6%	7,9%	71,9%	12,3%	5,4%	-	630

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de População e Indicadores Sociais, Pesquisa Sindical 2001.

Nota: Exclui empregadores urbanos e rurais e agentes autônomos.

(1) Central Autônoma dos Trabalhadores. (2) Confederação Geral dos Trabalhadores. (3) Central Única dos Trabalhadores. (4) Força Sindical. (5) Social Democracia Sindical.

3. REFORMA DO ESTADO E REPRESENTAÇÃO DE INTERESSES

3.1. Reforma do Estado

O conceito moderno de Estado, aqui entendido como *forma de poder público separada do governante e dos governados, constituindo a suprema autoridade política no interior de um território definido*¹⁴, envolve uma questão fundamental que não pode ser ignorada no debate sobre a reforma do Estado, qual seja, a sua dimensão constitucional, que faz com que tanto governados quanto governantes estejam igualmente submetidos à lei¹⁵.

Um ponto importante a ser considerado aqui refere-se à questão do Estado ser entendido como uma variável dependente ou independente. Stepan¹⁶ salienta que os dois principais modelos analíticos do Estado – o pluralista liberal e o marxista clássico – tratam o Estado como variável dependente.

Para o liberalismo, em linhas gerais, o mercado é o mecanismo que regula as relações sociais. Deixar que todos os indivíduos ajam livremente em busca da realização de seus interesses pessoais resultaria em maximização da riqueza da sociedade como um todo. Qualquer interferência do Estado na economia acarretaria, ao final, em empobrecimento coletivo. Caberia ao Estado apenas garantir que a competição seja efetiva, proporcionando igualdade de condições para participação no mercado livre. As desigualdades sociais resultariam da maior capacidade e diligência de alguns. Mais ainda, as tentativas de interferir no mercado para reduzir as diferenças sociais não apenas não apresentariam os resultados esperados como poderiam, ainda, interferir na eficácia do mercado como instrumento regulador da sociedade e propiciador do progresso.

O modelo marxista clássico também trata o Estado como variável dependente, sendo resultado do modo de produção de uma dada sociedade. Nessa perspectiva, o Estado nada mais é do que um instrumento de dominação de classe. Trata-se de parte de uma super-estrutura determinada pelo econômico.

¹⁴ SKINNER, Quentin. *As fundações do pensamento político moderno*: 620-1.

¹⁵ DINIZ, Eli. *Globalização, reformas econômicas e elites empresariais*.

¹⁶ STEPAN, Alfred. *Estado, Corporativismo e Autoritarismo*.

Nas sociedades capitalistas, o Estado é apropriado pela classe burguesa como meio de dominação e exploração do proletariado. Stepan salienta que, sendo abolidas as distinções de classe, o pensamento marxista clássico *partilha com o liberalismo clássico a presunção de que a sociedade pode essencialmente ser auto-dirigida internamente*¹⁷.

Esta pressuposição do Estado como variável dependente tende a levar a *uma negligência sistemática tanto do papel do Estado em tomar iniciativas políticas independentes, como do impacto da política do Estado sobre a estrutura da sociedade*¹⁸. Pode-se afirmar que essa visão está por trás da postura corrente de se ignorar a dimensão política ao se tratar da reforma do Estado – que é então vista como um ajuste técnico e objetivo a transformações exógenas ao Estado. Ao se admitir um caráter autônomo ao Estado, torna-se possível, contudo, perceber a importância da dimensão política nesse debate. *Quando se tem o Estado por um dos protagonistas centrais de um processo de transformação, envolvendo seu modo de relação com a sociedade, está-se diante de uma questão que é política por excelência*¹⁹.

Ao se recuperar a dimensão política, a reforma do Estado, evidentemente, não pode mais ser pensada em termos puramente conjunturais, como resposta a imperativos de ordem econômica, mas *em estreita associação com os temas da governabilidade democrática e do aperfeiçoamento institucional do país, em contraposição aos fatores de natureza puramente contábil, ligados à redução de despesas e à ampliação das receitas*²⁰.

Assim, ao analisarmos a reforma do Estado, estamos nos referindo a um modelo específico de Estado, qual seja, o Estado democrático. O'Donnel²¹, ao conceituar democracia, refere-se tanto à dimensão do regime quanto à do Estado. Ou seja, um Estado não pode ser considerado democrático simplesmente por ter

¹⁷ *Ibid.*: 45.

¹⁸ *Ibid.*: 38.

¹⁹ SOLA, Lourdes. Reformas do Estado para qual democracia? O lugar da política: 25.

²⁰ DINIZ, Eli. *Globalização, reformas econômicas e elites empresariais*: 41.

²¹ O'DONNELL, Guilherme. Teoria democrática e política comparada.

canais de acesso às principais posições de governo com características democráticas. É necessário também que o próprio Estado seja democrático.

Se afirmamos (...) que para haver um regime democrático é preciso existir uma delimitação territorial e, no mínimo, direitos legalmente estabelecidos que protejam algumas liberdades “políticas”, isto quer dizer que deslocamos o foco da análise do regime para o Estado. (...) Na medida em que o sistema legal sustenta a aposta democrática, bem como um regime baseado em eleições competitivas e algumas liberdades simultâneas, esse sistema jurídico e o Estado do qual faz parte são democráticos. A “democraticidade” é, portanto, um atributo do Estado, não só do regime²².

Nesse sentido, deve-se pensar a Reforma do Estado como uma ação orientada para a construção de um Estado democrático, uma tarefa que, como salienta Lourdes Sola²³, afeta não apenas as elites governamentais e a classe política mas também a sociedade como um todo.

O'Donnell destaca três dimensões do Estado que constituiriam três vertentes da crise do Estado enfrentada por diversos países da América Latina e de outras regiões ao longo das décadas de 1980 e 1990: *do Estado enquanto um conjunto de burocracias capaz de cumprir suas obrigações com eficiência razoável, da efetividade de sua lei; e da plausibilidade da afirmação de que os órgãos do Estado normalmente orientam suas decisões segundo algumas concepções do bem-público*²⁴.

Para o autor, as tentativas de reforma do Estado voltadas unicamente para a redução das despesas de custeio da primeira dessas dimensões – a burocracia estatal – vem trazendo como conseqüência a destruição das duas outras vertentes, a legal e a da legitimação ideológica. Isso porque, ao se buscar simplesmente reduzir o tamanho do Estado, isso não leva, no mais das vezes, a uma burocracia enxuta e capaz de conduzir o desenvolvimento econômico necessário para que se tenha uma maior equidade social, mas, ao contrário, à redução da força do Estado, ou seja, de sua capacidade de estabelecer a legalidade sobre todo o seu território. E a redução da força do Estado leva ao

²² *Ibid.*: 618-9.

²³ SOLA, Lourdes. *Op. cit.*

²⁴ O'DONNELL, Guillermo. Estado, democratização e alguns problemas conceituais: 127.

surgimento e/ou crescimento das denominadas *áreas marrons*, aquelas áreas que não estão englobadas na dimensão pública legal²⁵.

Diniz aponta três fatores que levaram à crise do Estado brasileiro a partir da década de 1980: *o desequilíbrio entre a hiperatividade decisória e a incapacidade de implementação da burocracia governamental, o déficit de accountability acumulado ao longo do tempo e a privatização do Estado*²⁶.

Assim, a crise de governabilidade recorrente no período que se seguiu ao final do regime autoritário de 1964 não teria sido apenas conseqüência do descompasso entre demandas crescentes por parte da sociedade e a incapacidade do Estado de atendê-las, explicação usual para a crise do Estado. Ao contrário, o desequilíbrio observado dá-se entre a capacidade exacerbada do Estado de tomar decisões e a sua impossibilidade de implementá-las. O segundo aspecto refere-se à inexistência histórica de instrumentos de *accountability* que levem os governantes e a burocracia estatal a prestar contas de suas ações.

Mas o ponto que mais nos interessa, aqui, diz respeito ao terceiro componente, a privatização do Estado. A inexistência de arenas institucionalizadas de mediação de conflitos e representação de interesses coexiste com um processo de *diluição das fronteiras entre o público e o privado*²⁷. Evidentemente que a captura das agências e esferas estatais se dá em favor dos interesses que detêm o poderio econômico, em detrimento daqueles historicamente excluídos das decisões políticas e dos benefícios do Estado.

O que se observou no Brasil, ao longo da década de 1990, foi que esses aspectos não foram considerados no processo de reforma do Estado. No governo Collor, o que se verificou, ao contrário, foi justamente o desmantelamento do Estado, pela demissão e aposentadoria em massa de funcionários públicos, levando a uma maior desqualificação dos serviços prestados. Durante o governo Fernando Henrique Cardoso, a dimensão política e a preocupação com a consolidação e aperfeiçoamento democrático foram mais uma vez postos de lado.

²⁵ *Ibid.*

²⁶ DINIZ, Eli. *Globalização, reformas econômicas e elites empresariais*: 42.

²⁷ *Ibid.*: 47.

As ações foram voltadas prioritariamente para o enfrentamento da crise fiscal do Estado.

3.2. Pluralismo e Corporativismo

A contraposição entre público e privado está presente – implícita ou explicitamente – na própria conceituação de Estado. Ao definir sociedade civil, Norberto Bobbio²⁸ utiliza dois modelos: uma definição negativa, afirmando que a sociedade civil envolve as relações sociais que estão fora das regulações do Estado, e uma definição positiva, que diz que a sociedade civil é o local onde surgem os conflitos que as instituições estatais devem resolver. Os sujeitos desses conflitos são as classes sociais e suas associações, os grupos de interesse.

Pode-se afirmar que é o grau de intervenção do Estado na forma como os grupos irão apresentar e negociar seus interesses – resolver seus conflitos – que distingue o pluralismo do corporativismo.

O modelo pluralista liberal salienta a importância das associações dos integrantes da sociedade em torno de seus interesses específicos na intermediação da relação entre indivíduo e Estado. As participações em grupos de interesse se cruzam e ultrapassam as questões meramente relativas aos interesses de classe – como questões étnicas, de gênero, religiosas, etc. Esses grupos organizam-se independentemente do Estado e são capazes de interferir nas decisões do governo, permitindo que os interesses da sociedade sejam contemplados em suas ações. A idéia subjacente ao modelo, em especial na tradição pluralista norte-americana, é a de que os conflitos de interesses entre os diversos grupos tendem a uma auto-regulação, reduzindo a questão da importância e autonomia do Estado²⁹.

Outros modelos prevêm um papel mais autônomo do Estado. No modelo estatista orgânico, apresentado por Stepan, o Estado tem um *telos* moral: a busca do bem comum, que não se confunde com os interesses individuais majoritários

²⁸ BOBBIO, Norberto. *Estado, governo, sociedade*.

²⁹ STEPAN, Alfred. *Op. cit.*; NICHOLS, David. *Three varieties of pluralism* e DUNLEAVY, Patrick e Brendan O'Leary. *Theories of the state*.

na sociedade. Assim, o Estado tem um papel central tanto na identificação de qual seja esse bem comum como no desenvolvimento das políticas que levem à sua consecução, *o que deixa aberta a possibilidade de que o Estado pode formular e impor à sua própria iniciativa mudanças importantes na ordem estabelecida para criar uma sociedade mais justa*³⁰.

Apesar de o modelo não ser, por definição, antidemocrático, abre espaço para o autoritarismo, na medida em que o bem comum pode ser identificado racionalmente, não sendo necessária a consulta popular para este fim. Além disso, o que legitima o Estado é a obtenção do bem-estar geral, e não a obediência aos preceitos democráticos.

Stepan enumera, contudo, dois princípios normativos que restringem a ação do Estado. *O primeiro princípio é que, qualquer que seja a sua forma, o Estado deve buscar como seu fim o bem comum.* O segundo princípio, considerado por Stepan historicamente mais importante, é o da subsidiariedade, segundo o qual, *embora o Estado seja a comunidade política mais perfeita, todas as partes componentes (indivíduo, família, associação privada) têm uma função própria adequada dentro do todo orgânico, uma esfera de ação natural que o Estado não deve eliminar*³¹.

O modelo pressupõe, contudo, um papel importante do Estado na forma como esses grupos intermediários irão se organizar, estabelecendo regras e controles para que tenham influência nas decisões políticas. Trata-se, portanto, de grupos semi-autônomos, não totalmente tutelados pelo Estado, mas também não gozando da absoluta liberdade prevista teoricamente pelo liberalismo clássico.

Apesar de usar os termos estatismo orgânico e corporativismo para referir-se a coisas diferentes – *estatismo orgânico é um enfoque normativo da política que também pode ser formulado como um modelo abstrato de governo*, enquanto *corporativismo se refere a um conjunto particular de políticas e disposições institucionais para estruturar a representação dos interesses* – o próprio autor

³⁰ STEPAN, Alfred. *Op. cit.* 59.

³¹ *Ibid.*: 59.

reconhece a forte relação existente entre os dois, já que *o estatismo orgânico está ligado algumas vezes como um guia às políticas corporativistas, mais vezes como uma justificação e, freqüentemente, como uma combinação de guia e justificação*³². Assim, o corporativismo pode ser entendido como um sistema político que encontra no estatismo orgânico seu arcabouço teórico, que o legitima e estrutura.

Trabalhando com a definição de Philippe Schmitter do corporativismo:

O corporativismo pode ser definido como um sistema de representação de interesses no qual as unidades componentes são organizadas num número limitado de categorias singulares, compulsórias, não competitivas, ordenadas hierarquicamente e funcionalmente diferenciadas, reconhecidas e licenciadas (se não criadas) pelo Estado e providas de um monopólio representativo deliberado dentro de suas respectivas categorias observando em troca certos controles em sua escolha dos líderes e articulação de exigências e apoios.³³

Stepan observa que nenhum sistema político atende a todos os requisitos da definição acima. Segundo o autor, *não há nenhum sistema totalmente incorporado*, mas sim sistemas em que em alguns setores (*geralmente na classe operária*) *predominam padrões de representação de interesses corporativistas mais do que pluralistas*³⁴.

Bruno Reis³⁵ rejeita a polarização conceitual entre pluralismo e corporativismo, identificando grande semelhança entre os dois modelos. A base comum dos dois repousaria no reconhecimento da importância dos grupos intermediários na mediação das relações entre o Estado e os cidadãos, como forma de se evitar tanto o arbítrio estatal quanto a atomização individualista da sociedade.

Um segundo aspecto de grande importância refere-se ao papel do Estado como regulador das formas de organização e atuação dos grupos de interesse. Teoricamente, o modelo pluralista prevê a organização espontânea das associações, que, no lugar de atuar de forma subordinada ao Estado, terminam

³² *Ibid*: 71-2.

³³ SCHMITTER P. C., Still the century of corporatism? In: PIKE e Stritch. *The New Corporatism*: 93-4, apud STEPAN, A. *Op. cit.*: 92.

³⁴ STEPAN, Alfred. *Op. cit.*: 96-7.

³⁵ REIS, Bruno. *Op. cit.*

por subordinar as ações deste às resultantes dos conflitos de interesses entre os diversos grupos que compõem a sociedade. No corporativismo, ao contrário, o Estado exerce um papel ativo e fundamental na organização e atuação dos grupos, detendo, assim, o controle sobre a sociedade civil.

Essa pretensa neutralidade do Estado no modelo pluralista vem sendo bastante questionada, sendo freqüente a identificação de um certo grau de interferência do Estado na conformação dos grupos de pressão, mesmo em sociedades classificadas como pluralistas. E mesmo associações surgidas de modo absolutamente espontâneo devem respeitar algumas normas básicas de ação para que tenham legitimada sua participação na tomada de decisões públicas. Por outro lado, Stepan chama a atenção para a presença de organizações de caráter pluralista, mesmo em Estados corporativistas.

Neste ponto, é importante salientar as dimensões pública e privada no relacionamento entre Estado e grupos organizados da sociedade civil. Aqui é interessante observar o que Guillermo O'Donnell chama de caráter bifronte do corporativismo nos Estados burocrático-autoritários, composto por um componente *'estatizante'*, no sentido de que consiste na *'conquista'* por parte do Estado, e conseqüente subordinação a este, de organizações da sociedade civil e um outro componente *'privatista'*, na medida em que consiste, pelo contrário, na abertura de áreas institucionais do próprio Estado à representação dos interesses da sociedade civil³⁶.

Vale retomar a questão de que os grupos de pressão, mesmo quando organizados espontaneamente, sem a interferência do Estado, não podem ser considerados como pertencentes unicamente à esfera privada, se participam na formulação de políticas públicas. Por outro lado, a participação do Estado na organização de grupos não implica, necessariamente, em sua total subordinação ao Estado. E, como salienta Reis, isso pode significar a incorporação de segmentos que, de outra forma, estariam aliçados das decisões políticas, como costuma ocorrer com as organizações de trabalhadores, que normalmente têm

³⁶ O'DONNELL, Guillermo. Sobre o "corporativismo" e a questão do Estado: 3.

chances menores de influenciar a formulação de políticas que os detentores do capital.

Assim, a questão que se mostra mais relevante é o nível de controle que o Estado exerce sobre os grupos, o quanto estes são tutelados ou podem atuar autonomamente na arena política. Por outro lado, Bruno Reis identifica no cerne da questão quanto à polarização pluralismo x corporativismo a freqüente associação do termo corporativismo às experiências fascistas. Desse modo, em grande parte a discussão pode ser reduzida ao debate entre democracia e autoritarismo.

A distinção que resta forte é entre regimes autocráticos e regimes democráticos, entre a possibilidade ou não de o indivíduo optar livremente por sua filiação associativa, entre a menor presença de critérios “adscritivos” de inserção na sociedade – e não mais entre o corporativismo e o pluralismo³⁷.

Dessa forma, quer se fale de pluralismo ou de corporativismo³⁸, está-se falando da mediação da relação entre Estado e membros individuais da sociedade por grupos de interesse, que possuem uma dimensão pública mesmo quando se trata de organizações privadas espontâneas. Sendo ou não regulamentadas pelo Estado, o grau de controle que este exerce sobre essas associações é variável, podendo chegar próximo a uma situação de tutela.

O’Donnell define assim o corporativismo:

Considerarei como ‘corporativismo’ as estruturas com base nas quais se exerce oficialmente a representação de interesses ‘privados’ frente ao Estado, por parte de organizações funcionais (não territoriais) sujeitas pelo menos formalmente, em sua existência e direito de representação, à autorização ou aceitação por parte do Estado, e em que este direito fica reservado à cúpula das organizações, com exclusão de outros canais legitimados de acesso ao Estado por parte do conjunto de seus membros³⁹.

³⁷ REIS, Bruno. *Op. Cit.*: 422-3.

³⁸ Diversos autores trataram dos modelos pluralista, corporativista e neocorporativista. Para um debate mais aprofundado do tema, veja-se, entre outros, CAWSON, Alan. *Corporatism and political theory*, LEMBRUCH, Gerhard. Concertation and the structure of corporatist networks, PANITCH, L. The development of corporatism in liberal democracies. SCHMITTER, Philippe. Neo-corporatism and the State.

³⁹ O’DONNELL, Guilherme. Sobre o “corporativismo” e a questão do Estado: 4.

Essa definição, segundo o autor, é suficiente para abarcar tanto as formas estatizantes quanto as privatistas de corporativismo. O'Donnell refere-se a três modelos de corporativismo, em função do tipo de Estado com o qual se articula a sociedade civil: o corporativismo burocrático-autoritário, o corporativismo do Estado populista e o corporativismo meramente privatista das democracias políticas dos capitalismo centrais. O primeiro modelo distingue-se do populista pela exclusão do setor popular, e do privatista por seu caráter bifronte (estatizante e privatista).

Isso ajuda a compreender como, no caso brasileiro, com a democratização e a não criação de novos arranjos institucionais que canalizassem as demandas da sociedade civil, tenha surgido um modelo híbrido, em que as antigas organizações corporativas passam a dividir espaço com associações espontâneas, de caráter pluralista⁴⁰.

3.3. As reformas orientadas para o mercado

Nas últimas décadas, o liberalismo econômico foi-se consolidando como pensamento dominante por todo o mundo, configurando uma “onda neoliberal”⁴¹. As experiências de reforma do Estado ao longo dos anos 1980 e 1990 nos países em desenvolvimento em geral – como ocorreu em grande parte dos países latino-americanos, entre eles o Brasil – tiveram como pano de fundo, em maior ou menor grau, o chamado “consenso de Washington”. Bresser Pereira destaca as duas principais causas diagnosticadas por essa abordagem – que configura o pensamento neoliberal – para a crise do Estado na América Latina e, conseqüentemente, as duas linhas de ação a serem adotados no processo de reforma do Estado:

De acordo com essa abordagem, as causas da crise econômica latino-americana são basicamente duas: (1) a excessiva intervenção estatal, que se expressa no protecionismo, na regulamentação exagerada e num setor público superdimensionado, e (2) o populismo econômico, caracterizado como indisciplina fiscal: falta de vontade de eliminar o déficit orçamentário. Segundo esse julgamento, as reformas econômicas deveriam, no curto prazo, combater o

⁴⁰ REIS, Bruno. *Op. cit.*; DINIZ, Eli. *Crise, reforma do Estado e governabilidade*.

⁴¹ CRUZ, Sebastião C. Velasco. Alguns argumentos sobre reformas para o mercado; BRESSER PEREIRA. *Crise econômica e reforma do Estado no Brasil*.

populismo econômico e controlar o déficit orçamentário; no médio prazo, deveriam seguir uma estratégia de crescimento orientada para o mercado, isso é, reduzir a intervenção estatal, liberalizar o comércio exterior e incentivar as exportações⁴².

Segundo Palermo⁴³, o nível de adesão ao “consenso de Washington” é um aspecto importante que distingue o curso das reformas orientadas para o mercado na Argentina e no Brasil. No caso argentino, o “consenso de Washington” teria sido adotado como um paradigma de política pública de uma forma radical, o mesmo não tendo se observado no Brasil. O autor indica, entre as explicações para essas diferentes formas de adoção da agenda de reformas orientadas para o mercado, a permanência de resultados positivos do período do Estado desenvolvimentista e a existência de mecanismos de indexação que possibilitavam a manutenção de relativa estabilidade econômica mesmo diante da espiral inflacionária, no caso brasileiro – ao contrário do que ocorreu na Argentina, em que as reformas se deram num quadro de crescente sucateamento do parque industrial local e de caos econômico gerado por surtos hiperinflacionários.

A inexistência de uma sensação de urgência e de necessidade de ruptura abrupta com o passado levou a que se adotasse, no Brasil, uma pauta de reformas gradualista, contando com relativo apoio do empresariado, que, segundo Palermo, teria adotado uma postura ambígua frente às reformas. De um lado, tinha-se a convicção da inexorabilidade do processo de globalização e das reformas orientadas para o mercado. Simultaneamente, os empresários receavam as possíveis conseqüências negativas desse processo para suas atividades. Assim, adotaram uma postura de acomodação ativa frente à agenda de reformas.

Um ponto importante das reformas orientadas para o mercado refere-se ao papel do Estado nesse novo modelo, substituto do Estado desenvolvimentista. A defesa do Estado mínimo vem dando lugar a uma postura menos extremada, em que as reformas orientadas para o mercado não devem implicar num completo esvaziamento do Estado, preservando ou até mesmo recriando sua capacidade de intervenção social.

⁴² BRESSER PEREIRA. Reformas econômicas e crescimento econômico: 31.

⁴³ PALERMO, Vicente. Os caminhos da reforma na Argentina e no Brasil.

A descoberta do mercado não demorará a forçar os países sul-americanos a redescobrirem o Estado. A manutenção e o aprofundamento das mudanças positivas decorrentes da guinada para o mercado exigirão que os Estados ampliem sua capacitação técnica e gerencial para muito além dos níveis atuais. Na maioria dos países da região, até mesmo naqueles que mais avançaram na adoção das reformas de mercado, o Estado continua a desempenhar funções que são mais condizentes com o setor privado, ao mesmo tempo que demonstra uma espantosa incompetência em se desincumbir de funções públicas que lhe são essenciais. (...) A difícil tarefa de criação e reabilitação de instituições indispensáveis do setor público está muito aquém das exigências tanto da nova estratégia econômica quanto dos imperativos políticos impostos pelas frágeis democracias latino-americanas. Como se não bastassem as numerosas causas da instabilidade política da região, nos últimos anos o Estado vem demonstrando exacerbada inaptidão na prestação de serviços públicos básicos. (...) As maiores ameaças à estabilidade econômica – recaída na desordem fiscal e competitividade internacional insuficiente – também decorrem do fracasso em melhorar o desempenho das instituições e políticas públicas existentes⁴⁴.

Bresser Pereira propõe um modelo alternativo ao “consenso de Washington”, por ele denominado de abordagem pragmática ou social-liberal. Trata-se, entretanto, não de uma negação dos preceitos neoliberais, mas de *uma alternativa que com ele compartilha muitas concepções*⁴⁵. Em linhas gerais, além da estabilização monetária e da adoção de reformas orientadas para o mercado, preconizados pelo “consenso de Washington”, a abordagem envolve, por um lado, a solução da crise fiscal, estimulando a formação de poupança pública, que devolveria ao Estado sua capacidade de formulação e implementação de políticas orientadas para o desenvolvimento e, por outro, a definição de qual seria a estratégia adotada pelo Estado para promover esse desenvolvimento. A abordagem pressupõe, assim, que uma economia orientada para o mercado não se confunde com uma economia coordenada unicamente pelo mercado. Ao contrário, mesmo com a liberalização econômica e o afastamento do Estado das atividades produtivas, ainda cabe a este um papel decisivo na economia, *por meio de políticas públicas, por meio de alguma forma de planejamento. Toda economia capitalista é um resultado de um misto de coordenação pelo mercado e pelo Estado*⁴⁶.

⁴⁴ NAÍM, Moisés. Transição para o regime de mercado na América Latina:212-215.

⁴⁵ BRESSER PEREIRA. Reformas econômicas e crescimento econômico: 36.

⁴⁶ *Ibid.*: 45.

Um papel importante do Estado na coordenação do mercado se daria por meio da formulação de políticas industriais. Bresser Pereira ressalta que, apesar de o paradigma neoliberal rejeitar a idéia de política industrial, não se encontram exemplos de países que tenham abdicado totalmente desse instrumento. *Políticas industriais, embora dissimuladas, fazem parte da prática cotidiana do mundo desenvolvido*⁴⁷. Para o autor, contudo, isso não se fará por meio da proteção generalizada. A política industrial e tecnológica deverá lançar mão de subsídios – incluindo financiamento a juros abaixo dos de mercado – a partir de uma análise caso a caso, buscando atingir a competitividade internacional e estando sujeita à avaliação do desempenho individual das empresas contempladas.

Outro ponto que merece ser salientado refere-se ao grau de isolamento do Executivo na implantação das reformas orientadas para o mercado. Segundo Moisés Naím, as reforma econômicas podem ser classificadas em dois estágios, conforme se observa no Quadro 1.

Quadro 1 – Os dois estágios da liberalização econômica: da mudança das regras à mudança das instituições⁴⁸

	Estágio I	Estágio II
Prioridades	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Redução da inflação ▪ Restauração do crescimento 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Redução da inflação ▪ Aumento da competitividade internacional ▪ Manutenção da estabilidade macroeconômica
Estratégias da reforma	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Mudança das regras macroeconômicas ▪ Redução do tamanho e do alcance do Estado ▪ Desmonte de instituições de protecionismo e estatismo 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Criação e reabilitação institucionais ▪ Incentivo à competitividade do setor privado ▪ Reforma da produção, financiamento e prestação de serviços públicos de saúde, educação e outros. ▪ Criação das “instituições econômicas do capitalismo” ▪ Promoção da nova “inserção econômica internacional”

(continua)

⁴⁷ *Ibid*: 49.

⁴⁸ Reproduzido de NAÍM, Moisés. Transição para o regime de mercado na América Latina: 222.

(continuação)

	Estágio I	Estágio II
Instrumentos típicos (alvos da reforma)	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Cortes orçamentários drásticos e reforma fiscal ▪ Liberalização dos preços (inclusive das taxas de câmbio e de juros) ▪ Liberalização do comércio e investimento exteriores ▪ Desregulamentação do setor privado ▪ Criação de “fundos sociais de emergência” fora dos ministérios sociais ▪ Privatizações “mais fáceis” (hotéis, companhias aéreas, algumas indústrias) 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Reforma da legislação e das práticas trabalhistas ▪ Reforma do funcionalismo público ▪ Reestruturação do governo, sobretudo dos ministérios sociais ▪ Revisão do Judiciário ▪ Melhoria da capacidade reguladora (relativa a empresas públicas privatizadas e outros monopólios, antitruste, <i>antidumping</i>, setor financeiro, meio ambiente, área trabalhista, etc.) ▪ Melhoria da capacidade de arrecadação fiscal ▪ Conversão e reestruturação setoriais (indústria, agricultura, bancos, serviços, mineração, etc.) ▪ Privatizações “complexas” (infraestrutura, empresas públicas, mineração, serviços públicos) ▪ Capacitação para promover exportações ▪ Reestruturação das relações entre estados e governo federal

Observa-se que, num primeiro momento, a tendência é pela concentração das decisões no Executivo, em especial por uma burocracia tecnocrática atuando de forma confinada, sem o estabelecimento de canais formais de comunicação com o Legislativo ou a sociedade organizada. Tal situação é vista, por um lado, como conseqüência da urgência com que muitas dessas medidas foram tomadas, diante de um quadro de descontrole inflacionário e caos econômico, não havendo tempo necessário para que a sociedade chegue a um consenso sobre as medidas a serem tomadas⁴⁹. Por outro lado, a simplicidade de execução das primeiras medidas implementadas conferiu singular autonomia política aos governos.

De modo geral, as reformas macroeconômicas latino-americanas foram realizadas com pouca participação e influência da parte do Congresso, do Judiciário, das autoridades locais e estaduais, dos sindicatos do setor público, da burocracia pública e de outros importantes atores. Na maioria dos casos, as reformas foram formuladas e decididas por um pequeno grupo composto pelo

⁴⁹ BRESSER PEREIRA. Reformas econômicas e crescimento econômico: 75.

presidente, o ministro das Finanças, que agia como o “czar da economia” e o presidente do Banco Central. A tendência de “desmonte” das decisões iniciais facilitou a formulação e a implementação dessas reformas com um grau significativo de autonomia política. O lançamento de programas de reforma de estabilização econômica orientados para o mercado impõe imensos riscos e enormes custos políticos. Mas, uma vez decidido, sua execução é relativamente simples⁵⁰.

Entretanto, um segundo momento das reformas implica em maior participação de outros atores sociais, já que as medidas adotadas passam a atingir mais diretamente setores específicos da sociedade – como funcionários públicos, empregados de estatais privatizáveis, entre outros. Esse caráter mais democrático das medidas de consolidação das mudanças econômicas contribuiria para promover maior credibilidade ao processo, já que a participação da sociedade implicaria em maior adesão às reformas, o que desestimularia eventuais retrocessos.

O início da reforma implica ruptura com o passado, a qual tem maior probabilidade de acontecer quando é grande o poder dos formuladores de política. (...) Isso resulta dos efeitos “lua-de-mel” e “mandato”, depois de vitórias eleitorais, ou do uso de poderes legislativos ou decretatórios, porém é mais eficaz quando há delegação explícita de coalizões legislativas.

Na consolidação da reforma institucional, ao contrário, os líderes políticos enfrentam o desafio das expectativas de estabilização em torno de um conjunto de incentivos. Para as reformas terem credibilidade, os agentes econômicos devem estar convencidos de que sua continuidade não dependerá do arbítrio das autoridades ou da oposição. Tal continuidade, obtida sobretudo através de mudanças administrativas, implica novos padrões nas relações Estado-sociedade, distintos dos que facilitam a inovação de políticas; e requer, em última instância, o apoio político de diferentes grupos de beneficiários do setor privado e pelo menos a aquiescência das principais forças políticas que competem no interior do sistema político. Sem essas alianças tácitas ou explícitas entre os políticos, as elites tecnocráticas e os que têm a ganhar com o esforço reformador, as tentativas de reforma estão fadadas ao fracasso⁵¹.

3.4. *Articulação Estado-sociedade*

Eli Diniz identifica nas relações entre Estado e sociedade um fator importante para a crise do Estado brasileiro – e que não foi considerado no processo de reforma do Estado levada a cabo ao longo do governo Fernando Henrique Cardoso, em que predominou a visão reducionista de contenção do

⁵⁰ NAÍM, Moisés. *Op. cit.*: 219-20.

⁵¹ HAGGARD, Stephan. *A reforma do Estado na América Latina*: 95-6.

déficit público por meio da redução/estrangulamento do aparato burocrático e das privatizações.

No contexto latino-americano, o caso brasileiro é ilustrativo do processo de extenuação do Estado como fator de contenção de uma sociedade civil que se expandiu aceleradamente no decorrer das décadas de 70 e 80 e adquiriu crescente densidade organizacional. Por essa razão, o descompasso entre Estado e sociedade deve ser situado no cerne da presente crise. O hiato entre uma institucionalidade estatal rígida, dotada de fraco potencial de incorporação política, e uma estrutura social cada vez mais complexa e diferenciada exacerbou as tensões associadas ao processo de modernização. Instaurou-se um sistema multifacetado e multipolar de representação de interesses, através do qual a sociedade extravasou do arcabouço institucional vigente, implodindo o antigo padrão de controle corporativo do Estado sobre ela⁵².

A desestruturação do antigo sistema de incorporação de interesses por intermédio do Estado não deu origem a um sistema que abrisse novos canais de participação. E o estilo tecnocrático de decisões do Estado, através do insulamento burocrático, não só não se mostrou eficaz para evitar que este fosse capturado por interesses particularistas, como ainda acirrou o divórcio entre Estado e sociedade.

Nesse sentido, é interessante observar a proposta de democracia associativa apresentada por Joshua Cohen e Joel Rogers. Para os autores, é possível aproveitar o potencial dos grupos secundários para o fortalecimento e aperfeiçoamento da democracia, ao mesmo tempo em que se evita que o poder público venha a ser capturado por grupos privados para a defesa exclusiva de seus interesses. Mas isso requer que sejam adotados os arranjos institucionais que conduzam a esse fim.

Associative democracy departs from the observations that groups inevitably play a fundamental role in the politics of mass democracies, that the threat of faction is real and that groups could make a substantial contribution to democratic order. It observes further that the “right” sorts of association do not arise naturally. It then proposes to supplement nature with artifice: through politics, to secure an associative environment more conducive to democratic aims⁵³

⁵² DINIZ, Eli. *Crise, reforma do Estado e governabilidade*: 178-9.

⁵³ COHEN, Joshua e Joel Rogers. *Secondary associations and democratic governance*: 45-6.

Assim, segundo os autores, a escolha dos arranjos institucionais pode estimular a cooperação entre os diversos atores sociais, levando a uma sociedade mais igualitária e justa. Em linhas gerais, três tipos de ações contribuiriam para isso:

1. Promover a representação organizada dos interesses excluídos, nas situações em que ocorre a desigualdade de representação.
2. Estimular os grupos a levar mais em conta outros interesses que não os seus próprios, quando o particularismo dos grupos vai de encontro aos preceitos democráticos.
3. Proporcionar um papel mais ativo de governança para os grupos, naquelas situações em que as associações têm mais competência que o governo.

É sob esse enfoque que pretendo abordar a experiência das câmaras setoriais, não entrando aqui no mérito de sua eficácia na formulação de políticas industriais. Trata-se de uma experiência breve, iniciada no final da década de 1980, tendo sido desativada logo no início do governo Fernando Henrique Cardoso. Independentemente dos resultados atingidos, sua importância repousa no fato de ter rompido – ainda que por um curto período – com a tradição brasileira de corporativismo setorial bipartite, inaugurando *uma sistemática de negociação tripartite em que os trabalhadores aparecem como interlocutores legítimos, determinando, portanto, a ruptura da relação diática e excludente que até então prevalecia*⁵⁴.

Nesse sentido, pode-se dizer que as câmaras setoriais se traduzem numa forma de estimular a representação dos trabalhadores na formulação de políticas públicas, garantindo-lhes um papel que até então lhes era negado. Entretanto, tal fato não garante que as decisões das câmaras setoriais levem em consideração os interesses mais abrangentes da sociedade. Ao contrário, o próprio caráter setorial do corporativismo brasileiro pode induzir a proposição de alternativas de interesse exclusivo dos participantes da negociação, em detrimento de estratégias em conformidade com o interesse público.

⁵⁴ DINIZ, Eli. *Crise, reforma do Estado e governabilidade*: 163.

Ao legitimizar o trabalhador sindicalizado como interlocutor, o mecanismo em que se baseiam as câmaras setoriais permite certamente alargar o âmbito da negociação, mas não significa necessariamente a ruptura com a setorização dos interesses, induzida pela configuração monopolista do mercado, típica do sistema corporativo brasileiro. Não garante, portanto, a prevalência da ótica do interesse público e a subordinação a critérios de teor abrangente e alcance global. Pode ser eficaz para eliminar os acertos diretos entre grandes empresários e governo, abalando a prática do Estado atrelado aos interesses de clientelas privadas, mas não impede automaticamente a continuidade do antigo padrão do Estado a serviço de interesses corporativos organizados⁵⁵.

Outro ponto que merece atenção é o papel das câmaras setoriais como instrumento não apenas de formulação, mas também de implementação de políticas industriais, aumentando as condições de governança econômica. Com isso, a iniciativa criava condições para a superação do hiato entre a formulação e a implementação de políticas públicas, criando um ambiente de consenso e sustentação política que apoiariam a fase de implementação⁵⁶.

Pensando em alternativas de articulação entre os setores público e privado, é interessante observar a proposta de Ignacy Sachs de criação de arenas de negociação com a inclusão de movimentos de cidadãos e associações de caráter geral, paralelamente ao governo, empresariado e sindicatos trabalhistas.

Uma tal participação deve assumir a forma de um diálogo e negociação quadripartite permanentes, em torno de estratégias de desenvolvimento e procedimentos de implantação escolhidos de comum acordo entre os participantes, convertidos em conjuntos de contratos que estabeleçam as responsabilidades dos *stakeholders*, até se chegar a um pacto para o desenvolvimento⁵⁷.

A configuração assumida pelo Estado – mais especificamente no que se refere às formas de relacionamento entre Estado e sociedade – tem um papel decisivo no modo como os diversos grupos de interesse irão ser representados no interior do Estado e contribuir para o aperfeiçoamento democrático.

Nesse sentido, a reforma do Estado pode, ao interferir na forma como este se relaciona com a sociedade, contribuir tanto para o aperfeiçoamento

⁵⁵ *Ibid.*: 163-4.

⁵⁶ *Ibid.*

⁵⁷ SACHS, Ignacy, O Estado e os parceiros sociais:205-6.

democrático, quanto para o desequilíbrio de representação entre os diversos atores sociais.

A prioridade conferida aos aspectos pragmáticos da redução do déficit público no processo de reforma do Estado durante o governo Fernando Henrique Cardoso – ignorando sua dimensão política – fez com que fossem afastados da agenda pública aspectos prioritários da sociedade brasileira, como o crescimento econômico e o combate à desigualdade social. Por outro lado, não foram forjados os canais institucionais que propiciassem a contribuição dos diversos atores sociais, o que facilitou o acesso privilegiado dos interesses mais organizados em detrimento daqueles que dispõem de poucos recursos e menor capacidade de organização.

Assim, ao longo dos anos 1990, primeiramente com o governo Collor e, em seguida, nos dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso, *o círculo do poder decisório tornou-se extremamente restrito, operando sob condições de confinamento burocrático, sem transparência e freqüentemente de forma sigilosa*⁵⁸. A sociedade civil foi isolada das principais decisões de governo.

Tal procedimento teria por justificativa a necessidade de proteger os burocratas de pressões clientelísticas, evitando a captura do Estado por interesses particulares. Trata-se do que Stephan Haggard denomina de *falácia tecnocrática: a idéia de que para resolver complicados problemas de política basta simplesmente retirá-las das mãos dos políticos e das pressões dos grupos de interesse e entregá-las a tecnocratas*⁵⁹. Essa pretensa neutralidade técnica esbarra no próprio fato de que não existe neutralidade na escolha dos burocratas aos quais serão delegadas as decisões técnicas, escolha que obedece a critérios políticos, *o que, em si, já condiciona fortemente a utilização dos instrumentos técnicos de gestão*⁶⁰.

No que se refere aos interesses de classe, tanto empresários quanto trabalhadores tiveram seu espaço de participação nas decisões públicas reduzido.

⁵⁸ DINIZ, Eli. *Globalização, Reformas Econômicas e Elites Empresariais*: 90.

⁵⁹ HAGGARD, Stephan. *Op. cit.*: 71.

⁶⁰ COSTA FILHO, Carlos R. Pio. *Liberalização do comércio*: 181.

Em conseqüência do fechamento dos canais de articulação entre o aparato governamental e os grupos de interesse, os empresários, que haviam participado ativamente da campanha pela retirada do Estado da economia e pela abertura política do regime militar, na expectativa de garantir maior espaço no processo decisório, viram-se, como categoria, diante de uma nova situação de exclusão. Os sindicatos, por sua vez, sofreram um profundo esvaziamento, em decorrência dos efeitos combinados do desenvolvimento do novo paradigma tecnológico, das políticas recessivas e do desemprego crescente. Dessa forma, durante a segunda metade dos anos 1990, no que diz respeito à esfera federal, observar-se-ia o reforço do distanciamento Estado-sociedade⁶¹.

Mas se, como vimos anteriormente, a privatização do Estado está na base da ineficiência do Estado brasileiro, essa questão não se reverteu pelas reformas ocorridas nos anos 1990. A inexistência de arranjos institucionais que canalizem as demandas dos diversos segmentos da sociedade e definam a arena para a mediação dos conflitos facilita a captura do Estado por interesses particularistas, deixando de fora aqueles que mais dificilmente se organizam e se articulam com as esferas estatais – os que estão destituídos do poder econômico e que, portanto, permanecerão impossibilitados de usufruir das riquezas geradas pela nação.

É o que ressalta Costa Filho, ao lembrar que, formal ou informalmente, o Estado será permeável a alguns dos interesses da sociedade. Mas, quando prevalecem os canais informais, a escolha dos grupos incorporados ao processo decisório é feita de forma arbitrária, sem a participação da sociedade.

Qualquer que seja o desenho institucional, este será de alguma forma poroso a alguns dos interesses envolvidos, na forma de representação formal dos atores em arenas corporativas e/ou conselhos técnicos, ou através de interações informais com o aparato burocrático e/ou de *lobbies*. Estas duas últimas formas – contatos informais e *lobbies* – parecem ser as mais prováveis em contextos de enclausuramento burocrático, o que reforça a tese aqui defendida de “viés não representativo” dos processos decisórios em agências insuladas, ou seja, de privilegiamento de alguns grupos em detrimento de outros, sem que os critérios para sua incorporação tenham sido objeto de discussão e acordo⁶².

Essa ausência de arranjos institucionais para a articulação entre Estado e sociedade, assim, leva ao reforço da exclusão de parcelas expressivas da sociedade, implicando no aumento do déficit de cidadania nas suas dimensões

⁶¹ DINIZ, Eli. *Globalização, reformas econômicas e elites empresariais*: 91.

⁶² COSTA FILHO, Carlos R. Pio. *Op. cit.*: 183-4.

social e civil. Desse modo, quando o esforço de reforma do Estado brasileiro foi concentrado na redução do déficit fiscal, instaurou-se uma espiral descendente, em que a consolidação democrática, no lugar de sair fortalecida, foi sendo paulatinamente desvirtuada.

4. EMPRESÁRIOS E TRABALHADORES

O descompasso entre as elites empresariais e sindicais mostra-se flagrante quando se observa os resultados de um *survey*⁶³ realizado por Maria Regina Soares de Lima e Zairo Borges Cheibub entre 1993 e 1994, que apresenta as percepções de segmentos das elites sindicais e do empresariado sobre os rumos ideais para a economia e a democracia brasileira, dentro do contexto de profundas transformações iniciadas na década de 1990.

Tendo sido conduzida no período imediatamente anterior ao abordado na presente pesquisa, trata-se de um importante ponto de partida para a nossa análise. A partir das constatações observadas, iremos contrastar os resultados do presente estudo, completando o ciclo anterior e posterior ao governo Fernando Henrique Cardoso. Evidentemente que se trata de pesquisas conduzidas de formas diferentes, não apenas em termos de metodologia mas também de público pesquisado, já que, ao contrário do *survey* de Lima e Cheibub – que englobou representantes das 800 maiores empresas e principais associações empresariais das regiões Sul e Sudeste e os maiores sindicatos e associações de trabalhadores rurais e urbanos dessas regiões – trataremos aqui apenas com lideranças de associações empresariais e trabalhistas do setor industrial do Estado do Rio de Janeiro. Mesmo assim, o estudo fornece uma visão bastante abrangente das posições dos dois segmentos pesquisados, abordando alguns temas relevantes da agenda de mudanças econômicas do Governo Fernando Henrique Cardoso.

Com relação especificamente à avaliação de iniciativas para o desenvolvimento, é interessante observar não apenas as diferentes posições assumidas por empresários e lideranças sindicais, mas também a relativa

⁶³ LIMA, Maria Regina Soares de e Zairo Borges Cheibub. “Elites Estratégicas e Dilemas do Desenvolvimento”, Relatório de Pesquisa, IUPERJ/Conjunto Universitário Cândido Mendes, outubro de 1994. Utilizamos, aqui, a análise de DINIZ e BOSCHI, Estabilização e Reformas Econômicas no Brasil: A Visão das Elites Empresariais e Sindicais, para os resultados obtidos no *survey*. Foram realizadas 95 entrevistas com empresários e 82 com líderes sindicais, entre outubro de 1993 e março de 1994.

uniformidade das opiniões dos empresários em comparação com as posturas divergentes observadas entre os trabalhadores.

De um modo geral, os empresários tendiam a defender firmemente medidas que visavam fortalecer a economia de mercado – e que foram adotadas no governo Fernando Henrique Cardoso, como a liberalização do comércio exterior, a abertura ao capital estrangeiro, a privatização de estatais e a desregulamentação da economia. Em todos esses itens, mais de 90% afirmou considerá-los importantes. Os líderes sindicais mostraram-se mais inclinados a rejeitar essas iniciativas, com exceção do fim das restrições ao capital estrangeiro, que obteve mais adesões do que rejeição. Mas, mesmo frente aos outros tópicos, entre 1/4 e 1/3 dos sindicalistas adotaram uma posição favorável à sua adoção.

Já quanto ao aumento da participação do Congresso nas decisões de política econômica, observa-se que os sindicalistas foram os mais favoráveis à sua adoção. Perto de 3/4 dos entrevistados consideravam essa uma medida importante para o desenvolvimento, contra apenas 5% que rejeitava a idéia. Entre os empresários, diferentemente, menos da metade da amostra mostrou-se favorável a uma maior participação do Congresso nas decisões econômicas, enquanto 27% a consideraram prejudicial. Como se viu ao longo do governo Fernando Henrique Cardoso, foi mantido o padrão de insulamento burocrático para a formulação das políticas econômicas e houve uma intensificação do uso de medidas provisórias, alijando o Congresso Nacional das decisões, em especial as relacionadas à política macroeconômica.

Tabela 3 – Avaliação de iniciativas para o desenvolvimento* (%)

	Empresários		Trabalhadores	
	Importante	Prejudicial	Importante	Prejudicial
Liberalizar comércio exterior	93,3	5,6	31,6	51,9
Eliminar restrições ao capital estrangeiro	90,1	3,3	41,8	36,7
Privatizar empresas estatais	96,6	-	27,6	48,7
Desregulamentar a economia	97,8	1,1	23,8	53,8
Ampliar participação do Congresso nas decisões de política econômica	47,2	27,0	73,8	5,0

* Resposta à pergunta: “Gostaríamos que o(a) Sr(a) avaliasse as contribuições das seguintes iniciativas para a promoção do desenvolvimento econômico.” Reproduzido de Lima e Cheibub, *op. cit.*, por DINIZ e BOSCHI, Estabilização e Reformas Econômicas no Brasil: A Visão das Elites Empresariais e Sindicais: 119.

Com relação às políticas de reforma do Estado, mais uma vez observa-se um grande descompasso entre as posições defendidas por empresários e sindicalistas, sendo que novamente os empresários mostram-se favoráveis a iniciativas que foram posteriormente adotadas ao longo do governo de Fernando Henrique Cardoso, como a privatização de estatais, o fim da estabilidade do funcionalismo e a privatização dos serviços públicos. Mas, nesse caso, não se observa a mesma confluência de opiniões registrada na avaliação de possíveis iniciativas para o desenvolvimento.

Entre os sindicalistas, contrariamente, quase todas as medidas propostas foram rejeitadas por mais da metade dos entrevistados. Curiosamente, apenas a redução do contingente de funcionários públicos não obteve o mesmo grau de resistência junto a este segmento.

A medida que foi menos aceita, tanto por empresários quanto por sindicalistas – ressalvado que entre os últimos verificou-se rejeição à proposta,

enquanto os primeiros revelaram-se apenas menos favoráveis à iniciativa do que em relação às demais sugeridas – foi a privatização dos serviços públicos.

Tabela 4 – Prioridades de políticas de reforma do Estado* (%)

	Empresários		Trabalhadores	
	Alta prioridade	Nenhuma prioridade	Alta prioridade	Nenhuma prioridade
Privatização das empresas estatais	85,9	-	13,9	51,9
Supressão da estabilidade do funcionalismo	69,6	-	11,4	55,7
Redução do número de funcionários públicos	69,6	-	16,3	37,5
Privatização dos serviços públicos	52,2	-	7,5	58,8

* Resposta à pergunta: “Atualmente discute-se muito a questão da reforma do Estado no Brasil. Na sua opinião, qual o grau de prioridade que deveria ser conferido às seguintes medidas?” Reproduzido de Lima e Cheibub, *op. cit.*, por DINIZ e BOSCHI, Estabilização e Reformas Econômicas no Brasil: A Visão das Elites Empresariais e Sindicais: 121.

Outro aspecto importante do estudo, salientado por Diniz e Boschi, refere-se à valorização, tanto entre empresários quanto entre líderes sindicais, da dimensão institucional da democracia. Essa convergência indica a existência de uma arena, mesmo que reduzida, de negociação entre esses atores sociais. Entretanto, enquanto os sindicalistas demonstram uma expressiva preocupação com a dimensão social da democracia, os empresários revelam menor sensibilidade ao tema⁶⁴.

Os resultados do estudo, quando confrontados com as principais medidas adotadas ao longo do Governo Fernando Henrique Cardoso, reafirmam o apoio dos grupos empresariais à agenda de reformas. Mas também a significativa

⁶⁴ DINIZ, Eli e Renato Boschi, Estabilização e Reformas econômicas no Brasil: a visão das elites empresariais e sindicais

homogeneidade de posições verificada entre os empresários – com expressivo apoio às reformas que conduziram o Brasil a uma economia de mercado – não reflete alguns aspectos importantes da visão do empresariado industrial brasileiro. Se, em linhas mais gerais, verificou-se um consenso nos meios empresariais frente à agenda neoliberal, uma análise mais detalhada permite identificar pontos importantes de dissenso.

Uma pesquisa, baseada em entrevistas em profundidade, conduzida por Diniz e Boschi⁶⁵ junto a lideranças de associações empresariais revela que existe uma clara divisão entre um grupo que se mostra mais favorável à atuação governamental e um outro bem mais crítico, que aponta importantes conseqüências negativas decorrentes da adoção da agenda neoliberal para a indústria brasileira – em especial junto a setores específicos, como autopeças, bens de capital e têxtil – com falências e forte desnacionalização.

A forma abrupta como foi conduzida a abertura comercial não teria permitido que muitas empresas tivessem condições de se adaptar ao novo cenário, levando-as a encerrar as atividades ou ser adquiridas por multinacionais.

Por outro lado, a prioridade conferida ao controle inflacionário – e os instrumentos usados para tal fim – levaram ao abandono de uma visão de longo prazo, em que a corrente que defendia o estabelecimento de políticas orientadas para o desenvolvimento não obteve eco junto ao governo, não vendo suas aspirações incluídas na agenda pública.

Além disso, mesmo aquele grupo mais fortemente identificado com o modelo econômico adotado pelo governo Fernando Henrique Cardoso ressentia-se da não concretização da reforma tributária, identificada como fator fundamental para a completa integração da economia brasileira no mercado internacional, criando as condições de competitividade que viabilizariam o crescimento econômico.

Um outro ponto que merece destaque na pesquisa diz respeito à articulação das lideranças empresariais junto ao Poder Legislativo. Foi constatado

⁶⁵ DINIZ, Eli e Renato Boschi. *Reconfiguração do mundo empresarial*.

que, mesmo diante do desequilíbrio verificado entre os poderes no Brasil, com flagrante predomínio do Poder Executivo – que contou fortemente com o uso de Medidas Provisórias, além do insulamento burocrático nas decisões relativas à política econômica – o Legislativo tornou-se palco importante de encaminhamento das demandas empresariais, configurando-se como um canal efetivo de mediação entre o Estado e, ao menos, um segmento específico da sociedade civil. Assim, as associações empresariais passaram a se estruturar com o objetivo de se aproximar do Legislativo, o que não significa, contudo, a inexistência de canais diretos de comunicação com setores do Executivo e com as novas agências reguladoras.

O que se observa, assim, é a rápida criação de novos mecanismos de articulação entre a esfera pública e a esfera privada, que vai substituindo o antigo arranjo corporativo herdado de Vargas. O que cabe, agora, é analisar em que medida esses novos mecanismos estão acessíveis a um outro ator social relevante: as lideranças dos trabalhadores. Pode-se supor que a ausência de arranjos institucionalizados de representação de interesses da sociedade civil termine por obstruir o encaminhamento das demandas daqueles segmentos que dispõem de menos recursos financeiros e maior dificuldade de agregação. Além disso, o surgimento de arranjos informais não contribuem para conferir a transparência desejada no processo de encaminhamento de demandas do setor privado ao setor público, comprometendo, assim, seu caráter democrático.

5. O GOVERNO FERNANDO HENRIQUE CARDOSO – PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS (1995-2001)⁶⁶

Fernando Henrique Cardoso assumiu a presidência da República, em janeiro de 1995, junto com a estréia oficial do Mercosul e em meio à crise do México. A crise do México teria impedido a redução das elevadas taxas de juros praticadas ao fim do governo Itamar Franco. Essa política de juros altos – aliada à redução das barreiras de importação – foi adotada no início do plano Real para o controle da inflação, possibilitando o suprimento do mercado interno com produtos importados por preços baixos. Ao manter elevada a taxa de juros, o governo atraía os investidores internacionais, gerando grande entrada de dólares no país, o que pressionava a cotação para baixo⁶⁷.

Em março de 1995, a implantação do sistema de bandas cambiais, em resposta à crise do México, levou a uma fuga de dólares, provocando a perda de cerca de US\$ 7 bilhões das reservas cambiais. A resposta do Banco Central foi o aumento das taxas de juros. Mesmo quando a situação se acalmou, optou-se pela manutenção dos juros altos, numa estratégia de redução gradualista. Nas palavras de Luís Nassif, iniciava-se *o maior processo inútil de formação de passivos da história econômica do país*⁶⁸. Essa política terminaria por gerar um círculo vicioso.

A apreciação do câmbio, sustentada por juros inacreditavelmente elevados, fazia a dívida pública crescer a taxas elevadas e produzia déficits comerciais crescentes. Para financiar os déficits, o governo aumentava ainda mais os juros, visando atrair capitais de curto prazo.

Essa estratégia escapista foi facilitada pela enorme liquidez existente no mercado internacional. Nos anos seguintes, praticamente tudo o que foi arrecadado com a privatização acabou servindo para quitar apenas parte do passivo criado por essa política cambial⁶⁹.

⁶⁶ Esse capítulo tem como fontes, quando não citadas ao longo do texto, as coleções das revistas *Veja* e *Isto É* entre os anos de 1995 e 2001 (consultadas na biblioteca do CCBB ou em versão eletrônica), o jornal *Folha de S. Paulo* (versão eletrônica), os sites na internet da Presidência da República (www.presidencia.gov.br) e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social-BNDES (www.bndes.gov.br).

⁶⁷ NASSIF, Luís. Política macroeconômica e ajuste fiscal.

⁶⁸ *Ibid.*: 43.

⁶⁹ *Ibid.*: 44-5.

Independentemente da crise mexicana e do cenário de incertezas externas, logo após a posse, o governo começa a apresentar ao Congresso Nacional uma série de emendas à Constituição que iriam reconfigurar o Estado e a economia brasileira. Mesmo tendo sido eleito ainda no primeiro turno e tendo consolidado uma ampla coalizão parlamentar, Fernando Henrique Cardoso logo irá enfrentar suas primeiras dificuldades no poder. Ainda em março de 1995, o governo deparou-se com uma manifestação de cerca de 10 mil pessoas em Brasília, contra as reformas econômicas. No mês seguinte, o governo começa a enfrentar as primeiras dificuldades no Congresso para a aprovação das reformas. E em maio, diversas categorias do funcionalismo público encontravam-se em greve. Uma das principais paralisações foi a dos petroleiros. O governo endureceu com os grevistas e a greve foi encerrada no mês seguinte, no que foi considerada uma vitória do governo.

Por essa época, começa-se a aventar a flexibilização das leis trabalhistas. Uma das primeiras medidas práticas nesse sentido foi o fim do reajuste automático de salários, prevalecendo o que for livremente negociado entre empregadores e trabalhadores. Também por esse período, começa a se acirrar a guerra tributária entre os estados, que passam a conceder cada vez maiores incentivos fiscais buscando atrair a instalação de novas fábricas.

Em agosto de 1995, são promulgadas as emendas constitucionais que terminavam com o monopólio da distribuição de gás canalizado, da navegação de cabotagem e das telecomunicações, além da que equipara as empresas nacionais e estrangeiras, dando início as reformas constitucionais que irão modificar profundamente a participação do Estado na economia brasileira.

Ainda em agosto, o Banco Central intervém no Banco Econômico. Esse foi um dos primeiros passos de uma profunda interferência do Executivo no sistema financeiro brasileiro, que culminou com a criação do Proer e levou a fusões entre instituições bancárias, venda de controle acionário e expressiva ampliação da participação de bancos estrangeiros no mercado nacional.

Em setembro de 1995, houve uma importante conquista para a democracia: a aprovação da lei que reconhece a morte dos desaparecidos

políticos. No front econômico, enquanto o aumento do consumo de frango é anunciado como um indicador do sucesso do Plano Real, começam a se ouvir as primeiras manifestações de preocupação com o aumento do desemprego.

A emenda constitucional que acabou com o monopólio da Petrobras na exploração e produção de petróleo foi promulgada em novembro de 1995. Com isso tinha início uma nova etapa da indústria de petróleo no Brasil. Por essa época, começam também as movimentações em torno da reeleição de Fernando Henrique Cardoso. É também nesse período que tem início uma série de escândalos envolvendo o governo, como o “caso Sivam” ou o “escândalo da pasta cor de rosa”. Ao longo dos sete anos da administração Fernando Henrique Cardoso tratados aqui, serão diversas as denúncias de corrupção envolvendo membros do governo, alguns deles amigos pessoais do presidente.

No início de 1996, o Banco Central promove uma alteração na banda cambial, ultrapassando a barreira de 1 para 1. Em março, uma nova crise abala o governo, com a criação da CPI dos bancos, proposta por José Sarney. Essa CPI foi arquivada em seguida.

Abril chega com uma nova medida de liberalização econômica no setor de petróleo: chega ao fim o tabelamento dos preços dos combustíveis. A partir de então, os preços passam a ser ditados pelo mercado.

Em maio, Brasília torna-se palco de uma manifestação diferente. Empresários rumam para a capital para, não obstante o apoio às reformas, criticar as políticas de câmbio e de juros.

Ainda em 1996, o governo dá início a um programa de ajuste fiscal dos estados, que passava pela reestruturação das dívidas estaduais, saneamento e privatização dos bancos estaduais, bem como privatização de empresas públicas estaduais. O governo assumiu as dívidas estaduais emitindo títulos públicos. Os governos estaduais renegociaram suas dívidas com taxas de juros subsidiadas (6% ao ano), mais a inflação. O pagamento das dívidas estaduais são vinculados aos repasses de verbas federais. Assim, o descumprimento do acordo implica em retenção pelo governo central das verbas que seriam repassadas aos governos locais. Com isso, o governo federal obteve a saneamento das finanças estaduais

e a *solução definitiva do mais grave fator de desequilíbrio fiscal dos estados: os bancos estaduais*⁷⁰. Aderiram ao acordo 25 governadores. O programa foi também estendido aos municípios, com adesão de 180 prefeitos⁷¹.

O programa de privatização das empresas estaduais teve como resultado uma arrecadação da ordem de US\$ 35 bilhões.

Tabela 5 – Arrecadação com a privatização estadual (1996-2001)

(em US\$ milhões)

Ano	Receita dos leilões	Dívidas transferidas	Resultado geral
1996-1999	25.168	6.461	31.629
2000-2001	2.781	289	3.070
Total	27.949	6.750	34.699

Fonte: BNDES/NASSIF, Luís. *Op. cit.*

O ano de 1996 termina com a realização do primeiro “provão” para avaliação do ensino superior, sob protesto dos estudantes. Em dezembro, a Câmara aprova a lei que cria o contrato temporário de trabalho.

As movimentações do governo para a aprovação da emenda da reeleição, que foi promulgada em junho, marcam a primeira metade de 1997. Ao longo desse tempo, muitos protestos da oposição e denúncias de compras de votos para a sua aprovação.

Brasília foi mais uma vez palco de uma grande manifestação política em abril. Dessa vez foi a marcha dos Sem Terra, que colocou a questão agrária no centro da agenda política.

Por essa época, travava-se um grande embate em torno da privatização da Companhia Vale do Rio Doce, com a venda sendo adiada por conta de uma longa batalha judicial. A empresa foi finalmente a leilão em maio.

⁷⁰ NASSIF, Luís. *Op. cit.*: 49.

⁷¹ *Ibid.*

O segundo semestre de 1997 traz em seu bojo a crise asiática, em que, começando com a Tailândia, em julho, uma série de países da Ásia vêem-se às voltas com ataques especulativos contra suas moedas. A crise começa a se espalhar por todo o mundo em outubro, quando a queda na bolsa de Hong Kong derruba as bolsas de valores por todo o planeta. No meio desse processo, Gustavo Franco assume a presidência do Banco Central, em agosto, indicando a manutenção da política cambial e de juros adotada pelo governo.

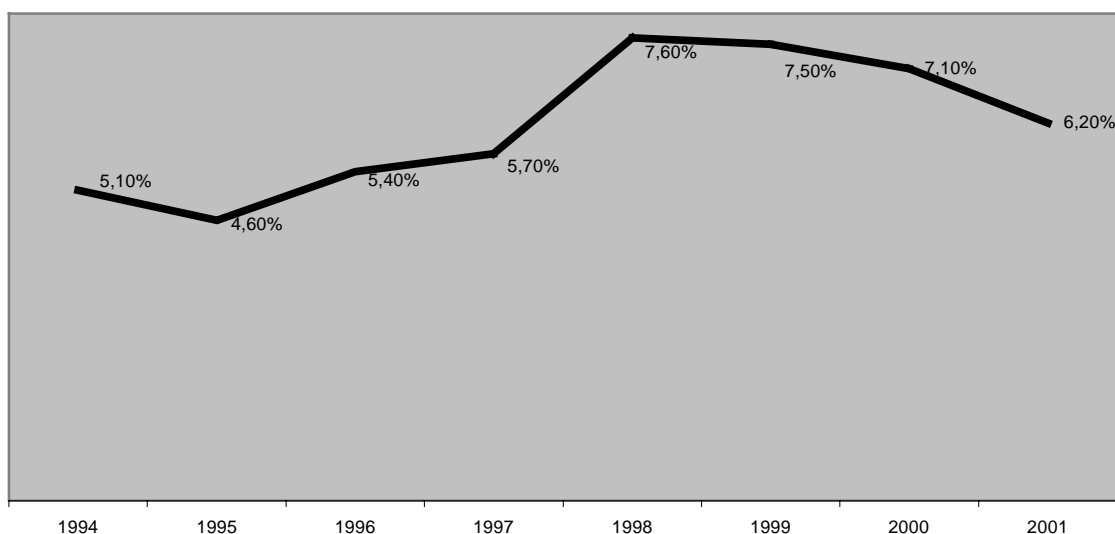
No final de 1997, com a economia brasileira ameaçada pela crise asiática, o governo anuncia um pacote fiscal, denominado “pacote 51”, uma vez que contemplava 51 medidas voltadas para produzir uma redução de gastos da ordem de R\$ 20 bilhões até o final de 1998.

O ano de 1998 inicia ainda com a crise asiática dominando os noticiários. Além disso, o país enfrenta dois problemas graves nos primeiros meses do ano. Um é o incêndio que toma conta de grande parte das florestas de Roraima. Não são poucas as denúncias de omissão do governo. Além disso, o Nordeste enfrenta violenta seca, que leva a fome e a desesperança para grande parte dos nordestinos.

Em abril, o governo sofre duas baixas significativas, com as mortes de Sérgio Motta e de Luis Eduardo Magalhães.

Além disso, o crescimento do desemprego ganha destaque, colocando mais uma vez o governo sob o alvo das críticas da oposição. De fato, o desemprego em 1998 dá um salto, atingindo 7,6% ao final do ano⁷².

⁷² OLIVEIRA, Ribamar. Emprego.

Gráfico 1 – Taxa geral de desemprego aberto (1994-2001)

Fonte: IBGE/OLIVEIRA, Ribamar. Emprego.

Apesar do crescimento do desemprego, durante todo o período entre 1995 e 2001, o desempenho da economia foi sempre positivo, não tendo sido registrada redução no PIB em nenhum ano.

Tabela 6 – Evolução do PIB (1995-2001)

Ano	Evolução do PIB
1995	4,2%
1996	2,7%
1997	3,3%
1998	0,2%
1999	0,8%
2000	4,5%
2001	1,5%

Fonte: IBGE/Revista Época, 16/9/2002.

Em julho de 1998, o governo deu um passo importante no processo de privatização das estatais, com a venda do sistema Telebras. O valor arrecadado nos leilões superou em 63,7% o preço mínimo estipulado pelo governo. Ao todo, o

resultado da privatização das telecomunicações respondeu por cerca de 45% do total arrecadado com o processo de privatização federal entre 1991 e 2001⁷³.

Tabela 7 – Arrecadação com a privatização total (1991-2001)

(US\$ milhões)

	Receita dos leilões	Dívidas transferidas	Resultado geral
Privatizações federais	57.296,2	11.326,4	68.622,6
Telecomunicações	28.793,0	2,125,0	30.918,0
Outros	28.503,2	9,201,4	37.704,6
Privatizações estaduais	27.949,8	6.750,2	34.699,0
Total	85.245,0	18.075,6	103.321,6

Fonte: BNDES/Nassif, Luís. *Op. cit.*

Logo no mês seguinte, contudo, a moratória da Rússia mergulha de vez o Brasil na crise financeira mundial, com expressiva fuga de dólares e sucessivas quedas nas bolsas. Em outubro de 1998, em meio à crise financeira, Fernando Henrique Cardoso é reeleito em primeiro turno. Em novembro, o governo é envolvido em novo escândalo, dessa vez o do grampo do BNDES, com a suposta interferência de membros do governo na formação dos consórcios para privatização do sistema Telebras. No mesmo mês, o governo fecha um novo acordo com o FMI, envolvendo empréstimos de US\$ 41 bilhões.

O segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso começa com uma nova crise financeira, agora desencadeada pela moratória decretada por Itamar Franco, recém empossado governador de Minas Gerais. A nova corrida contra o real provocou a saída de Gustavo Franco da presidência do Banco Central, que passou a ser ocupada por Francisco Lopes, e a mudança na política cambial. Num primeiro momento, tentou-se implantar um sistema de “banda larga” que, mal sucedido, deu lugar ao câmbio flutuante, com aumento expressivo e imediato das cotações. Em fevereiro, a presidência do Banco Central muda mais uma vez, com a posse de Armínio Fraga. A imprensa passa a divulgar as suspeitas de

⁷³ NASSIF, Luís. *Op. cit.*

favorecimento aos bancos Marka e Fonte Cindam pelo BC. Posteriormente, Alberto Cacciola, do banco Marka, fará insinuações de que recebia informações privilegiadas da instituição, colocando Francisco Lopes sob suspeita.

Pode-se dizer que o monopólio da Petrobras terminou, de fato, em junho de 1999, com a realização da primeira rodada de licitação de áreas para exploração de petróleo. Já foram realizadas outras três rodadas, com um total de 157 áreas oferecidas e 88 concedidos para exploração. Apesar de o comprometimento com a contratação de bens e serviços nacionais ter sido levado em conta para a definição dos vencedores, o índice de nacionalização tem ficado, no geral, abaixo de 50%.

Tabela 8 – Resultados das licitações

	Rodada 1 (1999)	Rodada 2 (2000)	Rodada 3 (2001)	Rodada 4 (2002)
Blocos licitados	27	23	53	54
Blocos concedidos	12	21	34	21
Conteúdo local médio - exploração	25,4%	41,4%	26,90%	39,05%
Conteúdo local médio - desenvolvimento	26,7%	46,8%	37,90%	53,81%

Fonte: ANP

A crise financeira continuou causando estragos. A desvalorização do real provocou uma crise comercial com a Argentina, que mantinha seu plano de conversibilidade e viu seus produtos perderem competitividade no comércio com o Brasil. Por outro lado, a cotação do dólar no Brasil continuava instável, com fortes movimentos de alta, trazendo a ameaça do retorno da inflação. Em agosto, Brasília foi palco de mais uma manifestação da oposição, com o movimento “Fora FHC”.

Ao final de 1999, a CPI do judiciário descobre o envolvimento do senador Luiz Estevão com a fraude na obra do TRT de São Paulo. Esse acontecimento vai resultar na primeira cassação de mandato de um senador no Brasil, em junho de 2000.

Também no final de 1999, o governo interrompe o andamento da reforma tributária na Câmara. Mais uma vez, aquela que é considerada uma das mais importantes reformas econômicas foi relegada a um segundo plano.

O ano de 2000 começa tendo o combate à fome e à miséria como tema importante nos noticiários. A grande novidade é a posição do senador Antônio Carlos Magalhães em defesa da criação do fundo de combate à pobreza.

Em abril, contudo, a festa oficial de comemoração dos 500 anos de descobrimento, em Porto Seguro, teve momentos de violência, com a Polícia Militar da Bahia reprimindo manifestantes índios e do movimento dos Sem Terra.

Em maio, o governo obteve uma importante vitória em seu esforço de disciplina fiscal de estados e municípios, com a aprovação no Congresso da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Por essa época, o país vive mais uma guerra de liminares na justiça contra uma privatização, dessa vez a do Banespa. Após alguns adiamentos, o banco terminou sendo adquirido, em novembro de 2000, pelo banco espanhol Santander. Nesse intervalo, o Executivo esteve envolvido no escândalo Eduardo Jorge, sob suspeição de usar de sua influência junto ao governo para a realização de negócios.

Em setembro de 2000, o governo viu-se diante da necessidade de incorporação de mais um passivo expressivo. O poder Judiciário decidiu pela correção dos saldos do FGTS pelas perdas referentes aos planos Verão e Collor I. Em abril de 2001, é anunciado um acordo para esse pagamento, cujo custo seria dividido pelo governo, pelos trabalhadores e pelos empresários.

O ano de 2000 termina em meio ao fogo cruzado travado entre Antonio Carlos Magalhães e Jader Barbalho. Jader Barbalho é alvo de diversas denúncias de corrupção e envolvimento em negócios escusos, acusações que vão se avolumar ao longo de praticamente todo o ano seguinte.

Logo no início de 2001, o assunto é a disputa pela presidência da Câmara e do Senado, eleições vencidas em fevereiro por Aécio Neves e Jader Barbalho, respectivamente. A vitória de Jader Barbalho é a senha para Antonio Carlos

Magalhães acirrar seus ataques, agora também contra o governo. Em março, são divulgados trechos de conversas entre o senador baiano e procuradores da República, em que são feitas denúncias de corrupção no governo, além da menção à existência de uma lista de votação da sessão que cassou Luiz Estevão. O resultado dessas denúncias foi o afastamento dos ministros ligados a Antonio Carlos Magalhães do governo.

O mês de março trouxe também dois acontecimentos singularmente tristes: o acidente com a plataforma P-36 da Petrobras, que terminou por afundar na Bacia de Campos, levando os corpos de 11 trabalhadores que estavam no local tentando reparar o acidente. Esse foi também o mês da morte de Mário Covas, vencido pelo câncer.

Em meio às denúncias contra o senador Jader Barbalho, corre o processo de apuração da violação do painel do Senado no episódio da cassação de Luiz Estevão. Com a comprovação do envolvimento de Antonio Carlos Magalhães e José Roberto Arruda, os dois senadores terminam por renunciar a seus mandatos.

O início de 2001 é marcado também pela crise no abastecimento de energia. A iminência do racionamento e o risco dos “apagões” é assunto constante na mídia. Em maio, o governo divulga as regras para o racionamento de energia, que não prevê interrupções programadas no fornecimento.

Por essa época, o governo é alvo de mais um escândalo, com a denúncia de envolvimento do ministro da Integração Nacional, Fernando Bezerra, em irregularidades na Sudene. O governo usa de todos os recursos para barrar a CPI da corrupção, proposta pela oposição para apurar casos de corrupção no governo federal.

Em meados de 2001, o país é assolado por uma nova crise cambial, dessa vez como consequência do agravamento da crise na Argentina, que encontra-se à beira da insolvência. Em julho, é anunciado um novo acordo com o FMI.

Também em julho, Jader Barbalho afasta-se da presidência do Senado. Novas denúncias continuam a ser feitas contra o senador, que renuncia a seu mandato em outubro.

Nos últimos meses de 2001, duas importantes medidas originadas no Legislativo são aprovadas. A primeira, em setembro, que regulamenta o uso das medidas provisórias. Em novembro, é aprovada a emenda que põe fim à imunidade parlamentar em casos de crime comum.

O ano de 2001 termina com a aprovação na Câmara dos Deputados da flexibilização da CLT.

6. A EXECUÇÃO DAS REFORMAS LIBERAIS: CONVERGÊNCIA E CONTRASTE NA PERCEPÇÃO DAS LIDERANÇAS EMPRESARIAIS E SINDICAIS

6.1. Reformas econômicas: estabilização monetária, liberalização comercial e privatização

Num primeiro momento, pode-se afirmar que o nosso estudo reforça as conclusões do survey de Lima e Cheibub⁷⁴. Enquanto as lideranças empresariais tendem a aprovar o novo modelo de Estado implementado ao longo do Governo de Fernando Henrique Cardoso, os representantes sindicais mostram-se bastante críticos às políticas orientadas para o mercado. Entretanto, o modelo de pesquisa aqui desenvolvido permite uma análise mais detalhada, apresentando algumas nuances da percepção dos dois segmentos, que mostram como são fundamentadas as diferentes opiniões.

Mesmo o sucesso no combate à inflação, apontado por ambos os segmentos como um dos aspectos mais positivos da gestão de Fernando Henrique Cardoso, é percebido de forma diferenciada por cada grupo.

Entre as lideranças empresariais, o fim da espiral inflacionária é tido como condição fundamental para o desenvolvimento econômico, a base para o crescimento. Mais que isso, a estabilidade da moeda é também vista como um bem simbólico da nação.

O primeiro mandato de Fernando Henrique foi muito importante porque ele conseguiu implantar e consolidar o Plano Real; foi um plano muito importante para o país porque você conseguiu quebrar pela primeira vez o ciclo vicioso da inflação. Com a criação daquela moeda paralela, a URV, você conseguiu realmente quebrar o ciclo vicioso da inflação que nenhum outro plano anterior tinha conseguido. Congelamento, foi tentado confisco, tudo que é tipo de plano e nenhum deu certo. E eles realmente fizeram uma engenharia financeira muito forte, uma engenharia econômica muito forte, foram quase que gênios, conseguiram aplicar um plano muito bom e você conseguiu dar estabilidade para o país, que é coisa fundamental para você ter a base para iniciar o crescimento. (Entrevista nº 1 - Abitam - 27/9)

Realmente, o respeito de um país é a sua moeda. É a coisa mais importante... A moeda estável é realmente um símbolo nacional. Acho que o povo brasileiro

⁷⁴ Ver capítulo 4.

reconheceu isso quando reelegeu o presidente Fernando Henrique Cardoso. (Entrevista nº 3 - IBP - 4/10)

Já entre as lideranças sindicais, observa-se uma postura muito mais crítica. Apesar de valorizada, a estabilidade monetária foi conquistada a um custo percebido como muito elevado, e que teria recaído basicamente sobre os trabalhadores. Por outro lado, é também observado que os índices oficiais de inflação não refletem a percepção do aumento do custo de vida. Também é percebido que a priorização do controle da inflação, ao longo do governo de Fernando Henrique Cardoso, se deu em detrimento de políticas sociais e voltadas para o desenvolvimento, resultando num agravamento da desigualdade e da injustiça social.

Uma coisa que a gente sempre conversou, durante esses anos todos e quando veio Plano Real, é que nós também somos favoráveis a não ter inflação, a derrubar a inflação. Agora, não poderia ser da forma como foi feito o Plano Real. A âncora que foi usada para manter a estabilidade foi o quê? Foram os salários, foi o arrocho salarial. Logo no início do governo, quando ele implanta a URV, a gente percebe ali que o governo congela salários, congela reajustes e deixa o mercado livre para se ajustar. Foram aqueles três ou quatro meses antes de julho, quando se implantou a URV para depois vir a implantação do Real. Então, ali a gente já teve perdas. Então esse controle da inflação, da estabilização da moeda, não poderia ser feito às custas do salário, do arrocho salarial. Isso foi o início. Depois a gente começa a ver que também isso abria um flanco em detrimento das questões sociais. O governo começa, num primeiro momento, arrojando salários para manter a moeda estável e depois começa a não investir em questões sociais, como saúde, educação, moradia. Então, a gente viu durante todo o processo de estabilização da moeda que a gente pagou um preço muito caro, muito alto para essa estabilização. Ela poderia ser feita de outra forma, não tão dura com relação àqueles que mais precisavam, que seriam os trabalhadores. Que precisam de quê? Precisam de renda e precisam de saúde, precisam de moradia, precisam de trabalho. E a gente vê agora o saldo de tudo isso. Quer dizer, nada em saúde, nada em moradia e um desemprego que hoje atinge em torno de 11 milhões de brasileiros. Um preço muito alto para essa estabilização da moeda. (Entrevista nº 8 - FUP - 6/8)

Eu acho que a inflação, claro que é manipulada. Quem vai no mercado, que compra todo dia, sabe que os preços eram alterados, um pouco maquiados. Mas ela diminuiu. E isso é importante acho que para todo mundo, tanto para os empresários, quanto para os trabalhadores, para a sociedade, para a dona de casa. Tudo bem, eu acho que isso foi um ponto positivo, mas ele não trouxe benefício para a sociedade como um todo. Não gerou emprego, não diminuiu a pobreza, as empresas não investiram. Então eu acho que faltou. O trabalho foi feito pela metade. Tinha que ser casado. Ter o aumento das condições de vida do povo, da empregabilidade, que não houve. Mas houve uma redução importante, sem dúvida nenhuma importante. (Entrevista nº 9 - Programa Integrar - 24/9)

No que se refere à abertura comercial, observa-se, entre as lideranças empresariais, uma postura francamente favorável à exposição dos produtores brasileiros à competição internacional – o que transformou completamente a forma como o segmento empresarial conduzia seus negócios. A inserção do Brasil na economia mundial torna nossa indústria mais competitiva, o que se reflete, em última instância, em benefícios para toda a sociedade, que conta com produtos e serviços de mais qualidade por preços menores.

Até 90, o mercado era fechado. Então, tem uma equaçãozinha que eu gosto muito de citar, bastante simples, que o preço era igual ao custo mais o lucro. Como era protegido, simplesmente você pegava seu custo, estabelecia o lucro que você tinha, que você queria ter, e adicionava ao preço. Era uma equação simples, né? Preço é igual a custo mais lucro. De repente, passou a ser o lucro é igual a preço menos o custo. Aritmeticamente, matematicamente é a mesma coisa, agora, na prática, muda muito. O seu lucro era função basicamente do seu custo, porque o preço não era mais você que ditava, ele vinha ditado pelo mercado, você tinha que, para ter lucro, tinha que reduzir custo. (Entrevista nº 4 - Onip - 5/8)

Mas, se a abertura comercial é, por princípio, percebida como benéfica por esse segmento, são tecidas críticas à forma abrupta com que ela foi implantada no Brasil, não dando tempo para que o empresariado se preparasse para o novo cenário competitivo. Isso teria provocado o fechamento de indústrias e a transferência do controle de capital de diversas empresas para o exterior, fenômeno que atingiu especialmente alguns setores, como, por exemplo, a indústria têxtil ou de auto-peças.

A Indústria estava vivendo um processo, um outro desafio tremendo, que foi a integração econômica do Brasil à economia internacional. A globalização e toda aquela abertura aceleradíssima provocada pelo governo Collor, abertura das nossas, vamos dizer assim, fronteiras de mercado para os fornecedores externos, com uma redução bastante grande que houve de alíquotas de importação, principalmente no governo Itamar - Collor já começou, Itamar também. E com isso a gente passou a sofrer, a Indústria brasileira passou a sofrer uma competição dentro do próprio mercado, que até então era protegido por anos e anos, por décadas por barreiras tarifárias; de repente, sem qualquer chance de se preparar para isso, ela foi submetida a um processo bastante violento de competição. As empresas internacionais estavam ávidas por explorar esse mercado, conquistar esse mercado e nós, quer dizer, houve essa abertura bastante intensa, ampla, e não planejada com tempo suficiente para a indústria se preparar. E isso aí... esse período do governo Collor e Itamar, esses quatro anos foram bastante críticos para a indústria. Quer dizer, grandes empresários aqui e empresas se viram em situação bastante difícil. Ou fecharam, faliram por falta de condições de competir

de acordo com as novas regras do jogo, ou foram absorvidas em boa parte por concorrentes maiores internacionais. (Entrevista nº 4 - Onip - 5/8)

Se há a percepção de que a abertura foi implantada de uma maneira muito veloz, trazendo grandes dificuldades para alguns setores da indústria brasileira, por outro lado nota-se que, hoje, a visão é de que esse processo vem se ajustando, com a conseqüente recuperação daqueles setores mais atingidos.

Em algumas áreas foi precipitado, como na área têxtil. Mas conseguiu se recuperar, o Brasil está exportando, talvez o choque tenha sido demasiado, mas eu estou vendo, hoje, o Brasil está exportando têxtil. (Entrevista nº 3 - IBP - 4/10)

Em 95, 98, a indústria ainda estava numa fase de final de transição para esse novo modelo globalizado, mas as principais crises já haviam passado. Então, acho que foi um momento já de retomada da confiança na capacidade instalada do Brasil, da competência do parque industrial. Ele foi obrigado a renovar, modernizar, enxugar gordura, processos, diminuir margens de lucro. (Entrevista nº 4 - Onip - 5/8)

É interessante também observar, como já havia sido registrado por Diniz e Boschi⁷⁵ a presença de um discurso de não distinção entre o capital nacional e o estrangeiro, desde que este último gere empregos e pague impostos no Brasil. Desse modo, a transferência do controle de empresas brasileiras para o capital externo e a instalação de novas multinacionais no Brasil, em concorrência às empresas nacionais, não é percebida como uma conseqüência negativa da abertura comercial.

Nosso conceito de capital nacional é aquele que dá emprego aos brasileiros, não interessa a origem dele. Se deu emprego aqui, agregou valor ao Brasil, pagou impostos aqui, seja competitivo e venda mais barato. (Entrevista nº 3 - IBP - 4/10)

Muito embora o discurso das lideranças empresariais seja pautado pela importância da competição, observa-se, principalmente junto aos fornecedores de bens para a indústria do petróleo, uma preocupação quanto à falta de igualdade de condições na concorrência internacional. À redução – ou mesmo eliminação – das barreiras alfandegárias não correspondeu uma isenção de impostos para os produtos nacionais de mesma magnitude. Soma-se a isso o fato de os fornecedores internacionais contarem com financiamento significativamente mais

⁷⁵ DINIZ, Eli e Renato Boschi. *Reconfiguração do mundo empresarial*.

barato que os brasileiros, e por vezes até mesmo com subsídios, o que torna os produtos brasileiros pouco competitivos.

Eu acho que o Repetro está torto, mas... É um decreto que regula a concessão de benefícios na área de offshore de petróleo, investimento de exploração e produção de petróleo. Isso favorece muito o produto importado em detrimento do produto nacional, desonerou a importação e não desonerou as vendas no mercado interno. Então, a empresa brasileira paga hoje imposto e o produto importado não paga. Isso é um absurdo, é uma excrescência. (Entrevista nº 1 - Abitam - 27/9)

Na Ásia, nesse momento eles estão fazendo um dumping de preço que é impraticável, você não consegue acompanhar, fazer um container, um navio tanque no preço que eles fazem, porque são subsidiados pelo governo. O governo beneficia. Além de ter uma mão-de-obra com um preço muito inferior ao nosso, ainda são subsidiados pelo governo. Então, fica impossível a competitividade com os países asiáticos nesse momento. (...) Antes, no plano de construção naval, você tinha o financiamento ao armador, e ainda tem hoje através do fundo de marinha mercante. Mas o estaleiro não tem um mecanismo ágil e eficiente de um financiamento à construção, um financiamento à produção. Nós não temos isso hoje com eficácia, não temos isso hoje com eficiência. Para nós conseguirmos isso, hoje, demora aí um ano, dois anos. (Entrevista nº 5 - Sinaival - 20/9)

Especificamente com relação à indústria naval, foram feitas severas críticas à política de abertura da navegação de cabotagem a companhias de navegação internacionais. Essa medida teria resultado na completa derrocada da atividade no país – que já vinha enfrentando sérias dificuldades desde o início da década de 1980⁷⁶. A concorrência internacional teria resultado no encerramento das

⁷⁶ Foi ainda no século XIX, com os empreendimentos do Barão de Mauá, que foi construído o primeiro navio brasileiro. Entretanto, a atividade só começa a tomar impulso a partir de 1958, quando foi contemplada pelo Plano de Metas. A indústria naval viveu seu auge, no Brasil, na década de 1970, impulsionada pelo I Plano de Construção Naval (1970-1974) e II Plano de Construção Naval (1975-1979). Naquela época, a política de construção naval brasileira estava a cargo da extinta Sunamam - Superintendência Nacional de Marinha Mercante. O setor cresceu atendendo as empresas de navegação, em especial os armadores estatais (Petrobras, CVRD e Lloyd Brasileiro). Em 1975, o Brasil chegou a ser o segundo produtor mundial de navios. Em 1979, a atividade atingiu o recorde histórico de mão-de-obra empregada, com quase 40 mil trabalhadores. Trata-se de um setor intensivo em mão-de-obra, uma vez que a falta de padronização dos navios construídos desestimula a automação industrial. A crise da indústria remonta ao início dos anos 1980. Vários fatores explicam seu declínio. Um deles, o escândalo da Sunamam, que até hoje compromete a imagem dos empresários do setor. A atividade era fortemente subsidiada pela Sunamam, que financiava as contratações dos armadores locais e os ressarcia da diferença entre o preço interno e externo. No início da década de 1980, a Sunamam quebrou, uma vez que os estaleiros não honravam suas dívidas. Foram várias as denúncias, na época, de desvio dos recursos por parte dos empresários do setor. Além disso, a construção naval foi seriamente afetada pela crise que se abateu sobre os armadores nacionais, a partir de meados

atividades dos armadores nacionais, que faziam suas encomendas de navios e de modernização de sua frota juntos aos estaleiros brasileiros. A navegação de cabotagem é um setor que é protegido nos principais países do mundo e sua abertura no Brasil teria inviabilizado aos armadores nacionais qualquer possibilidade de competitividade.

Você chega nos Estados Unidos hoje com o seu navio, você tem o direito igual a um avião. Você vai para um porto principal, mas o tráfego dentro dos Estados Unidos, entre os estados americanos, de um porto para o outro é com embarcação americana, construída nos Estados Unidos e tripulada por americanos. Você não pode ter uma embarcação brasileira que saia do porto de Nova York, vá para New Jersey, vá para Miami, ou vá para Mississipi, não. Você vai para um porto. Ali você deixa a sua carga e empresas americanas vão distribuir essa carga ao longo da costa americana. O que não aconteceu com o Brasil. O Brasil fez o inverso. O Brasil abriu a sua costa para os armadores estrangeiros. Então, eles vieram, trás o contêiner da Europa, o navio pára em Manaus, Belém, Salvador ou Recife, Rio de Janeiro, Santos, Uruguai, vai para a Argentina, vai para o Chile, volta, e nós ficamos com a nossa costa de dimensões continentais desprotegida. E aí os armadores nacionais não tiveram condições de competir com essas empresas estrangeiras que estavam vindo podendo aportar em qualquer lugar da nossa costa com um custo mais baixo. Ia sair da Europa para vir para a Argentina, aí pára no Brasil, faz esse pingadinho na costa. Então, tirou-se dos armadores nacionais a competitividade. Com isso os armadores não

da década de 1980, que atingiu tanto os armadores privados quanto os estatais. Ao final dos anos 1990, o setor estava praticamente paralisado, com grande parte dos estaleiros fechados. Em 1998, as contratações junto aos estaleiros brasileiros ficaram praticamente no mesmo patamar do verificado em 1959, primeiro ano em que há registro da atividade. O número de empregos no setor havia se reduzido para 1.800 postos de trabalho. (DIEESE. *Diagnóstico do complexo metal-mecânico brasileiro*; GASPARI, Alexandre. Esperança para a indústria naval; O ESTADO de S. Paulo. Calote de estaleiros quebrou a Sunamam.)

Nº de empregados na indústria naval brasileira (no último dia de cada ano citado)	
1960	1.430
1970	18.000
1979	39.155
1985	21.463
1990	13.097
1995	9.206
1998	1.800
<i>Fonte: Sinaval/Revista Brasil Energia, julho de 1999; Dieese, 1998</i>	

puderam renovar os seus contratos, modernizando os seus navios para os contêineres. (Entrevista nº 5 - Sinaval - 20/9)

Assim, apesar de se mostrarem favoráveis à inserção brasileira na economia mundial e, conseqüentemente, à exposição das indústrias locais à concorrência internacional, observa-se, entre as lideranças empresariais, a preocupação de que sejam adotadas pelo governo medidas que proporcionem isonomia ao empresariado brasileiro, como forma de garantir a competitividade da indústria nacional. No geral, observa-se uma preocupação em distinguir a postura defendida atualmente pelo empresariado daquela situação verificada até a década de 1980, em que a reserva de mercado levava à ineficiência da indústria local. Entretanto, entendem que é preciso que a abertura comercial não seja indiscriminada, ou seja, que as especificidades e potencialidades de cada segmento da indústria sejam levados em conta para que aqueles produtos que a indústria nacional tem condições técnicas de oferecer com qualidade e preços competitivos não sofram uma concorrência desleal por parte dos produtos importados. É interessante observar, contudo, que é na indústria naval – possivelmente um dos setores que mais se beneficiou, no passado, de favorecimentos do governo, mas que também foi mais intensamente impactado pela orientação para o mercado – que mais claramente se observa a presença de um discurso em prol da “proteção” da indústria nacional.

A abertura comercial, ela é importante, porque para você inserir o país num comércio mundial, você tem que participar do comércio nas duas formas, tanto exportando quanto importando. Ninguém cede nada se você também não ceder. Você tem que conceder para poder receber. Eu acho que isso tem que ser negociado, você tem que negociar onde você é mais forte, onde seus produtos são mais competitivos e procurar tirar proveito naquilo que você efetivamente teria que importar, porque você não produz, você não tem as qualidades necessárias, e aí você pode conceder. A abertura tem que ser muito bem estudada para você não expor desnecessariamente a indústria nacional a uma competição na maioria das vezes desleal, você tem problemas de dumping, você tem problemas de subsídio, e você pode afetar a indústria. E além disso, determinados setores internacionais, eles têm farto financiamento para venda dos seus produtos no mercado internacional. O Brasil, como é um país pobre, um país em desenvolvimento, ele não tem o aporte de dinheiro que deveria ter para poder financiar suas exportações. Então você fica numa situação desigual. Além do que, quando você abre o país, esses produtos vem para cá com financiamento, e para venda interna no Brasil, às vezes você não tem financiamento. Você não tem muito para financiar para exportar e praticamente não tem nenhum para financiar

internamente, então às vezes fica uma competição, dentro do seu mercado, muito desigual. (Entrevista nº 1 - Abitam - 27/9)

Temos que proteger uma parte do mercado. Temos que proteger. Se não proteger a gente perde. O americano prega a liberdade, prega a abertura, mas ele não abre, ele não abre para ninguém. (...) Eles querem fazer isso aqui, mas não fazem lá. E é assim no mundo todo. Querem impor ao mundo as condições deles, querem abrir o comércio para eles, mas não deles para nós. (Entrevista nº 5 - Sinaival - 20/9)

Entre as lideranças sindicais observa-se uma postura muito mais crítica com relação à política de abertura comercial. Sua principal conseqüência teria sido o enfraquecimento da indústria nacional, com reflexos negativos sobre o nível de emprego. Isso não significa, contudo, que os representantes dos trabalhadores não reconheçam que a indústria brasileira era pouco competitiva, oferecendo para a sociedade produtos de baixa qualidade e preços elevados. Nesse sentido, percebem que a inserção no mercado mundial trouxe benefícios para a sociedade como um todo, que devem ser preservados. Mas a preocupação com a igualdade de condições para a competição no mercado globalizado ganha contornos mais dramáticos, na medida em que está mais latente a questão da exclusão social resultante desse processo. Segundo essa visão, é preciso que as economias dos países em desenvolvimento não sejam submetidas a uma competição desleal, abrindo seus mercados sem uma contrapartida dos países do primeiro mundo, que mantêm inúmeras barreiras para a entrada de produtos importados.

A abertura comercial está ligada à falta de investimentos aqui e à geração de empregos lá fora e não aqui. Então, abriu o mercado, a gente percebe, abre o mercado pode tudo de lá para cá e daqui para lá nada. Eu acho que a gente está vivendo num mundo globalizado, eu acho que está correto. Agora, essa abertura não pode ser ancorada na falta de investimento, na falta de geração de empregos no Brasil. Então, a abertura de mercado, ela hoje está colocada para eles, para quem é de fora e não para nós. Quer dizer, o governo tratou de uma política que privilegia mercado exterior e não o mercado interno. (...) Quer dizer, os países periféricos, os países de terceiro mundo, pagam um preço muito alto para isso e acabam tendo o ônus da crise social, do desemprego aqui. Essa abertura desenfreada do mercado teria que ser dosada, teria que ser regulamentada, para não criar um ônus social muito grande para o Brasil, como foi o que aconteceu nesse governo. (Entrevista nº 8 - FUP - 6/8)

Não que eu seja contra, mas eu acho que deveria investir na nossa indústria, gerar emprego dentro do país. No automobilismo, muitos carros importados

chegam no Brasil, aparelhos domésticos também. Isso foi bom, de uma certa maneira, pois acabou baixando um pouco o preço interno dos produtos, mas trouxe uma consequência para os trabalhadores que é o desemprego. A nossa indústria não estava preparada para competir com essas empresas de fora. Então, eu acho que isso foi um pouco ruim para a geração de emprego. (Entrevista nº 9 - Programa Integrar - 24/9)

O Collor tinha razão quando disse que nossos carros eram uma carroça, isso era verdade. Só que quando você abre para importação, se você quer manter os empregos do seu país, os empregos nacionais, você quer manter uma indústria nacional, você tem que fazer uma coisa que é muito criticada pelo primeiro mundo, mas praticada por eles, que se chama protecionismo, se chama subsídio. Ninguém tem indústria sem protecionismo, ninguém tem agricultura no mundo sem subsídio, quem paga mais subsídio no mundo para agricultura, por exemplo, é a Europa e os Estados Unidos, por isso eles têm uma agricultura forte. Os Estados Unidos agora mesmo, eles taxaram os produtos metalúrgicos em 30% e para que fizeram isso? Para proteger o empresário do setor e garantir os empregos. Então, eu acho que a abertura que fizeram foi irresponsável. Quebrou a indústria, inviabilizou nossa agricultura, enfim, foi muito ruim. Não é que não tem que ter abertura, tem que ter, só que tem que proteger alguns setores da economia. (Entrevista nº 11 - Sindipetro - 18/9)

Também entre os representantes sindicais, observa-se a mesma preocupação de que o governo crie condições de competitividade para a indústria naval brasileira, em virtude de a concorrência internacional ser fortemente subsidiada e contar com condições de financiamento bem mais vantajosas.

Nós entendemos que a indústria brasileira precisa de mais incentivos do governo. Todos os países têm subsídio, a indústria naval, por exemplo, na China, na Coreia, ela é subsidiada do aço até a tinta. Então, dá condição de competitividade, juros baixinhos, e a nossa aqui, não. Temos juros de mercado. Tem mais é que se virar, são juros de mercado. Para você ter uma idéia, os Estados Unidos financiaram dois barcos de apoio a 3% ao ano. O Japão financia a 1,5% ao ano. Aqui o nosso estava a 6%. Mais o prazo de pagamento, o nosso financiamento a longo prazo, o deles é 25 anos, o nosso era 15. Conseguimos passar para 20 e 3,5% a taxa de juros. Então, a gente entende que o governo precisa investir mais, subsidiar mais a indústria, que é uma forma de competitividade. Se não for assim, não há competitividade. (Entrevista nº 10 - Sindicato dos Metalúrgicos de Niterói - 14/10)

Nesse sentido, observa-se não exatamente uma diferença de posicionamento entre as lideranças sindicais e empresariais, mas uma maior sensibilidade dos primeiros frente às consequências negativas dessa política para os trabalhadores.

Já com relação às privatizações, depara-se com uma diferença de avaliação bem mais expressiva entre os dois segmentos. Junto aos representantes da indústria, a idéia dominante é a de que a política de privatizações foi acertada, muito embora sejam feitas algumas restrições pontuais à forma como foi implementada no Brasil. Percebe-se um consenso em torno do novo papel do Estado, como regulador do mercado, em resposta ao esgotamento do modelo do Estado desenvolvimentista. Assim, o processo de privatização das empresas estatais e da concessão dos serviços públicos para a iniciativa privada é considerado benéfico, devendo ser continuado.

Privatização, eu acho que foi correta, você tinha que privatizar. Vamos pegar a área financeira, os bancos estaduais. Os bancos estaduais eram um sorvedouro de dinheiro público, os governantes estaduais faziam obras, penduravam as contas, financiavam essas obras com dinheiro do banco estadual, penduravam essa conta no banco do estado, e iam embora e deixavam a conta para o outro pagar. Os bancos estaduais, eles nunca foram, realmente, um órgão de fomento à altura, realmente foi usado para fins políticos e não para desenvolver o estado. A privatização dos bancos estaduais acho que foi corretíssima, você tinha que acabar com esse sorvedouro de dinheiro, porque grande parte hoje da dívida do governo federal foi gerada em função das dívidas estaduais e municipais. Para você poder ter um controle do processo de dívida interna o governo federal assumiu as dívidas estaduais. Lógico que eles pagam, todo mês, um determinado valor. Mas para você controlar isso você precisava privatizar os bancos estaduais. No caso dos bancos estaduais foi bem feito. No setor de telecomunicações, você não tinha outro jeito de fazer se não realmente passar para quem tinha dinheiro para investir. O país precisava investir fortemente na área de telefonia, não tinha dinheiro para isso, e você vê o que tinha de telefone antes e o que tem depois. Você vê o que vale hoje o preço da Embratel em ações e o preço que o governo pegou quando vendeu. Ele arrecadou muito mais dinheiro com a venda da Embratel do que se hoje o atual dono da Embratel for vender a Embratel, ele vai arrecadar. A privatização num sentido foi bom e acho que ela devia continuar. Tem mais coisas que deveriam ser privatizadas. O setor elétrico, por exemplo. (...) Lógico que tem que ser vendido por um valor justo, não tem que ter favorecimento de ninguém... Mas o grande papel do governo é ser o regulador da história. Cabe ao governo fiscalizar o funcionamento correto do que ele privatizou. Se o governo exercer esse papel corretamente, as coisas vão funcionar. Acho que o governo não tem que investir nessa área. Essa área ele teve que investir inicialmente para criar, mas depois que ele fez, tinha que passar para alguém que tinha condições de tocar isso mais para frente. (Entrevista nº 1 - Abitam - 27/9)

O mercado fala por si só. Na área de... em todas as áreas, praticamente. Na área de telecomunicações, em termos de mercado foi um sucesso. Você passava aí anos na fila para conseguir um telefone. Isso é uma coisa que me marcou minha vida inteira, porque desde de que eu era criança que minha mãe, meus pais brigavam, esperavam, 'estamos há 12 anos na fila por um telefone', eu não entendia. Um negócio assim louco. Quem tinha um telefone era um sujeito privilegiado. Mas com a privatização a gente passou a ser um país normal. Pelo

menos qualquer um pode ter um telefone, instalação quase que imediata. (...) Na área elétrica, energia elétrica, houve falhas, porque acho que começou pelo lado errado. Em vez de começar pela geração, começou pela distribuição, que é uma espécie de filé mignon. Não exige muitos investimentos. Na geração é onde você precisa de investimentos. Era importante que tivesse sido feita a privatização, amarrada a investimentos de quem adquirisse as geradoras, para poder garantir o abastecimento. E começou-se, então, a privatizar pela distribuição, em que você não precisa fazer investimento nenhum e é uma espécie de filé mignon, ou seja, é só distribuir a energia que é gerada por outros. (...) Bom, em outras áreas, como siderurgia, foi também um sucesso muito grande. (Entrevista nº 4 - Onip - 5/8)

Em contraste, entre as lideranças sindicais a avaliação é bem diferente. A venda das empresas estatais é percebida como uma simples entrega do patrimônio público, sem que fossem obtidos aqueles benefícios que teriam motivado a retirada do Estado do setor produtivo: a redução do endividamento público e o investimento na área social. Assim, com o processo de privatização, entendem que a sociedade brasileira abriu mão de suas riquezas, sem que isso tivesse revertido em bem estar para a sociedade como um todo. Ao contrário, a privatização é vista como uma política que interessa apenas ao setor financeiro e aos países desenvolvidos, uma vez que a venda das empresas serviu para sustentar a manutenção de taxas de juros excessivamente elevadas, que inviabilizam o investimento local.

Quando começaram as privatizações, eles diziam que estavam privatizando para investir em saúde e educação. Isso, eles falaram no início. Se você for fazer uma pesquisa, na metade desse ciclo de privatizações, eles pararam de falar que o dinheiro era para investir em saúde e educação, porque não estavam investindo. Na verdade, esse dinheiro sumiu e sumiu num passe de mágica. Por que roubaram? Não! Ele foi queimado na fogueira dos juros maiores do mundo. O nosso juros hoje é 18%, é o maior do mundo. Agora você imagina uma dívida como a nossa, que está em torno de 800 bilhões, sendo rolando a cada dia, em cima de juros de 18% ao ano. Só para você ter idéia, o juros dos Estados Unidos é menos de 2% ao ano e o nosso é 18%. As privatizações foram criminosas e esse dinheiro da venda sumiu por conta desses juros. Isso foi uma exigência do FMI a que Fernando Henrique se submeteu para se eleger e se reeleger e fazer as privatizações. Pelo mundo afora, as privatizações aconteceram por conta de um receituário do FMI para fazer justamente isso. Uma grande doação dos países pobres para os países ricos. Privatiza e o dinheiro some em cima dos juros, no caso do Brasil, os maiores do mundo. (Entrevista nº 11 - Sindipetro - 18/9)

O que a gente está assistindo agora é que foi vendido quase tudo. Hoje nós temos o quê? Petrobras, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal. O resto foi vendido. E o que a gente está vendo é que vendemos nossas empresas, não geramos emprego, não geramos – contrário àquilo que eles diziam, pregavam

que isso seria revertido em política social – não investiu nada e a nossa dívida interna mais do que triplicou. De 60 bilhões, hoje 600 e poucos bilhões. Então, a gente fica aqui perguntando, o que foi isso? A gente tem aí a Argentina, um país vizinho, que seguiu a mesma cartilha, o mesmo projeto de política, que vendeu tudo o que tinha e hoje está naquela crise que está. E o Brasil não é diferente. Nós temos poucas coisas hoje – que a gente pode dizer que é a Petrobras, Banco do Brasil, Caixa Econômica. Mas grandes riquezas nossas foram entregues e isso não reverteu em nenhum bem estar para o povo brasileiro. Não temos nenhum saldo positivo disso, de tudo o que foi feito durante esses oito anos de governo, ou de política neoliberal, política de abertura, que colocou a gente numa situação talvez pior do que antes do governo Fernando Henrique ou do governo Collor. (Entrevista nº 8 - FUP - 6/8)

Outro aspecto mencionado diz respeito ao que seria o papel social das empresas estatais, que deixou de ser atendido pelo setor privado e não foi reincorporado pelo Estado. As empresas passaram a ser orientadas exclusivamente para o lucro e a produção e, em muitos casos, aumentaram suas tarifas e reduziram seus quadros de funcionários. Isso é agravado pela percepção de que o processo de privatização e de reestruturação produtiva das antigas estatais – que teria resultado em prejuízos para a sociedade e aumento do desemprego – foi financiada com recursos públicos, através do BNDES.

Você pega a Companhia Siderúrgica Nacional tinha 24 mil trabalhadores. Aí caiu para 9.600. Hoje ficou em 8.400. As demissões acontecendo nisso. Agora, as empresas estatais tinham um papel a cumprir do lado social. Ela não era só produção. A rede ferroviária, a Light. E o Estado não cumpriu isso. O Estado tirou verba do Estado para pagar as empresas que foram privatizadas. A própria reestruturação foi paga com dinheiro do Estado, do BNDES. (Entrevista nº 7 - Fiem - 11/9)

De um modo geral, as críticas tecidas pelas lideranças sindicais não se referem ao favorecimento pessoal de membros do governo federal na condução das privatizações, mas tão somente à inadequação dessa política e da forma como foi conduzida em relação aos interesses da sociedade brasileira. No entanto, no que diz respeito às privatizações ocorridas no estado do Rio de Janeiro, são tecidos comentários de que o processo teria sido viciado, tendo sido orientado para beneficiar interesses particulares.

Aqui no estado do Rio de Janeiro a situação é mais grave, porque tem um nível de corrupção tão grande na venda das estatais que foi meramente isso. (...) Privatização do Metrô, das Barcas, aí não tem nem a questão da disputa ideológica pelo controle da informação, da inteligência. É roubo mesmo! Qualificado, é coisa para delegacia. Aí foi pior e nós não conseguimos reverter

isso. Nós apresentamos um relatório na Câmara, na ALERJ. Esse relatório é um belo relatório, merece ser visto. Foi feito pelo Jamil Haddad e Chico Alencar, que tocaram esse trabalho com os sindicatos da Central Única dos Trabalhadores, com o movimento social. Levantamento dos contratos feitos na época. E se olhar, está tudo indicado. Agora, o poder de lobby dentro da Câmara e o comportamento dos deputados foi uma coisa muito... Está no Ministério Público, corre um processo no Ministério Público e no governo Benedita a gente está pedindo a revisão – muito pouco tempo de governo, mas enfim – estamos pedindo a revisão e tivemos acesso a outros documentos que fundamentam esse processo no Ministério Público em relação aos crimes cometidos no processo de privatização do estado do Rio de Janeiro. (Entrevista nº 6 - Cut/Rio – 10/9)

6.2. Flexibilização da legislação trabalhista

Outro aspecto que merece destaque refere-se à flexibilização das leis do trabalho. Quanto a esta questão, o grau de antagonismo observado entre as posições assumidas pelos representantes da indústria e dos trabalhadores pode fazer supor, num primeiro momento, que cada segmento está se referindo a assuntos diferentes. Para as lideranças empresariais, a flexibilização das leis do trabalho permite melhorar a remuneração dos trabalhadores e reduzir o emprego informal. Isso porque existe a percepção de que, apesar de o trabalhador brasileiro ser mal remunerado, o custo total de mão-de-obra para o empregador é elevado, em função dos pesados encargos que incidem sobre a folha de pagamento.

De fato, segundo dados do U.S. Department of Labor coletados por Migliora⁷⁷, o trabalhador brasileiro só recebe 59% do total pago pelo empregador, enquanto um americano, por exemplo, recebe 79,4% e um Mexicano, 89,3%, tal como se pode depreender da tabela abaixo:

⁷⁷ MIGLIORA, Luiz Guilherme. Quanto custa um emprego?

Tabela 9 – Percentual que os trabalhadores recebem do total pago pelos empregadores

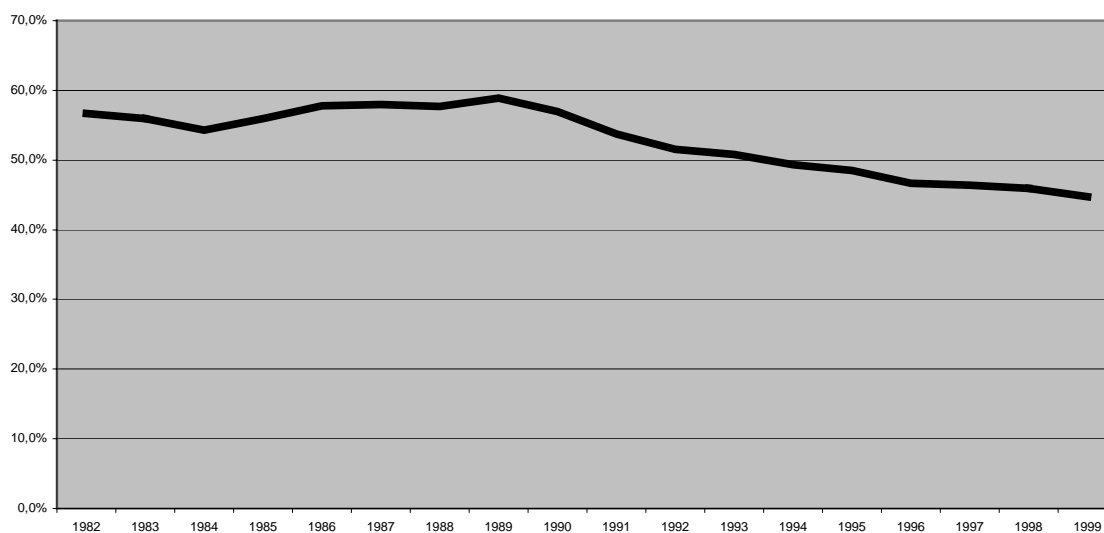
País	%
EUA	79,4%
México	89,3%
Itália	70,4%
Bélgica	70,9%
Tailândia	90,9%
Brasil	59%

Fonte: U.S. Department of Labor (site: www.bls.gov)/MIGLIORA, 2002

Por outro lado, a precarização do emprego vem se acentuado nos últimos anos, sendo que, em 1999, apenas 44,7% dos trabalhadores brasileiros tinham carteira assinada.

Gráfico 2 – Participação dos trabalhadores com carteira assinada na população ocupada (1982-1999)

(Média anual em %)



Fonte: IBGE/IPME / Oliveira, Ribamar. Emprego.

Alguns relatos revelam de forma nítida a visão das lideranças das organizações empresariais.

Eu acho que a idéia é positiva, a intenção é muito boa. Agora eu realmente não conheço os detalhes de como é que foi feito isso, os resultados. Eu só acho que foi muito pouco, acho que podia ter se mexido mais nessa flexibilização. Porque essa legislação trabalhista é outra reforma que precisa haver. Ela é uma excrescência. Você hoje tem no país você tem... o operário brasileiro, o trabalhador brasileiro ele ganha mal e custa muito, o que é extremamente prejudicial para a competitividade da nossa indústria. Porque você não consegue ter um trabalhador bem remunerado, com preço a níveis internacionais, mas o custo dele é praticamente o mesmo que um trabalhador internacional, porque sobre o salário dele você paga praticamente 100% de encargos. E, então, você tem essa questão: o sujeito não está bem pago, não está satisfeito e você também não consegue, você tem um custo absurdamente alto, não consegue competir, pelo menos tem a vantagem competitiva de ter aqui uma mão de obra mais barata, mas não é. O salário é menor, mas o custo dela é quase que o mesmo. Então acho que tinha que ser mais profunda essa flexibilização. Acho que tinha que ser uma reforma mesmo para adaptar essa legislação aos tempos atuais. (Entrevista nº 4 - Onip - 5/8)

Não adianta você ficar com mil encargos em cima da área trabalhista e isso brevar os empregos. Você tinha que ter uma flexibilização. Lógico que isso tem que ser compensado, você tem que imaginar uma maneira de não deixar o empregado também totalmente sem nenhuma defesa, isso tem ser feito um estudo. Mas eu acho que deveria ser flexibilizado, sim, Tem um engessamento do jeito que está. Você tem um custo muito alto de encargos trabalhistas por funcionário. Então, isso realmente às vezes prejudica a contratação e força até o patrão, o empregador a reduzir o salário para reduzir o custo do empregado. Porque você acaba tendo um custo elevado por empregado, mas isso acaba não se traduzindo em salário para o empregado. O salário do empregado é baixo mas o custo do empregado é alto. Porque você tem uma série de encargos trabalhistas. O governo, na ânsia de pegar dinheiro para cobrir os seus rombos, então é aquilo que eu falei inicialmente, a parte que paga o imposto acaba pagando muito, para cobrir quem não paga e também para cobrir os buracos que o governo tem aí. (Entrevista nº 1 - Abitam - 27/9)

Pelo lado das lideranças sindicais, a visão é oposta. A flexibilização das leis do trabalho significa, por um lado, a perda de conquistas históricas dos trabalhadores e, por outro, a supressão da organização sindical como intermediadora nas negociações entre capital e trabalho. Uma dupla perda para os trabalhadores, que não só têm seus direitos reduzidos como também perdem poder de barganha através do enfraquecimento da organização sindical. Ou seja, a solução proposta para solucionar a distorção verificada no Brasil entre o custo total da mão-de-obra e o salário efetivamente embolsado pelos trabalhadores seria totalmente arcada por estes, garantindo apenas o aumento da lucratividade para os empregadores, não se refletindo em ganhos salariais.

Eles falam que há necessidade da flexibilização dos direitos. A palavra da moda era flexibilização no segundo governo dele. Então, havia a necessidade para se ter melhores relações de trabalho, patrão e empregado podiam se relacionar diretamente. Inclusive tirando os sindicatos. Na lei, diz que o sindicato não é mais necessário, você pode fazer um acordo de patrão e empregado. São dois amigos que andam por aí e que de manhã cedo resolveram fazer um acordo novo em relação a suas relações de trabalho. Bom, a realidade não é essa! Nós temos trabalho escravo no estado do Rio de Janeiro. Então, a mentalidade do empresário brasileiro não dá. Nós não estamos conversando entre dois vizinhos, um que é dono da empresa e outro que... (...) Como é que a negociação pode ser feita dessa forma. Como é que a chapeuzinho vermelho faz um acordo com o lobo, os dois sozinhos na floresta? Entendeu? Nós usávamos essa simbologia para ficar bastante claro. (...) Ele faz um marco histórico na história trabalhista desse país tirando direitos. Conquistas históricas dos trabalhadores são retiradas com essa proposta que ele apresenta. Um projeto completamente lesivo ao conjunto dos trabalhadores do país e para o conjunto da sociedade. Ele trabalha a ilusão de que há possibilidade da relação direta, sem intermediação do sindicato, sem a intermediação da justiça do trabalho. Nós não somos contra a negociação. Nós sempre fomos a favor da negociação e da livre negociação. Não é isso que nós estamos falando. Nós estamos falando quem é o juiz numa relação desigual. Que critério democrático a gente cria para que o opressor não aniquile o oprimido. Quem é o mediador dessa discussão. Então, é necessário, sim, a Justiça do Trabalho, é necessária a organização dos trabalhadores. Por que negar a organização dos trabalhadores? (Entrevista nº 6 - Cut/Rio – 10/9)

Eu acho que é muito ruim para o trabalhador. Quando a gente tem a lei e mesmo assim muitos patrões conseguem burlar a lei... Eu, como sindicalista, infelizmente, registro que, dentro da Petrobras, onde a gente já tentou ajudar alguns trabalhadores que foram lesados, trabalhadores terceirizados, que ficaram sem fundo de garantia, sem o dinheiro da previdência e até sem salários. Isso com a lei garantindo a eles isso, eles foram lesados. Então, no momento em que você flexibiliza, você abre para os patrões, eles dizem: “Não, mas vai ser discutido lá na data base”. Você pega uma categoria como a nossa, a dos petroleiros, que já tem alguma força. Já tivemos mais, hoje nós temos menos força, em função do esvaziamento da empresa. Nós temos condições de brigar ainda e conseguir um acordo coletivo razoável, mas pega a categoria como a dos comerciários, pega categorias dos bancários- eles são muito frágeis- e por que são frágeis? São frágeis porque você têm doze milhões de excedentes de trabalhadores que estão disponíveis. (...) A flexibilização dos direitos é uma coisa muito ruim. É maléfica para os trabalhadores. Aquilo ali, é o mínimo a que os trabalhadores têm direito. Se alguém quer dar mais, pode dar, mas não pode dar menos do que aquilo: Férias, décimo terceiro e licença maternidade... na hora que o governo flexibiliza essa negociação entre patrões e empregados, se vai ter isso, qual vai ser a forma de pagamento daquilo, é mesma coisa que dizer que não vai ter, porque o patrão, ele não tem essa visão social, nem tem a obrigação de ter. (...) Então, o mínimo que nós defendemos, que a CUT defende, é o que está contido na CLT, que para nós já é ruim, mas aquilo é o patamar mínimo. Então, muita gente diz: “Vocês são crentes da CLT”. A gente diz: a gente acha que deveria ter alguma coisa melhorado do que está na CLT. Mas tirar o mínimo que está estabelecido ali é jogar o trabalhador no que já existe, nas cooperativas. Existem cooperativas que foram criadas para iludir o trabalhador, criadas no governo Fernando Henrique Cardoso. Cooperativas, onde não existe vínculo, carteira assinada,

férias, décimo terceiro. Nenhum direito trabalhista. Isso é legal, o que é lamentável. Só que eles colocaram isso como se fosse uma forma de aumento de emprego e de ganho para o trabalhador, nós criávamos uma cooperativa, arrumávamos um contrato de trabalho, esse contrato ia dar x , dividíamos em partes iguais para nós, então nós íamos ganhar mais, a gente não tinha direitos trabalhistas, mas a gente ia poder pagar nossa previdência... Na prática, isso não funcionou. Onde foi feito cooperativa, o trabalhador continuou ganhando a mesma coisa que ele ganhava antes, com a carteira assinada, férias, décimo terceiro, sem ter esse direito. Então, a flexibilização se coloca entre as questões colocadas pelo governo Fernando Henrique, como cooperativa, contrato temporário de trabalho, e a flexibilização da CLT. Isso, na verdade, é uma visão gananciosa dos patrões, é uma forma de baratear nossa mão-de-obra para nos fazer de celeiro da mão-de-obra do mundo. A grande polêmica hoje, voltando à questão da plataforma, é que nós temos países no mundo, como Cingapura, onde o trabalhador é semi-escravo, lá, eles fizeram tudo isso que eles tentam fazer no Brasil. Flexibilizaram a CLT, contrato temporário, cooperativa. Se você for entrevistar um trabalhador de Cingapura, que constrói plataformas para o Brasil, por exemplo, eles são semi-escravos. Além de ganhar uma merreca não tem nenhum direito trabalhista. (Entrevista nº 11 - Sindipetro - 18/9)

Durante todo o seu mandato, aquela coisa de custo Brasil, custo muito alto, não sei o quê... E a gente vê os países, pega a Argentina. Vamos citar de novo a Argentina, que acabou com todos os direitos, em nome desse tal mercado, que o mercado é que geraria emprego. Se não tivesse todas essas legislações que amarrassem, isso faria com que o mercado gerasse mais empregos. E a gente viu aí, não preciso nem citar, que na Argentina foi feito tudo isso, foram tirados todos os direitos básicos da organização dos trabalhadores, de direitos dos trabalhadores, e a gente viu no que deu. (Entrevista nº 8 - FUP - 6/8)

Essa postura não significa uma defesa intransigente da CLT. Ao contrário, a revisão da legislação trabalhista, é vista como importante, uma vez que a realidade do mundo do trabalho é hoje totalmente diferente do que era na época em que foi criada. Contudo, essas modificações têm que ser feitas a partir de uma ampla participação da sociedade, principalmente das organizações sindicais, que representam os maiores atingidos com sua implementação.

É claro que a gente acha que tem que ser mudado alguma coisa que existe na CLT já de 1940, 1930, época de Getúlio Vargas. Mas ela não pode ser feita da forma como foi feita. Ela foi feita para favorecer um setor só, que é o setor de empresários, para diminuir encargos, diminuir, para tirar direitos dos trabalhadores. Os trabalhadores não foram ouvidos. As coisas não podem funcionar dessa maneira. Você tem que procurar envolver todos os atores, principalmente os trabalhadores, que mexem diretamente. Porque os direitos são deles, são conquistas dos trabalhadores. Inclusive conquistas importantes que eles tiveram na Constituição de 88 e com a quebra, com a mexida na CLT isso ficou frágil. Então, eu sou contrário. Eu acho que tem que ser discutido, mas tem que envolver, tem que discutir mais com a sociedade, com os trabalhadores, com as centrais sindicais, com os sindicatos, com os governos municipais, com os

governos estaduais. Coisas que não foram feitas. Houve um rolo compressor em cima justamente da fragilidade do momento, baixa do movimento sindical, do esvaziamento das empresas, das indústrias. (Entrevista nº 9 - Programa Integrar - 24/9)

Nós não somos a favor da CLT que está aí, mas queríamos abrir um debate com a sociedade para que ela soubesse de fato o que precisa ser mudado. Então, a conquista que se teve na Constituição de 88, em que se deu o nome de Constituição Cidadã, ela foi estuprada. No campo dos direitos dos trabalhadores. Então, se você pega o que ocorreu com essas mudanças que estão aí, a questão da licença maternidade, aposentadoria especial, a questão do 13º e os direitos sociais. Eles foram banidos aí com uma canetada que foi feita com alguns deputados que estão aí, e que nós estamos dando o nome deles de pilantra. (Entrevista nº 7 - Fiem - 11/9)

6.3. *O novo modelo de Estado: o que foi e o que deveria ter sido feito*

Conforme visto anteriormente, entre os dirigentes de associações empresariais observa-se um amplo apoio ao novo modelo de Estado, que atua não como indutor do desenvolvimento, mas como regulador do mercado. A idéia dominante é que o modelo anterior teve um papel importante para a industrialização brasileira, mas que, a partir de um certo momento, tenderia naturalmente ao esgotamento, por estimular a ineficiência e a falta de competitividade. Assim, entendem que a intervenção do Estado na economia – quer atuando diretamente, promovendo investimentos em infra-estrutura, quer criando condições favoráveis para o florescimento de setores industriais – deve ser temporária, apenas o tempo suficiente para que a indústria local se desenvolva.

O que tem que ser entendido é o seguinte. O governo, ele teve um papel muito importante no país, há 30 anos atrás, no governo militar, quando realmente você tinha necessidade de fazer pesados investimentos no país, em infraestrutura, para desenvolver o país. Foram feitos investimentos pesados na área de siderurgia, na área de telecomunicações. (...) Naquele momento você não tinha ninguém no setor privado que tivesse dinheiro para investir realmente e bancar. As hidrelétricas todas que foram feitas, a parte de estradas que foram feitas. Não tinha gente para bancar esse tipo de investimento. De fora também só viria se concedesse o benefício, concedesse a operação da indústria, do setor enfim, se desse concessão para o pessoal de fora explorar. Então, o governo fez uma coisa importante. Eu acho que depois que ele construiu, ele tem que passar isso para frente... (Entrevista nº 1 - Abitam - 27/9)

E a gente já passou por uma experiência assim. A Petrobras criou uma indústria nacional fortíssima, só que não era competitiva. A hora que acabou a reserva de mercado acabou a indústria nacional. Porque a indústria nacional estava acostumada a ir lá fora, licenciar tecnologia, trazer e fornecer pra Petrobras. Aí não podia exportar, pelo licenciamento, a matriz dizia que não pode mandar pra lá, não. Quando abriu, a tecnologia dela estava obsoleta, isso que a gente tem que evitar, a reserva de mercado, isso não é bom, isso não desenvolveu tecnologicamente, nem a produtividade da indústria nacional. Isso eu cheguei a ver, a gente tinha que dar preferência pra indústria nacional, mesmo que o custo fosse até o dobro, em dólar. Entrava com uma vantagem tremenda. Infelizmente, não foi um processo de transição, porque eles também não se prepararam. (Entrevista nº 3 - IBP - 4/10)

Se você cresce tendo competição isso é muito positivo para o país. Se você cresce de uma maneira fechada, não é tão positivo, porque você cria aquelas aberrações, algumas você tinha aqui, que houve na antiga União Soviética e seus satélites, em que a indústria era totalmente desatualizada tecnologicamente. Porque não tinha competição, era aquilo mesmo, ninguém investia em melhoria de qualidade, em tecnologia. E a fórmula ideal acho que é essa. Você ter crescimento, competição, e deixe o resto que os empresários, os empreendedores fazem sua parte muito bem feita. (Entrevista nº 4 - Onip - 5/8)

A grande questão que se coloca, contudo, é que o novo modelo de Estado não foi implantado de uma forma completa. Assim, as principais críticas ao processo de reconfiguração do Estado Brasileiro promovido ao longo do governo de Fernando Henrique Cardoso foram as reformas que não foram feitas. Dentre elas, destacam-se a reforma tributária, a reforma política e a reforma da previdência. A primeira é percebida como condição essencial para o desenvolvimento econômico – tornando o investimento mais atraente, através da desoneração da produção. Já a segunda é vista como fundamental para o aperfeiçoamento das instituições políticas, garantindo maior legitimidade na representação. A reforma da previdência, por sua vez, permitiria um saneamento das finanças públicas, possibilitando ao governo criar as condições macro-econômicas que irão proporcionar a estabilidade da economia.

Faltou realmente a reforma tributária e faltou a reforma política. Isso faltou. Não sei o que houve... Eu não sei qual deveria ser primeiro. A reforma fiscal, numa economia aberta, ela é fundamental. A questão fiscal no Brasil é uma barafunda, coisa terrível, é uma área fiscal que ela incide sobre o investimento. Em lugar nenhum do mundo você paga imposto em cima de investimento. E isso na exploração e produção é dramático. Porque tem uma fase que é de risco, uma fase que você não sabe se vai achar petróleo ou não, que é de milhões e milhões de dólares. E no Brasil a questão fiscal incide nessa fase. Incide numa fase de risco, que você não sabe se vai encontrar petróleo, e que é uma fase no Brasil

que o investimento é muito alto, que é offshore, offshore de águas profundas, e depois seria a fase de desenvolvimento, esse processo dura 6, 7 anos, e você só vai poder recuperar, quando você não tem caixa, o peso disso na análise econômica é terrível, inviabiliza, as vezes, uma descoberta. (Entrevista nº 3 - IBP - 4/10)

Precisaria ter feitas várias reformas mais profundas na economia, porque o país estava realmente muito debilitado, e isso não foi feito. Eu acho que você tinha que ter uma reforma tributária, fiscal, bastante efetiva, bastante forte, porque você tem no Brasil uma sonegação muito grande e paralelamente você tem uma carga tributária enorme. Então a carga não incide homoganeamente sobre a sociedade como um todo. Você tem uma concentração em cima de alguns setores que pagam muito e tem outros setores que acabam não pagando o que tinham que pagar. Então você tem um desequilíbrio. (Entrevista nº 1 - Abitam - 27/9)

A falsidade da representação é que leva a essa angústia, que nós todos não nos sentimos representados no poder público. (...) Parecem dois mundos, um real, o mundo real da angústia, o mundo real da miséria, o mundo real da carência que permeia a sociedade toda, a grande massa de brasileiros, e os representantes que advogam coisas quase que adjetivas para se manterem nessa representação falsa. Para se manterem no poder Executivo ou se manterem no próprio poder proporcional, no Congresso, através dos votos de quem? Dos votos paroquiais. Eu sempre uso o exemplo da quadra de esporte, a quadra de esporte, numa determinada comunidade, pode ser muito importante. Mas em função da malha social, aquela micro-comunidade não percebe que eles merecem, merecem não, eles têm a obrigação do estado acolher muito mais que a quadra de esporte, muitíssimo mais. E por que o Estado não faz isso? Porque não tem recurso. E por que não tem recurso? Por causa das diversas quadras de esporte, milhares de quadras de esporte, construídas no Brasil ao mesmo tempo. Todo o orçamento é finito. Por definição o orçamento é finito. Então, na medida em que começa a usar parte desse orçamento para atender paroquialmente alguns interesses, que não conferem com a necessidade da sociedade, eu jamais vou ter recursos para os interesses verdadeiros, e que transformam. Os interesses paroquiais não transformam coisa alguma, os interesses paroquiais são apenas uma casca, um invólucro, que interessa aos políticos que possuem seus votos, que querem se manter na profissão, então, não muda nada, esse é o drama. Esse é o drama que passa pela reforma dramática e profunda da lei, da reforma política nesse país, passa pela lei eleitoral, passa pelos financiamentos que não podem continuar a ser financiados pelo setor privado, tem que existir fundos públicos para isso, para haver democracia, para que o poder econômico não influencie em nada, e o Estado precisa exercer seu papel de tutela, que a Constituição obriga, dele então reprimir os abusos. (Entrevista nº 2 - Firjan - 18/10)

Desse modo, observa-se que, para os dirigentes de associações empresariais, a implantação do novo modelo de Estado ficou incompleta. Tanto na esfera econômica, quanto na esfera política, não foram realizadas reformas consideradas fundamentais para o projeto de reforma de Estado que se buscava implantar. Como resultado, tem-se um quadro em que não há incentivo para o

investimento produtivo e, por outro, um sistema político que compromete a capacidade de a sociedade como um todo se fazer representar no Estado. Especificamente para a atividade industrial, a reforma tributária é percebida como vital, condição *sine qua non* para que os produtos brasileiros possam ser competitivos dentro do novo quadro de competição internacional.

Eu acho que negativo foi não ter, desde esse primeiro mandato, se tentado com maior persistência e determinação política se proceder às reformas que até hoje estão aí por vir. A reforma da Previdência, a reforma tributária e a reforma política. Mas no caso em que afete mais diretamente a indústria, a reforma tributária. Realmente foi uma lástima não ter ocorrido então, porque o momento era de mudança e cabia bem essa reforma acontecer naquela época, justamente para poder até de certo modo apoiar de uma forma mais forte e mais contundente o nosso mercado e a nossa indústria. Que de repente se viu em campo aberto, sem qualquer proteção. (Entrevista nº 4 - Onip - 5/8)

Outro ponto bastante frisado, este de caráter mais conjuntural, refere-se à visão fortemente monetarista que predominou ao longo do governo Fernando Henrique Cardoso, em especial no segundo mandato, em detrimento de uma posição desenvolvimentista, que viabilizasse o crescimento industrial. Dessa forma, a equipe econômica do governo centrou sua atuação na austeridade fiscal e na manutenção de elevadas taxas de juros, buscando, com isso, manter o controle das contas públicas. Além de essa política ter desestimulado os investimentos produtivos, os representantes das associações empresariais mostram-se perplexos com o resultado final obtido: crescimento acelerado do endividamento público em benefício exclusivo do setor financeiro. Uma situação oposta àquela pretendida. Certamente essa sensação de perplexidade é, em parte, atenuada pela percepção de que tal quadro é também consequência do saneamento das finanças públicas estaduais e municipais, aspecto tido como fundamental para a estabilidade fiscal no país. Além disso, a conjuntura internacional também teria comprometido o desempenho da economia brasileira.

De fato, o aumento do endividamento público é uma das principais marcas da gestão de Fernando Henrique Cardoso. Entre junho de 1994 e junho de 2002, a dívida pública, em proporção ao PIB, quase dobrou, passando de 31,2% para

58,6%⁷⁸. São basicamente duas as causas apontadas para esse crescimento. O governo alega que a principal causa refere-se ao ajuste fiscal, ou seja, a renegociação das dívidas dos estados e municípios e o saneamento dos bancos estaduais. Soma-se a isso os passivos contingentes, também chamados de “esqueletos”, dívidas antigas não contabilizadas, que ficavam camufladas nos balanços dos bancos públicos e de órgãos governamentais. Ou seja, o aumento da dívida pública teria decorrido basicamente da adoção de políticas mais responsáveis na gestão das finanças públicas. Trata-se simplesmente de tratar com transparência dívidas já assumidas anteriormente e de limitar a capacidade de emissão de estados e municípios, corrigindo, assim, distorções que poderiam levar futuramente a um total descontrole da economia brasileira. Outra corrente, diferentemente, advoga que o crescimento da dívida pública foi decorrente da política macroeconômica do governo, envolvendo tanto a política cambial – na medida em que parte significativa da dívida interna está atrelada ao câmbio, assim como toda a dívida externa – quanto a prática de juros extremamente elevados⁷⁹.

A análise do quadro abaixo mostra que ambas as explicações têm sua dose de verdade. Enquanto o ajuste fiscal líquido e o passivo contingente líquido respondem por 56,1% do aumento da dívida pública, a desvalorização cambial e os juros nominais são responsáveis por 58,3% do crescimento⁸⁰.

⁷⁸ CARNEIRO, Ricardo. A dívida pública como ela é.

⁷⁹ *Ibid.*

⁸⁰ Esses percentuais somam mais de 100% na medida em que outros fatores – privatizações e superavit primário – contribuem para a redução da dívida pública, tendo impacto negativo na evolução da dívida.

Tabela 10 – Fatores de Variação da Dívida Pública Brasileira (1994/2001)

Fatores de variação	R\$ bilhões	% da variação total
Ajuste fiscal (líquido)	142,8	45,7
Passivo contingente (líquido)	32,5	10,4
Privatizações	-58,9	-18,8
Subtotal – fatores patrimoniais	116,4	37,2
Desvalorização cambial	72,8	23,3
Juros nominais	109,4	35,0
Subtotal – fatores financeiros	182,2	58,3
Gerenciamento da dívida	44,9	14,4
Programas de governo	45,2	14,5
Superávit primário	-76,1	-24,3
Subtotal – fatores fiscais	14	4,5
Total	312,6	100,0

Fonte: Minifaz e Bacen/Revista Carta Capital, 4/9/2002.

Mas, independentemente da explicação para o crescimento da dívida pública, as taxas de juros praticadas pelo governo incidem sobre uma parcela expressiva do estoque da dívida, inclusive aquelas oriundas do ajuste fiscal e dos passivos contingentes, o que dificulta a inversão da tendência de crescimento. Esse é tido como um ponto de estrangulamento da capacidade produtiva da indústria nacional e um elemento importante para explicar a crise de credibilidade que o país enfrenta no mercado financeiro, que se reflete no aumento da cotação do dólar. Assim, os dirigentes das associações empresariais percebem que a estabilidade da economia brasileira, fator fundamental para a atração de investimentos externos e para o crescimento da produção, ainda não foi consolidada.

O segundo mandato do presidente Fernando Henrique, ele deixou um pouco a indústria numa situação difícil em função da política de juros que foi praticada. Quer dizer, o país foi meio gerido pelo caixa, ficou muito na mão dos monetaristas. Houve uma política muito forte do ministro Malan de controlar as contas de uma forma, sei lá, contábil, bancária, teve um viés muito para área financeira e realmente não se levou em consideração a necessidade de se

desenvolver o país. Eu acho que a taxa de juros onerou muito as empresas, você vê os balanços dos bancos, são balanços maravilhosos, você vê Itaú, Bradesco ganhando milhões de reais de lucro líquido, já sem impostos, sem nada, e você vê a situação da indústria que ficou apertada. Eu acho que ele pecou por não dar uma atenção maior a crescer, provocar um crescimento mais forte do país. Ele ficou ansioso de não endividar o país mas você vê, sei lá, perdeu o controle, cresceu muito a dívida interna, você tem hoje o país com um endividamento interno muito grande. Tudo bem que veio parte disso dos municípios, dos estados, de rombos que tinham nos estados, mas você tem um endividamento interno muito grande, sessenta e poucos por cento do PIB, você paga isso com títulos, quer dizer, o governo não arrecada o suficiente para pagar, tem que ficar emitindo títulos, para poder vender cada vez paga esses juros mais altos, por esses títulos. Cada vez mais você aumenta a dívida. Então realmente ele pecou por dar muita atenção ao banco e pouca atenção à indústria. (Entrevista nº 1 - Abitam - 27/9)

O Brasil ainda não atingiu a estabilidade econômica, a gente pensava que tinha atingido, isso foi um grande problema, começou a se abrir o mercado sem estar estabilizado. Pensava-se que a economia estava estabilizada e não estava. Nós estamos tendo problema agora, com controle de preço de combustível, uma série de problemas que nós estamos enfrentando, negócio de câmbio. (...) Está tentando estabilizar a economia, a estabilização da economia é fundamental para a abertura, e esse processo não estava ainda completo no Brasil. A prova é que desde o Real nós passamos por dois choques, um de âncora cambial e agora outro de inflação. Isso assusta os investidores estrangeiros. (...) Ele acabou com os bancos estaduais que eram focos de emissão de moeda, como acontece na Argentina que não conseguem resolver, que as províncias emitem dinheiro, em que no final a responsabilidade acabava no governo federal e era a população que tinha que pagar. O problema dos bancos estaduais, do Banerj, era uma loucura aquilo, um gerador de dinheiro que depois a sociedade tinha que pagar. A responsabilidade fiscal, essa coisa importantíssima. Porque depois quem paga é a sociedade. (...) Houve uma série de crises internacionais que prejudicaram o Brasil. Foi uma fase terrível. O Brasil sofreu, não foi feliz para ele. O próprio problema da Argentina, que desestabilizou o Mercosul, um negócio que a gente botava tanta fé. Foi uma fase muito difícil, não sei se alguém faria melhor do que ele. Realmente, ele privilegiou a estabilidade, esqueceu um pouco a parte de desenvolvimento, eu tenho um pouco de dúvida. Eu tenho que ver o que vai acontecer daqui para frente para avaliar. (Entrevista nº 3 - IBP - 4/10)

O que se observa, assim, é que, por mais que as lideranças defendam a orientação para o mercado, esse novo modelo não prescinde de uma atuação mais decisiva do Estado, no caso, garantindo as condições de competitividade para que a indústria nacional tenha condições de enfrentar um mercado aberto e globalizado. A retirada do Estado da economia nunca pode ser completa, pois é o Estado quem cria as condições em que o mercado irá se desenvolver.

6.4. Articulação entre setor público e privado

A avaliação dos canais existentes para encaminhamento das demandas da indústria pode ser interpretada segundo dois níveis de decisão. Na esfera das questões mais setoriais, as lideranças empresariais entrevistadas, de um modo geral, afirmam encontrar espaços de discussão abertos para a apresentação de seus interesses.

Junto ao poder Executivo federal, os entrevistados reportam a existência de algum grau de abertura junto aos principais ministérios e órgãos públicos envolvidos com atividades de seu interesse, onde as reivindicações da indústria podem ser apresentadas. Isso não implica dizer que os representantes se mostrem satisfeitos com o encaminhamento dado a todos os pleitos apresentados. Entretanto, isso é percebido, no mais das vezes, como inerente ao próprio processo de negociação. Outro aspecto levantado, contudo, é a dificuldade de articulação entre as diversas esferas decisórias – envolvendo o governo federal e os governos estaduais – que terminam por vezes comprometendo os esforços de garantir a competitividade dos produtos brasileiros.

Uma coisa que essa turma precisa entender é que o Brasil precisa ser competitivo. Não adianta você abrir o mercado e não criar condições para o Brasil ser competitivo... E nisso nós tivemos sucesso, o governo escutou bem. A própria ANP, no início, foi complicado, porque não tinha experiência, tinha um certo receio de ser cooptada pela indústria. Isso não ocorreu, ninguém tentou fazer isso, e hoje em dia criou-se um clima de confiança e respeito, não só com a ANP, que hoje respeita a ABP, sabe que o nosso lobby é um lobby aberto, com a imprensa junto, a gente não faz aquele lobby de mercado fechado, que é aquele lobby a luz de velas, isso não existe aqui. Com a ANP e com o governo. E eu acho que a gente conseguiu muita coisa, na área de contrato de concessão, acho que a gente ajudou a aprimorar. O que a gente faz é proposta, a gente não impõe, e em muita coisa aceitou os nossos pontos. Outras não, mas isso faz parte da negociação. Mas a questão fiscal foi a mais difícil, coisa inclusive que não dependia da agência, e ela inclusive apoiou a gente. Isso é muito importante. Um dia nós fomos ao Banco Central, falar sobre o risco cambial, isso é muito importante em qualquer processo em que você tem um período de investimento muito longo e alto, em offshore, depois tem uma fase de retorno muito curta... O campo ele não é uma fábrica com lucro, que você continua investindo e abrindo o mercado. O campo ele acaba, e tem uma coisa, depois daquele campo, se você não tiver uma outra área para investir, um outro campo, você vai embora. Porque o dinheiro que as companhias traziam para o Brasil é o lucro que ela teve em outro país. É que nem vento, o capital, se ele não puder sair ele não entra. (Entrevista nº 3 - IBP - 4/10)

Cada setor tem as suas entidades representativas. Essas entidades, ao longo dos anos, criaram uma série de canais de contato com todos os órgãos do governo, que você tem necessidade de ter. Meu setor não tem necessidade, a princípio, de ter relacionamento com o ministério da Agricultura. Onde eu tenho os meus interesses, a gente tem os canais. Normalmente, o governo ouve a posição... Porque tem duas coisas, tem coisas que são o governo que provoca você e tem coisas que você provoca o governo. Tem coisas que o governo consulta você. Quando ele vai fazer determinados acordos, ele manda um comunicado. Você é consultado pelo governo ou você provoca o governo. Mas se tem um trâmite bom com o governo, eu acho que o governo funciona bem, o governo ouve o setor empresarial. Tem a nossa entidade maior, que é a Confederação Nacional da Indústria, tecnicamente ela tem uma atuação muito boa, ela tem feito um trabalho muito bom, nós temos um órgão, chamado Coalização Empresarial Brasileira, formado por todas as entidades de classe dentro da CNI, que negocia com o governo todos esses acordos que estão saindo. Agora, tem posições que o governo às vezes não escuta você, ele tem outra visão sobre o assunto que aí fica meio difícil, porque às vezes ele tem certos comprometimentos internacionais que ele acha que, se ele adotar a sua posição, ele vai comprometer determinado acordo, ele acha que politicamente esse acordo é importante para o país. (...) Aí fica difícil o governo te ajudar, mas de uma certa maneira, o governo tem ouvido bem a gente, a gente tem tido sucesso nos nossos pleitos, a gente tem conseguido apresentar pleitos e a solução tem sido positiva para o setor. (...) Você tem um decreto chamado Repetro, que faz a legislação sobre a área de offshore. Então, para incentivar a vinda das empresas internacionais, para participar das licitações, isso foi feito quando o petróleo custava 10, 11 dólares o barril, com medo de que ninguém aparecesse para entrar nas licitações, o governo acabou criando uma lei que favoreceu muito o investimento estrangeiro. Veja bem, no petróleo, você tem um risco alto, você realmente tem que ter, na fase de exploração, uma desoneração. Mas o governo, na ânsia de atrair o pessoal, acabou dando mais do que havia necessidade. Então criou esse decreto que inventou duas figuras, a importação por admissão temporária e a exportação ficta, para equilibrar a importação por admissão temporária. Quer dizer, o produto que é importado viria para a indústria de petróleo da área de offshore – só vale para a área de offshore, não vale para exploração em terra, só exploração no mar – os produtos listados nesse decreto, eles gozam da isenção fiscal, seja de IPI, seja de ICM, seja de imposto de importação. Para completar a isonomia com o produto nacional foi criada a figura da exportação ficta na qual você então venderia o produto como sendo uma exportação, só que o produto não sai do território nacional. Por isso se chamou de exportação ficta, de fictícia. Só que isso teve problemas dentro dessa legislação estadual que quem legisla é o Confaz e o Confaz acabou não concedendo a isenção do ICMS. Então você tem hoje um produtor nacional pagando o ICMS do produto que ele fornece para esse pessoal, e o produto importado não paga ICM, não paga IPI e, além disso, não paga imposto de importação. (Entrevista nº 1 - Abitam - 27/9)

Em contraste, a visão da Onip é bastante crítica, sobressaindo a percepção de que a indústria está sub-representada junto ao governo federal, especialmente o setor ligado ao petróleo, que não dispõe ainda de canais permanentes e eficazes de encaminhamento de suas demandas. Parte do problema, porém, é creditado ao fato de a indústria do petróleo no Brasil estar passando por uma

profunda reestruturação, ainda muito recente, decorrente do fim do monopólio da Petrobras.

A participação da Indústria é muito pequena, deixa muito a desejar. O governo não está estruturado para isso. O Ministério de Indústria e Desenvolvimento, Indústria e Comércio, não está estruturado, não tem quadros. O Ministério de Minas e Energia também não. São muito fracos. Essa área nossa de energia, petróleo, nós temos muita dificuldade esses três anos em estabelecer um canal de comunicação, diálogo com o governo federal. Na área executiva. O Ministério de Minas e Energia praticamente não tinha o mínimo de estrutura, de quadros para isso. Foi criada a ANP, com quem a gente tem um bom relacionamento, mas ela não faz parte, ela é do Ministério, mas não é ligada direto a presidência, uma coisa meia... mas eles se prepararam e a gente tem um bom relacionamento, só com a ANP, o resto do Ministério de Minas e Energia não tem nada. O Ministério do Desenvolvimento e Indústria também não está preparado. (...) Quem está bem estruturado na área do Executivo e do Legislativo é a área financeira, bancária, que continuam mandando e desmandando no país. É o único setor que entra governo, sai governo, entra crise, sai crise, está sempre bem, que é o setor bancário, a área bancária. Por quê? Porque eles têm o Executivo lá bastante afinado com eles. Todo o Ministério da Fazenda. E têm o Legislativo também. Eles têm uma senhora bancada lá. E a área rural, a área agrícola, que está bem politizada. A industrial está meio de fora. Principalmente nessa área de petróleo então, não tem nada. Porque o pessoal desconhecia. Porque petróleo, o que era? Era Petrobras. Petrobras era a solução para tudo. A Petrobras que entendia de petróleo e ponto. Ninguém ousava falar em política de petróleo, nada disso, porque era a Petrobras. Agora mudou. Além da Petrobras têm mais 40 empresas. Agora se reconhece que quem dá sustentação à Petrobras são 30 mil empresas fornecedoras de bens e serviços para o setor de petróleo, envolvendo aí quatro, cinco milhões de trabalhadores. Então é uma coisa bastante mais ampla do que se imaginava, que fosse só a Petrobras. E a Petrobras era totalmente independente. Nem o Ministro de Minas e Energia tinha poder de fato sobre a Petrobras. Agora o panorama mudou, você tem a ANP... essa coisa está em processo todo de reestruturação. (Entrevista nº 4 - Onip - 5/8)

Junto ao setor naval, observa-se que a abertura de canais de comunicação com o governo federal é percebida como resultado da recente mobilização de diversos atores – sindicato patronal, sindicatos de trabalhadores, parlamentares fluminenses, governo estadual, Firjan – em favor da retomada da atividade no Rio de Janeiro. Desse modo, na medida em que esses diversos atores se organizaram e passaram a divulgar a importância do setor naval para a indústria fluminense e, conseqüentemente, para a geração de empregos, passou a haver um melhor encaminhamento das demandas do setor, que assim obteve respaldo junto ao governo federal.

O governo federal também tem atendido às entidades, tem recebido as entidades, tem ouvido, tem conversado. Porém, nós conseguimos isso um pouco tarde,

porque é um ano em que já estão terminando esses oito anos. É uma coisa mais recente, porque esse movimento foi mais recente. A conscientização que tomou conta foi mais recente, coisa de um ano ou dois atrás, dois anos atrás. Então essa conscientização, esse volume, esse crescimento, o despertar para essa situação foi coisa de dois anos. Então agora está amadurecendo e agora as idéias estão se unindo para levar, com poucos representantes, essa idéia para o planalto. (Entrevista nº 5 - Sinaval - 20/9)

Uma questão apontada, porém, é a falta de agilidade do BNDES em responder – positiva ou negativamente – às solicitações de financiamento do setor, o que vem dificultando sua retomada. Assim, a receptividade verificada no governo aos pleitos nem sempre se refletem em medidas efetivas que levem ao desenvolvimento da indústria naval.

Os mecanismos existem e estão sendo funcionais, agora, o BNDES, por exemplo, que é o gestor do dinheiro do Fundo de Marinha Mercante, que poderia nos ajudar a alavancar o crescimento da produção e acabaria com esse problema, é um mastodonte. Nós precisamos boa vontade e desburocratizar alguns procedimentos. Muito papel, muita coisa, que não leva a lugar nenhum. Você tem uma idéia, você entra com um projeto no BNDES hoje, só consegue uma resposta positiva daqui a dois anos. Daqui a dois anos, você perdeu o *timing*. Você hoje está com uma carteira de encomenda, então você começa hoje a fazer pedido para o negócio que é daqui a um ano. E se não sair daqui a um ano você vai ficar parado. Aí você tem que demitir, você perde, você entra com dívida, você segura mais um pouco na esperança de sair no mês que vem. Aí não sai, você tem que demitir, não tem mais dinheiro, fechou a empresa. Então o BNDES precisa ter mais flexibilidade, precisa ser mais ágil em dizer sim ou não. Sim, está aqui o dinheiro. Não, porque você não cumpriu isso, isso, isso e isso. Acabou. Isso tem que ser uns dois meses, um mês. Não pode levar dois anos, um ano. O governo federal tem que agir nesse aspecto. Todo mundo com boa vontade, mas precisa agir de fato. Dentro do BNDES, viabilizando, desburocratizando o BNDES, dando a ele recursos e condições de analisar as propostas do setor naval com mais rapidez. Porque o dinheiro existe, ele está lá. O dinheiro às vezes volta para o Brasil, porque ninguém usa. Ninguém usa porque existe a burocracia, existem os impedimentos legais, burocráticos que impedem a liberação do dinheiro. Então tem que haver mais flexibilidade para que esse dinheiro seja liberado mais rápido para que as empresas não morram. (Entrevista nº 5 - Sinaval - 20/9)

Mas se, mesmo com as deficiências apontadas, existem mecanismos de participação das associações empresariais na formulação das políticas setoriais, o mesmo não ocorre na formulação de políticas mais abrangentes, que afetam um número maior de setores, quando as decisões são tomadas sem que as representações empresariais consigam ter suas demandas atendidas.

As medidas de caráter geral, políticas de caráter geral, que seriam para todos os setores, o governo não fez, que é a reforma tributária, fez com remendos, faz uma reforminha aqui, uma pequena reformazinha ali, isso não resolve. As grandes reformas macro-econômicas não foram feitas. Apesar de a indústria ter solicitado, ter pedido, ter falado com o Congresso, ter pressionado parlamentar, isso não saiu, reforma da previdência, isso não saiu. Agora, setorialmente você tem conseguido um diálogo bom... Falta resolver os problemas macros que aí são pesados, envolvem interesses de muita gente, dentro do governo, seja estadual, federal, envolve políticos, o Executivo, e de repente ele não está a fim de perder certas vantagens... (Entrevista nº 1 - Abitam - 27/9)

Em contraposição, para as organizações dos trabalhadores, o que predominou foi o fechamento das instâncias decisórias governamentais. Assim, entre as lideranças sindicais, a posição assumida em relação à existência de canais de comunicação com o governo federal é significativamente mais crítica. O governo estaria se mostrando pouco receptivo às demandas dos trabalhadores e dos movimentos sociais em geral, adotando, inclusive, uma postura de discriminação em relação às lideranças da CUT. Por outro lado, quando as organizações sindicais ou movimentos sociais conseguem ser recebidos no governo, isso não se reflete na adoção de medidas efetivas em atendimento às demandas apresentadas.

Isso é um trator desgovernado numa ladeira, com uma porção de gente no ponto de ônibus lá embaixo. Tem sido assustador, uma massacre completo. Não tem processo decisório. As negociações com o MST estão suspensas, as negociações com os trabalhadores demitidos da Fundação Nacional de Saúde do estado do Rio de Janeiro estão suspensas. (...) Nós acordamos uma semana antes, descobrimos através dos nossos deputados que o projeto de regulamentação trabalhista estava na Câmara dos Deputados e não tinha sido discutido com ninguém. (...) O Paulinho é recebido no palácio. O Paulinho da Força Sindical. O João Felício, que não pode ser chamado de nenhum radical xiita, um professor, um senhor respeitado e tudo, não conseguiu ser recebido pelo Fernando Henrique para tratar de temas importantíssimos para a sociedade brasileira. E é a maior central sindical do país. O governo Fernando Henrique não teve espaço para discussão. (Entrevista nº 6 - Cut/Rio – 10/9)

A coisa mais difícil que a gente tem é se fazer ouvir. Vou te dar um exemplo agora do veto do governo Fernando Henrique ao projeto de anistia dos petroleiros envolvidos na greve de 95, que foi pedido audiência com ele e não nos atendeu. Estamos agora essa semana, amanhã vamos ter atos no Brasil, vamos ter um ato em São Paulo. E estamos tornando público isso para a imprensa, inclusive para ver se a gente consegue sensibilizar. Mas é muito difícil. O povo trabalhador não consegue, não tem canal, a não ser através de movimentos como o MST, depois de grandes movimentos como aquela caminhada que foi feita dos 500 mil para Brasília. Nos recebeu lá. Mas... você é recebido, mas continua a mesma política. Recebe mais para dar uma satisfação, porque teve uma pressão muito grande.

Mas de fato, como resultado concreto e objetivo, a gente não tem alcançado. (Entrevista nº 8 - FUP - 6/8)

O governo federal não reconhece, não ouve, não atende. O governo está comprometido com o FMI, está comprometido com os empresários, está comprometido com o povo que cerca eles, o PFL, o pessoal que defende a continuidade dos 500 anos do Brasil, o projeto que o presidente está comprometido. Nós defendemos um outro projeto. Um projeto de participação nos orçamentos, discutir com a sociedade como é que vão ser implementadas as políticas públicas, a política de educação, política de saúde, política de habitação, política de emprego, política industrial, a gente quer participar de tudo isso. Só que o governo não ouve, o governo não quer. Ele define ali dentro do Congresso, dentro das lideranças partidárias, os partidos aliados e implementa as políticas. Não ouve a CUT, as centrais sindicais, com algumas exceções, quando ouve é parcial. Ouve, mas não atende também. (Entrevista nº 9 - Programa Integrar - 24/9)

Se os temas de teor mais abrangente escapam à influência dos trabalhadores, no que se refere a questões pontuais, os entrevistados percebem a existência de canais para o encaminhamento de suas demandas. Tais canais representam conquistas obtidas pela sociedade ao longo do processo de redemocratização, e sua manutenção independe, hoje, dos governos.

Eu acho que nós conseguimos, após 88, ter um espaço da conquista da classe trabalhadora. Nós brigávamos para estar representados nos conselhos, no fundo de garantia. Nós brigávamos para ter um representante, hoje nós temos representante. Nos conselhos da saúde nós temos representante. Então, hoje, de fato, nós estamos representados por vários trabalhadores e de várias categorias dentro desses conselhos. No conselho de saúde nós criamos espaços e estamos lá disputando. Disputando com o governo e dizendo que os trabalhadores têm proposta. Quer dizer, houve um avanço nesse aspecto do lado social, da participação da classe trabalhadora. Não posso dizer que nós não participamos. Participamos e estamos participando dos conselhos. Então, acho que hoje nós somos ouvidos, sim, pois a Constituição nos garantiu e nós estamos fazendo valer de fato. Então, quer dizer, os conselhos foram criados e nós estamos dentro desses espaços, estamos trabalhando nesses espaços justamente para discutir. Ele [o poder Executivo] se mostra aberto pela força que se tem da classe trabalhadora e da sociedade de forçar a participação nos conselhos. Acho que não tem como fechar isso. Nem Fernando Henrique Cardoso, nem Lula, nem quem quer que seja que assuma. Não tem como fechar. Porque você já criou uma cultura de participação e hoje os trabalhadores são representados, você elege uma pessoa para estar lá. Então, nós, por exemplo, agora botamos dois companheiros nossos, que não são, é claro, do governo federal, representantes na OIT, que são brasileiros. Então lá tem dois representantes nossos dentro da OIT, que são representantes dos trabalhadores da CUT. Estão dentro do conselho lá da OIT. Abriu um espaço também nessa área internacional em que nós não tínhamos espaço. (Entrevista nº 7 - Fiem – 11/9)

Quanto ao Congresso Nacional, percebe-se, entre os representantes dos setores da indústria entrevistados, uma posição dúbia. Por um lado, entendem que a indústria em geral – e os setores ligados à indústria do petróleo, em especial – não se articulam de uma forma efetiva com o Congresso, ao contrário do que ocorre com os setores financeiro e agrícola. Os parlamentares mostram-se, assim, pouco sensíveis às demandas da indústria.

Na área do Legislativo é um vazio de competência, uma coisa triste. Eu tentei por várias vezes manter algum canal de diálogo, procurar um interlocutor lá para discutir essas questões que afetam a indústria do petróleo, para ver se sensibilizava lá os congressistas, para ver se eles sensibilizavam o Executivo. E ninguém se interessava por nada, particularmente pela área de petróleo. (Entrevista nº 4 - Onip - 5/8)

O Brasil é o país dos latifundiários, onde a agricultura e os grandes fazendeiros têm também seu comando, a sua força, ou a sua resistência. Então tem que haver uma conscientização no Senado, na Câmara, que não é só feijão e arroz. Não é só soja, não é só trigo, não é só boi, nós também temos que ver a indústria. Essa representatividade existe, mas o que tem que haver é uma conscientização de todos trabalharem em prol do desenvolvimento. (Entrevista nº 5 - Sinaval - 20/9)

Entretanto, observa-se também que, ao longo da gestão de Fernando Henrique Cardoso, a folgada maioria com que o governo contava para aprovar seus projetos no Congresso e a freqüente edição e reedição de medidas provisórias, que transferia para o Executivo a função de legislar sobre as matérias de seu interesse, esvaziou a arena legislativa de sua importância política, fazendo com que a relação com o Legislativo não fosse percebida como prioritária. Essa situação reafirma a constatação de Carlos Costa Filho de que *a transformação do Legislativo em casa ratificadora das matérias legislativas propostas pelo Executivo produz efeitos relevantes sobre a forma que assume a representação de interesses setoriais no processo decisório*⁸¹ (Costa Filho, 1997:180). Esse tipo de situação tende a comprometer a transparência das relações entre Estado e sociedade, não estimulando que essa articulação se desse no campo mais aberto e representativo⁸² do Poder Legislativo.

⁸¹ COSTA FILHO, Carlos R. Pio. *Op. cit.*: 180.

⁸² Refiro-me aqui a noção utilizada por Costa Filho, de que o poder Legislativo é mais representativo que o Executivo, nos regimes presidencialistas, na medida em que o segundo é

Com a proximidade da mudança de governo, que vai implicar numa nova correlação de forças no Congresso, essa postura tende a se transformar, com o crescimento da importância do Legislativo no encaminhamento dos interesses da indústria.

Congresso Nacional, a gente chegou a interagir, mas não de maneira... Como o Executivo tinha muita força no Congresso, não foi assim preciso. Nós sabemos, agora, que qualquer que seja o candidato, ele não vai conseguir ter maioria no Congresso. A nossa relação com o Congresso vai ter que ser muito mais forte. (Entrevista nº 3 - IBP - 4/10)

Junto aos líderes sindicais, diferentemente, o Congresso é percebido como um espaço privilegiado para a defesa dos interesses dos trabalhadores, já que contam com as bancadas de esquerda para encaminhamento de suas demandas. Nesse sentido, o Legislativo é tido como uma esfera muito mais aberta e democrática do que o Executivo. Entretanto, a percepção de que o Congresso é controlado pelo poder Executivo torna inviável a negociação, fazendo com que as demandas dos trabalhadores não sejam levadas em consideração na tomada de decisão.

O Congresso Nacional tem canais. Se você correr o Congresso Nacional você consegue conversar com parlamentares. Tem parlamentares que não ouvem mesmo, é um ato dele, não tem interesse mesmo, eles nem disfarçam isso e são até sinceros. Mas é possível circular no Congresso Nacional, a princípio, fazer uma política de pressão dentro do Congresso Nacional. É uma casa conservadora. O Senado em especial é uma casa muito conservadora. O Congresso Nacional é uma coisa que tem mais um pouquinho de cheiro do povo. Que dizem ser a casa do povo, mas eles mesmos dizem, vários parlamentares assumem que aquilo não é a casa do povo, é a casa do representante do povo. Note a diferenciação. Mas existem parlamentares dos blocos de esquerda, do PT, do PCdoB, enfim, do conjunto dos partidos de esquerda, até do PSB, do PDT, que nos ajudaram muito em várias movimentações dentro do Congresso Nacional. E que em alguns momentos a gente conseguiu uma política de aliança maior ao ponto de derrotar o governo Fernando Henrique trabalhando também alguns aspectos da conjuntura que a gente soube explorar bem, e conseguimos barrar alguns projetos. Então é por aí que foi possível. (Entrevista nº 6 - Cut/Rio – 10/9)

É uma política mesmo de imposição, de rolo compressor. Quando a esquerda, que é minoria no Congresso, questionava a questão, os caras vinham, mobilizavam todo o Congresso e passavam por cima de todas as discussões.

constituído por meio de eleições majoritárias, não abrindo espaço para a representação das minorias.

Infelizmente as coisas funcionam assim. Eu acho que até a maioria vence, mas de uma forma mais discutida. É uma questão de nenhum interesse, é não ouvir mesmo. Em todos os locais é isso. Na assembleia do sindicato a maioria vence, mas a gente discute passo a passo as questões, procura envolver todo mundo, convencer as pessoas de que aquela proposta seja a melhor. Nem o Governo Federal nem os congressistas fazem isso. A maioria dos congressistas. (Entrevista nº 9 - Programa Integrar - 24/9)

Com relação ao estado do Rio de Janeiro, merece destaque a avaliação positiva da Secretaria de Energia, Petróleo e Indústria Naval, criada no governo Garotinho, como impulsionadora da indústria fluminense, posição partilhada tanto por representantes da indústria, quanto dos trabalhadores. A atuação da secretaria, que teria buscado a colaboração dos diversos atores envolvidos nos setores de energia, petróleo e indústria naval, é percebida como um exemplo de participação da sociedade nas tomadas de decisão.

Aqui no Rio de Janeiro eu vi uma experiência muito positiva que foi a criação da Secretaria de Energia, Petróleo e Indústria Naval, que por conta de ter um secretário bastante atuante, conseguiu mobilizar a indústria toda ligada a petróleo, ligada à energia elétrica, termelétrica, indústria naval, em torno do projeto desenvolvimentista, de crescimento. E para isso... de novo mostra como é possível você fazer as coisas acontecerem. Basta ter um bom administrador, um bom gestor que você cria esses canais. E há uma reciprocidade. A indústria prontamente participa dos chamados do governo para investir. Houve investimentos no Rio. Em quatro anos passou de importador de energia elétrica para exportador. Os estaleiros estavam todos fechados, reabriram todos. Mas isso é uma exceção. Mas é importante para mostrar que os caminhos estão aí, basta vontade política e competência gerencial. (Entrevista nº 4 - Onip - 5/8)

O Garotinho assumiu o compromisso conosco: Eu ganhando as eleições vou abrir a secretaria de indústria naval. Quando ganhou, ele abriu a secretaria. Isso ajudou bastante. Porque colocou uma pessoa lá que conhecia o setor, que conhece, que é um engenheiro da Petrobras de carreira, um engenheiro naval, que conhece tudo de offshore. (Entrevista nº 10 - Sindicato dos Metalúrgicos de Niterói - 14/10)

Um outro aspecto que merece menção refere-se à percepção do crescimento e fortalecimento do terceiro setor no Brasil. Configura-se, assim, um novo interlocutor na relação Estado-sociedade, que pode ter um papel decisivo na formulação e implementação de políticas públicas.

Agora, tem uma novidade positiva nisso tudo, houve no Brasil, e aí a gente vê aqui no Rio, de uma forma clara, um trabalho espontâneo da sociedade independente do Estado, na área social. É impressionante a criatividade de movimentos espontâneos, de lideranças espontâneas, ou de empresas ou de

grupos de pessoas ou de lideranças de bairros, das Ongs, a trabalhar para a sociedade de forma independente do Estado. É fantástico, são pessoas que se dedicam profundamente, o trabalho é espontâneo, então envolve alma, envolve amor, envolve ideal, então a repercussão do trabalho é muito maior, eles não estão lá para ganhar dinheiro, eles estão lá trabalhando por serviço. Isso é uma novidade, isso não era banal, isso não existia, nós temos na Firjan o Conselho de Responsabilidade Social, que talvez seja o conselho mais denso, mais pessoas participam, estão engajadas, e faz diferença, isso faz diferença. (Entrevista nº 2 - Firjan - 18/10)

As Ongs estão aí para serem trabalhadas. Eu acho que tem muitas pessoas pensantes. As universidades, elas são um canal para nós buscarmos espaços, porque têm formadores de opinião e têm áreas técnicas lá dentro, que estão ociosas, para ser trabalhadas. Tem que priorizar a questão da universidade, para não ser só um celeiro de pensadores, mas estar junto com a sociedade discutindo e apresentando propostas. Eu acho que no governo que assumir agora a gente tem que ter esse papel. E nós do movimento sindical temos que estar trabalhando não na área do corporativismo, só da categoria, mas pensando a sociedade como um todo. (Entrevista nº 7 - Fiem – 11/9)

6.5. Representação de interesses

Um ponto que nos ajuda a pensar a questão da representação dos interesses das classes empresariais é a percepção das lideranças industriais de que existem canais relativamente eficazes de encaminhamento ao governo das demandas de caráter tópico ou setorial, simultaneamente ao reduzido poder de influência do empresariado nas decisões governamentais mais amplas, que atingem diversos setores da economia. Essa participação inexpressiva nas macro decisões não é entendida somente como uma consequência do insulamento do governo federal, mas também da falta de articulação dos interesses empresariais em torno de seus interesses mais abrangentes, comuns aos diversos segmentos. Assim, mesmo em situações em que se tem claramente uma agenda comum – como é o caso da reforma tributária – o empresariado brasileiro não consegue ter força política para garantir um bom encaminhamento de suas demandas.

Essa parte da reforma tributária, realmente, é uma coisa que só Deus explica. Porque individualmente, perguntando para todo mundo, todo mundo concordava que tinha que se fazer uma reforma tributária. Só que na hora que se levava a reforma tributária, a reforma tributária não saía. Faltou empenho do governo, se o governo quisesse ele teria forçado essa passagem da reforma tributária no Congresso. Agora, o governo também age pressionado. Eu acho que faltou pressão da indústria, articulada, forte, objetiva e contínua em cima do governo. Acho que a indústria não... Você teve alguns líderes empresariais que lutaram pela reforma tributária, Gerdau, de uma certa forma, o Horácio Piva, lá da Fiesp,

mas... O Antonio Ermírio, mais discretamente, mas não teve assim uma articulação forte do empresariado pressionando também a base parlamentar, tanto o governo quanto a base parlamentar para que fizessem a reforma. Acho que falta uma força política maior para o setor industrial. O setor industrial não está articulado ainda como deveria estar. (Entrevista nº 1 - Abitam - 27/9)

Um dos pontos ressaltados nas entrevistas é a falta de uma atuação mais efetiva da CNI na defesa dos interesses da indústria, decorrência, por um lado, do controle da entidade por federações pouco representativas da indústria nacional – notadamente das regiões Norte e Nordeste – e, por outro, da sua utilização para o atendimento dos interesses políticos de seus dirigentes.

A CNI tem um trabalho técnico muito importante, ela talvez não tenha a presença política que deveria ter. Ela tem uma importância pelo que ela representa, ela deveria ter uma força política maior. A CNI não tem a força política que ela deveria ter, para defender os interesses da indústria... Você tem tido, os últimos presidentes da CNI são oriundos normalmente das regiões Norte e Nordeste do país. E esse pessoal tem muito envolvimento com o governo, nas suas bases, às vezes são inclusive políticos locais. E às vezes não tem interesse em ter certos conflitos com o governo em função dessas suas origens. Isso eu imagino. Não há uma determinação maior de cima de que realmente vai ter que ter uma movimentação maior política solicitando as mudanças que você precisava fazer. (...) Eu acho que a CNI tinha que ter uma postura política mais forte. Ela tem um trabalho técnico excepcional. Ela tem um corpo técnico excepcional. Pessoas altamente qualificadas, que fazem trabalhos espetaculares. Mas politicamente eu acho que a cúpula da CNI tinha que ter uma presença maior. Esse caso da reforma tributária, deveria ter feito uma pressão maior para conseguir que ela tivesse caminhado dentro do Congresso Nacional. Na minha análise é isso. Eu acho que são lideranças erradas. (Como mudar?) Trazer o comando da CNI para o pessoal do sudeste e as empresas apertarem mais as federações para que elas... A CNI é composta pelas federações. As federações, com exceção da Fiesp, da Firjan e da Fiemg, o resto tem uma atuação muito discreta, vamos falar assim. Você não tem uma presença política forte, porque você também não tem indústrias fortes nesses estados. Então você tem a Fiergs, do Rio Grande do Sul, que tem um certo papel, Fiesp, que tem uma voz muito forte, mas também teve um período aí que ela foi confundida com um certo, vamos dizer assim, de procurar vantagens só para eles, acabou a Fiesp ficando com uma imagem não muito positiva, das suas lutas, uma imagem meio esquisita. Tem a Firjan, que teve uma evolução sob a gestão do Eduardo Eugênio, uma força maior, a área de petróleo realmente trouxe uma força maior para o estado do Rio de Janeiro. Eu acho que a Firjan está fazendo um papel bom. Falta ainda um grande líder da área da indústria para realmente conseguir motivar todas as federações, toda a estrutura organizacional da indústria no país, e ela tinha que ser mais forte nos seus pleitos, conseguir mais objetivamente mais vitórias. (Entrevista nº 1 - Abitam - 27/9)

E aí há uma mistura nojenta de interesses político-partidários com a representação empresarial. É o que a CNI faz, é o que a CNT faz, é o que a CNC faz, é uma vergonha. E no Rio de Janeiro nós estamos tentando nos separar dessa agenda, até pelo exemplo. E é por isso que nós aqui no Rio conseguimos

transmitir legitimidade, é aceita por todos, pela sociedade. A CNI agora assumiu um deputado federal, saiu outro. Se nós não construirmos uma representação empresarial que discuta os problemas empresariais no contexto da sociedade, nós não vamos para frente. (Entrevista nº 2 - Firjan - 18/10)

Observa-se, assim, uma preocupação em se dissociar de uma prática de representação de interesses de classe vista como arcaica, em que interesses particularistas são apresentados como se representassem os de toda uma categoria.

Eu não sou uma associação de classe. Eu sou uma associação de empresas. Eu não defendo o interesse das empresas, o que o IBP defende são as coisas institucionais, o que a gente tem que fazer para desenvolver a indústria. Eu não defendo a Esso, a Shell, a Petrobras, não. E nem entro no negócio delas, o meu lobby é institucional, é criar condições propícias para o desenvolvimento e o Brasil ser competitivo, é nesse nível. Eu não levo pleito das empresas. Elas é que levem, lá. Nós levamos pleitos do setor. Eu não sou uma associação patronal. Nas minhas comissões as vezes tem gente do governo, da universidade. Aqui é meio neutro. (Entrevista nº 3 - IBP - 4/10)

Um ponto levantado nas entrevistas reforça a interpretação de que a dificuldade encontrada pelo empresariado brasileiro de apresentar propostas e participar ativamente na formulação de políticas mais amplas, que ultrapassem os interesses setoriais, repousa numa característica histórica da representação empresarial brasileira, qual seja, a reduzida capacidade de articulação supra-setorial⁸³. Essa deficiência da classe empresarial em se articular em torno de interesses mais abrangentes e de longo prazo vem sendo percebida como um entrave à formulação de políticas governamentais mais consistentes, que atendam os interesses de toda a sociedade.

Tudo aí fica fluido, fica difuso, não fica legítimo, não fica plural, diferentemente do Medeco, a representação empresarial francesa. Aqui não tem, aqui é um bando de gente, vai representar aqui, chama aqui o representante do empresariado, é uma mesa enorme, cada um tem uma idéia, cada um não sei o quê. E o coitado do governo, que não conhece como é que é a economia real, fica perdido. Isso fica subordinado também, na área empresarial, aos interesses particulares. Como é que o governo federal vai reagir? Não vai, fica parado. (Entrevista nº 2 - Firjan - 18/10)

⁸³ DINIZ, Eli. *Globalização, reformas econômicas e elites empresariais*.

Acho que falta uma força política maior para o setor industrial. O setor industrial não está articulado ainda como deveria estar. (Uma articulação supra-setorial?) Exatamente, uma articulação supra-setorial e que tivesse uma influência muito grande em cima do Congresso. Mais ou menos o que os Estados Unidos têm. (Entrevista nº 1 - Abitam - 27/9)

Uma alternativa apresentada para aprimorar a representação de classe no Brasil é a extinção da estrutura de representação corporativa oficial, com o fim da contribuição compulsória e da unicidade sindical. Na medida em que os arranjos representativos não estariam mais condicionados a critérios de classificação de atividades inapropriados para a nova realidade da economia, seria estimulado o estabelecimento de associações mais funcionais, que agreguem setores que estejam relacionados, independentemente de serem classificados como indústria, comércio, transporte ou serviço. Por outro lado, o fim da compulsoriedade e da unicidade sindical levaria as associações a buscarem oferecer serviços importantes para seus integrantes, como forma de atrair e manter seus sócios. Trata-se, de fato, da introdução da lógica do mercado na representação dos interesses de classes, em que a necessidade de competição pela afiliação de membros resultará em organizações mais adequadas para as necessidades dos representados. Evidentemente que o sistema dual de representação, em que convivem associações da estrutura corporativa oficial e outras de filiação espontânea e caráter voluntário já permite o surgimento de novas organizações, para além das amarras regulatórias do sistema oficial. Entretanto, a existência da estrutura oficial garante um espaço político relevante e fartos recursos para a manutenção de organizações que não são representativas de seus setores.

Nós temos que alterar e melhorar e transformar a representação empresarial. Precisa existir uma representação plural. Se não tiver uma representação que tenha seus próprios recursos para a representação, e não recursos compulsórios, e acabar com as categorias econômicas que o Getúlio Vargas criou lá atrás, que era bom para o Brasil na década de 40, mas é absolutamente velho no século XXI. Você é industrial ou comerciante ou comerciário, é brincadeira, e usando recursos públicos da contribuição dos Esses⁸⁴, que nós usamos, sem conferir interesse à sociedade. (...) Nós somos absolutamente contra a compulsoriedade. Aqui no Rio, metade da nossa fonte de contribuição é voluntária. As outras representações dos outros estados não vão mudar por livre e espontânea vontade, até porque nós tentamos induzir... (...) Você tem que acabar com a

⁸⁴ Sistema Sesi/Senai.

contribuição compulsória, aí você vai obrigar o rompimento disso aí. Você acaba com as categorias econômicas, comércio, transporte, indústria, não sei o quê, e você acaba com a unicidade sindical também, porque é um contra-senso, inclusive para os trabalhadores. “Sindicato tem que ser compulsório também para ser forte”. Não, o sindicato só vai ser forte quando eu quiser ser sócio daquele sindicato. Então, tem que acabar com a unicidade, você pode se associar ao sindicato que bem entender. E aquele sindicato que você escolher, que a maioria escolher... O que é a CUT, que é a CGT, a Força Sindical? Que os trabalhadores entenderam, antes que os empresários, que era mais importante fazer as representações extra-legais. E aí, sim, nós vamos ter a discussão positiva. Não essa vergonha, os pelegos empresariais e os pelegos trabalhadores. São uns pelegos, estão lá como profissionais, para ganhar dinheiro. Precisa haver uma mudança da lei do trabalho. O Getúlio Vargas inventou de uma forma genial, tão genial que dura 60 anos, lá para a ocasião dele. Agora, hoje, não. Você, por exemplo, está numa indústria e terceiriza o serviço. Então, aquele trabalhador pára de se industriário para ser comerciário. Por que? A indústria hoje não tem nada a ver com a indústria de Vargas. (...) 3,5% da folha de pagamento brasileira vai para os Esses. E 40% do orçamento fica em Brasília. Pra fazer o quê? Só sacanagem, só pode ser. 40% fica lá. Isso é brincadeira. Tem que acabar na origem, por Medida Provisória, acabou. Aí os ratinhos se entendem, vão lá, sentam na mesa e vamos acertar como podemos viver com o Senai sem compulsoriedade. Fora isso não vai mudar nunca. (Entrevista nº 2 - Firjan - 18/10)

A Firjan procura se apresentar como um novo paradigma de associação empresarial. Um primeiro ponto que chama a atenção é a preocupação em estabelecer uma ruptura com o antigo modelo de empresariado, conforme descrito por Eli Diniz⁸⁵, cujos interesses estariam totalmente desvinculados de questões mais abrangentes da sociedade – que envolvem uma distribuição mais justa das riquezas, o que possibilitaria a universalização do acesso a bens sociais como saúde, moradia e educação. Por outro lado, é defendida uma “desideologização” das associações de classe. As associações devem assumir uma postura propositiva, independentemente da corrente política a qual pertença o governo da vez. Esse tipo de posicionamento propicia uma melhor articulação entre o Estado e as associações, criando possibilidades para uma contribuição mais efetiva dos seus representantes na condução dos negócios públicos.

Eu acho que uma classe, um setor, um segmento da sociedade não pode dizer o que é melhor para si, para o seu segmento, eu acho que nós temos todos que pensar e opinar a respeito do que que é bom para a sociedade. E aí vem o que nós fazemos na Firjan. Quando eu tomei posse, há 5 anos atrás, eu dizia o seguinte: nós só podemos discutir problema industrial, problema empresarial, dentro da discussão da sociedade. Nós não podemos imaginar empresas

⁸⁵ DINIZ, Eli. *Globalização, reformas econômicas e elites empresariais*: 82-3.

fantásticas, ricas, empregando gente, numa sociedade absolutamente dilacerada, numa sociedade miserável. Não pode ser. E aí nós muitas vezes incorremos em erro, eu, você, todo mundo, de segmentar, ah, para a indústria eu preciso... Aí tem poesia, eu preciso subir 4% ao ano, 5% ao ano, para empregar 10 milhões, aí tem as contas... essa bobajada. E as pessoas não são bobas, as pessoas, é isso: como é que eu posso tentar ter uma vida normal, ou seja, eu ter a minha casa, eu ter a saúde, ou o serviço que o Estado é obrigado a fornecer, eu não ter minha vala preta, e eu ter a educação dos meus filhos e pronto. (...) Nós trabalhamos para induzir o investimento de uma forma estruturada, ou seja, sem fantasia. Como é que eu posso descobrir as vocações regionais do Estado do Rio e trazer os investidores para explorar aquelas vocações? E fizemos, então, uma pauta de 6 ou 7, depois essa pauta foi sendo enriquecida, está sendo enriquecida até hoje, onde tem lá investimento em infra-estrutura e investimento produtivo mesmo. O projeto de fruticultura irrigada do norte fluminense... O que aconteceu? Foi o setor privado, como se fosse uma Ong que fez, e o governo adotou. Se você verificar a campanha política no estado, todos os candidatos falavam dos projetos nossos, cada um se dizendo dono, não faz mal, não tem problema nenhum. Mas mostra que, se existir uma organização que tem capacidade intelectual, seriedade, e recursos financeiros, evidente, para moldar projetos estruturantes, não é projeto pontual, nós mudamos a cara do Rio e se todos os estados fizerem o mesmo, vamos mudar a cara do Brasil. E aí nós que chegamos para o poder público e nós pedimos a parceria. Aqui no Rio aconteceu e nós pedimos parceria ao governo federal. Sepetiba, o porto, foi invenção nossa. Todos os projetos estruturantes foram assim. E nós estamos sendo beneficiados pelo petróleo, e vai mudar o Rio de Janeiro em alguns anos. Agora, precisa investimentos ainda importantes em infra-estrutura, nós não podemos achar que as comunidades carentes fazem parte da vida. Precisa haver a intervenção do Estado, a criação de novos espaços fora do centro, tem que haver infra-estrutura de transporte, para as pessoas viverem melhor. Não posso imaginar que nós vamos crescer 14% etc e ainda tem a droga e o poder público não pode entrar para proteger o cidadão que está lá em cima. Não é fácil, não é rápido, precisa uma continuidade nesse trabalho, já avançou, claro que se avançou muito nos últimos anos, mas precisa se avançar muito mais. E o que a falsidade da interlocução, a falsidade da representação inibe nessa velocidade é uma loucura. (Encontra respaldo no governo?) Não há possibilidade de não ter respaldo. Se uma organização séria, que é vista como séria pela sociedade e pelo poder público, tem um trabalho com início, meio e fim, que não interessa a ninguém particularmente, mas a todos, não há possibilidade de o poder público não adotar, ou não responder favoravelmente, aí vira pinimba pessoal ou sei lá, e que não resiste a uma crítica. E é por isso que nós transitamos muito bem no governo do PSDB do Marcello Alencar, no governo do PSB do Garotinho, no governo do PT da Benedita, e agora eu espero continuar com a Sra Rosinha a mesma coisa. Nós não temos 50 milhões de votos de ninguém, nem 50 mil, nem 20 mil, zero, ponto. Então nós temos que ser parceiros da sociedade, completamente diferente da CNI. A CNI é outro papo lá em Brasília, a confederação que reúne todas as federações. Um belo dia, disseram lá, a última vez que eu fui numa reunião formal, que se o Lula ganhar nós seremos oposição. Oposição de quem, cara pálida? Oposição a quem, ao Brasil? Tem que se criar novas lideranças para transformar. (Entrevista nº 2 - Firjan - 18/10)

Uma iniciativa interessante, ligada à indústria do petróleo, que pode apoiar no debate sobre novas formas de representação de interesses de classe, foi a

criação da Onip – Organização Nacional da Indústria do Petróleo. Trata-se de uma associação de associações⁸⁶, que reúne representantes da indústria petrolífera, de setores fornecedores de bens e serviços para as atividades de exploração e produção, a CNI, federações estaduais de indústrias, bem como órgãos do governo federal e de governos estaduais. Um novo modelo de associação que tem por finalidade estimular o desenvolvimento de toda a cadeia produtiva do petróleo, promovendo a sua eficiência e competitividade.

A Onip representa um novo modelo de articulação de interesses empresariais, sem similar no mundo, já que, diferentemente de experiências semelhantes verificadas no Reino Unido e na Noruega – que serviram de inspiração para a sua criação – a Onip é uma instituição privada e não governamental⁸⁷.

A análise das entrevistas, contudo, mostra que a Onip é vista de formas bastante distintas pelas lideranças industriais consultadas⁸⁸. Por um lado, a instituição é percebida como um fórum de formulação de política industrial que pode servir de modelo para outras atividades, que tem obtido conquistas expressivas, mas que ainda não foi bem-sucedida em estabelecer articulação com o poder Executivo e, principalmente, com o Legislativo.

Eu acho que essa concepção da ONIP é muito feliz. Eu acho que ela, diante do que existia antes, acho que é um avanço fantástico, uma evolução conceitual muito grande. Porque ela é uma associação de associações. Ela não é uma associação de classe, ela representa todos os interesses de todo um setor industrial, toda a cadeia produtiva. Você congrega aqui os principais *players*, protagonistas do negócio de petróleo, tanto as *oil companies* quanto as fornecedoras de bens, prestadores de serviço, o governo também na ANP, banco de desenvolvimento tipo BNDES, FINEP - que são membros da ONIP. E estão todos ali congregados aqui e discutindo os seus pontos de vista a respeito dos principais questões, problemas, buscando soluções. E fazendo toda essa articulação, estabelecendo canais de cooperação entre as partes. É um exercício de formulação de política. A ONIP é um *locus* natural de discussão e formulação de política industrial explícita, o que é extremamente saudável, positivo. Eu acho que é uma fórmula fantástica. Eu não tenho responsabilidade pela criação, pela concepção. Quem concebeu isso realmente foi muito feliz e que facilitou de certo

⁸⁶ A Petrobras, em função de sua importância para a indústria do petróleo no Brasil, é a única empresa individual que está representada na Onip.

⁸⁷ DINIZ, Eli e Renato Boschi. *Reconfiguração do mundo empresarial*.

⁸⁸ É interessante observar que, à exceção óbvia da própria Onip, todas as associações empresariais incluídas no estudo têm assento na instituição.

modo até a própria implantação da ONIP. Eu fui convidado para vir, começar do zero aqui. E foi muito fácil esses três anos em termos de resultados que nós conseguimos alcançar. Acho que até nos surpreendeu, ultrapassou expectativas, não só nossas, mas também até dos próprios fundadores. (...) E acho que é uma evolução realmente. Acho que isso é um novo modelo de paradigma. Acho que pode ser tentado e até aperfeiçoado e aplicado em outros setores industriais. (...) O que faltou na ONIP - aí de novo por falta de interlocutor no governo federal - foi um entendimento por parte do Executivo, que não foi por falta de convite, de idas e vindas a Brasília, tentando mostrar a eles a importância, o que a ONIP podia representar para eles em termos de assessoramento na formulação de políticas industriais... faltou isso, essa interlocução com o governo federal a nível Executivo e no nível do Legislativo. Esse então foi um zero. No nível Executivo a gente conseguiu alguns contatos, algumas participações, chegaram a haver algumas representações aqui de ministérios, a ANP participa. Mas no nível do Legislativo, do Poder Legislativo, nesse nível você não tem um interlocutor. (Entrevista nº 4 - Onip - 5/8)

A Onip também é vista como uma instituição que atua em moldes mais tradicionais das associações de representação de classe, encaminhando as propostas e demandas de seus membros. Seu principal mérito, contudo, seria, juntamente com outros órgãos de representação, como a Firjan, sua capacidade de articulação de todos os atores importantes em torno do debate da importância do aproveitamento de fornecedores brasileiros para aproveitar o potencial representado pela indústria de petróleo para a geração de empregos e desenvolvimento da economia.

A ONIP tem sido um órgão que nos representa, representa a indústria, os que são afeitos à área de petróleo. E eles tem um bom acesso, um bom canal, e eles têm levado as nossas propostas. Melhor do que isso têm trazido ao debate, trazido à mesa, os representantes da Petrobras, os representantes das *oil companies*, as pessoas que decidem, as pessoas que preparam os investimentos, que alocam os recursos das empresas. Eles têm trazido à mesa essas pessoas, têm trazido para o debate. O Sinaval tem também cooperado de forma muito importante. Então, as entidades como um todo têm se voltado sentindo a importância disso para o estado do Rio de Janeiro. E nós temos buscado nesse último ano de forma excepcional a conscientização política e empresarial dos envolvidos para que isso mude. Então, a ONIP tem sido, está sendo muito importante nessa matéria. (...) Têm ajudado muito, têm trazido para a mesa, através da sua representatividade, do seu conhecimento, da abertura que eles têm com seus canais competentes, pessoas importantes para a mesa, para o debate, como representantes da Petrobras, representantes do BNDES, ministros de Estado. Têm trazido para o debate, para o confronto, e daí está surgindo essa conscientização política, essa conscientização dos empresários, a conscientização de todas as entidades de classe. Eles estão se conscientizando da necessidade de uma política de emprego, de uma mudança de postura no país. Através desses fóruns, através desses seminários promovidos pelo Sinaval, promovidos pela FIRJAN, promovidos pelos fóruns que são criados e administrados por essas entidades,

pela ONIP, IBP, ANP, têm se mostrado muito receptivos quando solicitados. (Entrevista nº 5 - Sinaval - 20/9)

Por outro lado, há a percepção de que a Onip não vem obtendo sucesso em seu esforço de privilegiar os fornecedores nacionais, criando condições de competitividade frente à oferta internacional.

Tem a Onip, que é a Organização Nacional da Indústria do Petróleo, que procura incentivar a compra de produtos no mercado brasileiro, mas não tem conseguido as mudanças. (Entrevista nº 1 - Abitam - 27/9)

É destacado, ainda, que a finalidade básica da instituição é fortalecer os fornecedores brasileiros, porém sem recorrer a práticas consideradas obsoletas como os subsídios e a reserva de mercado.

Nós criamos a Onip, que é a Organização Nacional da Indústria do Petróleo, que é um fórum da maior importância para privilegiar os bens e serviços brasileiros para o petróleo, mas sem subsídios e sem reserva de mercado. (Entrevista nº 2 - Firjan - 18/10)

Mas, ao reunir numa mesma associação tanto as companhias de petróleo quanto seus fornecedores de bens e de serviços, a Onip lida com interesses por vezes conflitantes, e teria passado a assumir posições não consensuais, e que seriam contrárias justamente ao seu propósito de forjar uma indústria local eficiente e competitiva, na medida em que defende procedimentos interpretados como um retorno à reserva de mercado para os produtores nacionais.

A Onip é uma associação de associações. Associações que têm de um lado os investidores e do outro lado os provedores de bens e serviços. E a idéia da Onip é criar maneiras de agregar valor aos bens e serviços nacionais. E logicamente, se você fala em reserva de mercado para o investidor, ele não quer saber de jeito nenhum. Então, essa era a idéia. Um fórum complexo. Há conflitos de interesse. O fabricante nacional, ele quer que haja um imposto de importação que crie benefícios para ele fazer, mas essa não era a idéia do governo, não era a idéia da ANP, porque você fazendo isso, na hora que ele quiser exportar, na hora que ele quiser competir globalmente, ele não é competitivo. (...) A Onip é isso, e ela caminhou por certos caminhos complicados, começou numa fase de transição. O IBP é o maior sócio, o IBP foi a instituição que botou mais dinheiro lá dentro, e qual foi o nosso benefício? Foi participar de um processo em que não há reserva de mercado. E tem... Essa questão fiscal é de interesse de todos. Essa questão de capital de giro, do custo Brasil, é do interesse de todos. Mas aí começou a ir por outros caminhos que... Reserva de mercado não é bom para ninguém, não é bom para sociedade, não é bom para criar uma indústria forte, sadia, competitiva, até para exportar, isso eu vivi, eu vi. (...) A Firjan foi uma das idealizadoras da

Onip, junto com a ANP, na verdade o IBP até embarcou no processo, porque é meio difícil de entender. Porque é *sui generis*. Não existe no mundo não. De um lado as investidoras, provedoras, existe conflito de interesse, tem que saber conciliar isso, eu até respeito, quer dizer, a Onip podia sair com posições que são de consenso, que essas são muito fortes. E o que não for consenso, é cada um por si. Esse que é o certo. Cada um vai defender os interesses não consensuais. A coisa não funcionou dessa maneira. No início foi direitinho, aí começou a haver mal entendidos. (Entrevista nº 3 - IBP - 4/10)

A questão da desregulamentação da estrutura de representação de interesses de classe é um tema especialmente relevante para os líderes sindicais entrevistados, que majoritariamente defenderam o fim da contribuição sindical obrigatória e da unicidade sindical. Nesse sentido, observa-se que entre os representantes trabalhistas, a necessidade de implementação, no âmbito da representação trabalhista, da lógica do mercado, estimulando a eficiência por intermédio da competição – através da necessidade da criação de um “mercado consumidor”, com a conquista de sócios espontâneos, e da disputa entre associações concorrentes – mostra-se um ponto fundamental. É dentro desse novo cenário que, acreditam, irá se consolidar uma representação mais legítima, capaz de defender de forma mais consistente os interesses dos trabalhadores. Trata-se, em outras palavras, de por fim à “reserva de mercado” na representação sindical.

(Posição frente à contribuição sindical obrigatória) Contrária. Porque isso acaba levando à formação de sindicatos que só se criam para pegar esse dinheiro. Ele não está preocupado com as condições de trabalho, ele não está preocupado com a organização dos trabalhadores, não participa, não chama para as assembleias, não discute pauta de reivindicação nenhuma. Só cria mesmo aquela instituição que é faraônica, só tem uma diretoria, só dá estabilidade àquele grupo que está ali naquele momento e para pegar esse dinheiro do imposto sindical e não está preocupada com as reivindicações principais dos trabalhadores. Por isso que eu sou contrário. Porque se você acaba com o imposto sindical, o sindicato para sobreviver vai ter que ter sócio nos seus quadros. E para ter sócio ele vai ter que convencer que ele é um sindicato que realmente defende aquele conjunto dos trabalhadores. Então essa é a grande diferença. (Entrevista nº 9 - Programa Integrar - 24/9)

Nós somos contra essa estrutura, ela é uma estrutura que têm muita visão patronal, que deu origem ao peleguismo, que é o sindicalista de cartório. Nós defendemos a pluralidade sindical, e há até uma contradição, mas a gente acha que não tem que ter cartorialmente um Sindicato dos Petroleiros no Estado do Rio de Janeiro, um Sindicato dos Petroleiros em Caxias, a gente acha que os trabalhadores tem que ter autonomia na sua organização. Até porque o que é a representação? É o reconhecimento. Nenhum cartório vai dar representação,

legitimar nenhum dirigente sindical, não vai ser pelo fato de eu ir lá no cartório e criar o sindicato da construção civil que ele vai me dar representação, o que vai me dar representação e legitimidade é o reconhecimento da base. Então, um dos compromissos que nós temos, os sindicalistas da CUT, é reformar totalmente essa estrutura sindical, das Confederações, das Federações. As Federações, se você pegar a maioria delas são pelegas porque o dirigente sindical fica muito longe da base do trabalhador e você não tem como pressionar... A Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria está lá em Brasília. É uma estrutura milionária. Como o trabalhador aqui no Rio de Janeiro vai conseguir pressionar esse cara lá em Brasília? Não tem como. Então você está mostrando uma das falácias do sistema. A gente sonha em mudar essa forma de representação, de criar um sindicato pela base. Para que o trabalhador possa fazer pressão em cima desse dirigente. Nós somos contra, do jeito que está, somos críticos dela. Não fomos nós que criamos. A resistência para mudar isso, é justamente da pelegada, porque é o sindicato de cartório. (...) Nós, petroleiros do Rio de Janeiro, para mostrar a consequência disso que eu estou falando, nós devolvemos o imposto sindical. Todo trabalhador que teve seu dia de trabalho descontado, ele manda para cá o contracheque dele com o desconto, o número do banco dele, conta corrente e nós vamos lá e depositamos o dinheiro dele que é a origem desse sistema. Nós queremos viver das contribuições voluntárias do associado. Todos são descontados do imposto sindical, ai ele pode vir pegar o dinheiro que a gente devolve. Queremos associados espontâneos. (Entrevista nº 11 - Sindipetro - 18/9)

Nosso modelo de organização sindical no Brasil é lá de Getúlio Vargas, um modelo arcaico, atrasado, que foi feito para aquele momento. Então nós estamos aí há mais de trinta anos com um modelo de organização sindical que não serve mais hoje para nós. E a CUT vem fazendo uma discussão de como tem que ser hoje, na nossa visão, a organização sindical no Brasil. Esse modelo mantém os sindicatos – e você tem hoje no Brasil mais de 20 mil sindicatos, quer dizer, um absurdo – são sindicatos em sua grande maioria são cartoriais, são sindicatos de fachada que não estão aí para representar trabalhadores. Estão aí para defender aquele setor de mercado. Você pega sindicatos, direções que estão aí há mais de trinta, quarenta anos e você não consegue tirar esses dirigentes. Por quê? Porque essa estrutura dá guarita para isso. Nós defendemos contra a unicidade sindical, quer dizer, o pluralismo da organização sindical. Você, o trabalhador ele tem o direito de se filiar a que central ele queira, a que sindicato ele queira. Mas hoje a legislação coloca o seguinte: só pode existir um único sindicato naquela base territorial. E isso não dá para gente aceitar, porque você facilita sindicatos que estão aí para defender não interesses dos trabalhadores, mas interesses do governo, ou do setor empresarial. Outra questão que a gente questiona são as taxas compulsórias, que mantêm esses sindicatos pelegos – que a gente chama de sindicatos pelegos. São taxa compulsórias, que são obrigadas, que são descontadas do trabalhador. Nós defendemos a livre negociação sindical, o direito do trabalhador se sindicalizar em qualquer sindicato que ele queira, que ele ache que o represente. E isso tem que ser mudado. Isso faz parte desse projeto que a CUT apresentou ao governo, mas que ele não teve interesse nenhum de tocar isso. E aí ele veio com essas alterações pontuais, que interessaria para o setor empresarial e para o governo, não para os trabalhadores. (Entrevista nº 8 - FUP - 6/8)

Além das conseqüências da atual estrutura oficial de representação sindical, que daria origem e sustentação ao peleguismo, até hoje as organizações extra-oficiais de representação não têm reconhecimento legal, o que cria empecilhos burocráticos para seu funcionamento.

As centrais não são reconhecidas até hoje legalmente. Eu sou presidente de uma Central Única dos Trabalhadores, mas ela não é reconhecida pelo governo brasileiro. E ele senta com a gente para negociar. O Paulinho, pelo menos sentou várias vezes. Mas na legislação brasileira as centrais não existem. Engraçado, né? E isso não foi mudado na lei até hoje. Eu sou liberado de ponto via sindicato. Eu sou presidente da central e no meu requerimento para a liberação de ponto para a entidade ela não existe, ela não existe na realidade. Por conta da legislação. (Entrevista nº 6 - Cut/Rio – 10/9)

Apesar de a postura favorável ao fim da contribuição sindical obrigatória e da unicidade sindical ter sido majoritária entre as lideranças consultadas, foi verificada uma posição divergente, que entende que a proposição irá fragmentar e fragilizar as categorias menos numerosas, cujos sindicatos passarão a ser controlados pelos empregadores, na medida em que estes têm condições de arcar com a manutenção da máquina sindical e de pressionar seus funcionários para que se filiem naquela associação que está sob sua tutela.

A contribuição sindical obrigatória, nós entendemos ainda que ela é um mal necessário. Os sindicatos pequenos, eles não sobrevivem sem contribuição. Para os sindicatos grandes é fácil, um número de sócios bom, dá para manter. Mas um sindicato pequeno, como o nosso, nós estamos aqui, 7 mil na base, mas nós não atingimos nem 3 mil sócios. Por que não atingimos? Porque eles também têm dificuldade, eles estão novos na empresa, os trabalhadores estão novos, não querem se associar. Você tem que lutar, mostrar seu trabalho, sua qualidade, ir ganhando sócio. E até aí você tem que tocar o sindicato. Isso aqui é uma máquina, tem que funcionar. Se você não tiver algum imposto você não vai conseguir. O problema é manter o sindicato, se não o patrão é que vai manter o sindicato. Quem tem que manter é o trabalhador. Muito embora a posição da corrente da CUT, inclusive a corrente que eu faço parte, nós somos da Articulação, eu estou até me contradizendo, porque a Articulação, ela pede o fim do imposto sindical. Às vezes a gente quebra o pau lá em São Paulo. “Vocês pedem baseado lá em São Bernardo do Campo, que tem 120 mil na base, e tem uma base de 50% de sócios.” (...) Unicidade sindical, também, é outro mal, porque nós entendemos que pluralismo sindical, essa corrente... Nós achamos que não serve, nós achamos que vão surgir muitos sindicatos por profissão, e vai fragmentar o movimento sindical. Nós achamos que podemos até pensar no pluralismo sindical, mas nós temos que amadurecer muito essa discussão. Preparar inclusive os trabalhadores para essa discussão, porque não dá para se impor o fim da unicidade sindical de um momento para o outro. (...) O que acontece? Vai fragilizar os sindicatos, os sindicatos ficam fracos, em vez de somar, está dividindo. Você tem uma ação sindical, um sindicato mais autêntico,

que vai para o embate, pára a fábrica, resolve o problema. Aí você vem com outro, com uma visão diferente, conciliadora. (...) A questão do fim da unicidade sindical, uma das preocupações nossas é justamente a criação de vários sindicatos numa mesma base, vai fragilizar a base, fragmentar a base. E uma base dessas que está hoje com 7 mil, tem um sindicato só cuidando, por que 5, 6, 7, 8 sindicatos? Cada um vai ficar com o quê? 500 trabalhadores? Como é que vai se fazer? Aí o patrão opta por aquele sindicato que é melhor para ele, que é mais pelego, vai optar, não vai querer... (Entrevista nº 10 - Sindicato dos Metalúrgicos de Niterói - 14/10)

Outro ponto que merece destaque é a percepção, à semelhança do que já foi mencionado com relação aos representantes empresariais, da dificuldade em se estabelecer uma pauta comum, em torno de interesses mais abrangentes, envolvendo as diversas organizações sindicais e outras associações da sociedade civil. A incapacidade de articular uma coalização em torno de propostas abrangentes e que sejam consensuais inviabiliza uma participação mais expressiva na formulação de políticas públicas.

No Brasil, as próprias organizações não governamentais são muito divididas, não conseguem chegar num consenso em torno de qualquer ponto de pauta. Você vê todo esse arrocho, todo esse problema de desemprego, toda essa fome que tem no Brasil e a gente não consegue juntar igrejas, sindicatos, centrais sindicais, mesmos os partidos, partidos de esquerda ou qualquer organização não-governamental para sentar e elaborar uma pauta. É muito difícil, é muita divisão. Então isso acaba enfraquecendo. Pelo menos em alguns pontos, não precisam comungar da mesma cartilha, mas alguns pontos principais deveriam ser mapeados, na criação de uma política de geração de emprego, políticas públicas, melhorar a qualidade de vida, qualidade do emprego. Deveria se tirar um comando para trabalhar isso, organizar, pressionar, distribuindo as forças em cima do Congresso, do próprio governo federal. Mas aí fica lá cada um com a sua pautazinha, acaba sendo enfraquecido e o governo... Existe muita divisão e essa divisão enfraquece. Enfraquece porque cada um fica puxando a sua pauta, tem as vaidades, tem as divergências, várias questões que acabam dividindo. Os próprios trabalhadores. Quantas centrais sindicais nós temos no Brasil? Tem a CUT, Força, CGT, e outras. Se você vir as organizações dos patrões, você tem a FIESP. Não tem três, quatro organizações no estado, tem uma. Centraliza e eles se fortalecem. Quando vai sentar com o governo “nós estamos aqui em nome da FIESP, representando todos os empresários”. Se os trabalhadores fizessem o mesmo, as próprias igrejas. Cada igreja defende uma facção, não senta para discutir. Eu acho isso negativo. É importante que tenha sim, lógico, só falta melhorar a atuação. (...) Eu sei que é difícil, mas seria mais produtivo se conseguisse juntar tudo isso. (Entrevista nº 9 - Programa Integrar - 24/9)

6.6. Política Industrial e Câmaras Setoriais

A retomada das Câmaras Setoriais no país foi uma medida defendida pelos líderes sindicais consultados, em especial aqueles ligados à categoria dos

metalúrgicos. Já entre os representantes empresariais, foi observada uma certa resistência à idéia, associada de uma forma pejorativa à defesa da implantação de políticas industriais setoriais.

Nesse ponto, é interessante retomar a questão levantada por Eli Diniz e Renato Boschi⁸⁹ sobre a falta de consenso entre as lideranças empresariais sobre o que vem a ser política industrial, a despeito da concordância quanto aos efeitos negativos da ausência de uma política industrial no Brasil.

Num ponto extremo, existe a concepção de que toda política setorial seja orientada para atender interesses particulares, em detrimento da sociedade, resultando, em última instância, numa concentração ainda mais perversa da renda. Esse posicionamento está de acordo com a falta de tradição do empresariado brasileiro em aglutinar suas propostas em torno de pautas mais abrangentes e consensuais, buscando, ao contrário, garantir conquistas setoriais, mesmo que em detrimento de segmentos mais amplos da sociedade. E o modelo de Estado desenvolvimentista, no Brasil, está fortemente associado a esse tipo de prática, em que alguns segmentos industriais eram favorecidos pelo governo, contando com condições privilegiadas de financiamento, subsídios e um mercado cativo. Esses benefícios eram apropriados pelos empresários – que ampliavam suas margens de lucro e podiam atuar num ambiente sem risco – sem se refletir em vantagens para a sociedade como um todo. Frente a essa tradição, a melhor política industrial seria o governo simplesmente criar as condições de igualdade na competição – completando a transição para o novo modelo de Estado – que permitirão que as empresas atuem livremente no mercado, premiando assim as mais eficientes. Uma postura menos extremada, contudo, consiste em distinguir entre uma política industrial que traga benefícios para a sociedade da defesa pura e simples do protecionismo, que, ao contrário, termina por onerar o conjunto da sociedade em benefício daqueles setores contemplados.

Eu participei de várias Câmaras Setoriais. Câmara Setorial seria alguma coisa de se tentar alguma política industrial. Você faria uma política industrial baseada numa Câmara Setorial. Câmara Setorial foi uma tentativa do governo de tentar enxergar todos os problemas de um determinado segmento da economia ao

⁸⁹ DINIZ, Eli e Renato Boschi. *Reconfiguração do mundo empresarial*.

mesmo tempo. Quer dizer, em vez de ir cada pedaço do segmento levar os seus anseios, as suas preocupações, as suas necessidades, o governo tentou colocar todo mundo dentro da mesma sala ao mesmo tempo, para começar a descobrir os problemas de uma forma geral daquele segmento. Não funcionou. Aquilo vira uma torre de Babel, cada um gritando mais que o outro para ser ouvido, e eu acho que pela cultura nossa isso não funciona no país. Eu acho que a política de Câmaras Setoriais foi tentada em dois governos, e não funcionou. Eu acho que não serve como política industrial. Eu sou contra. Eu acho que você não vai criar política industrial através de câmaras setoriais. Acho que se o governo realmente tivesse uma função regulatória forte, fizesse as reformas que o país precisava era a melhor política industrial que nós podíamos ter. Porque toda vez que você faz política industrial você vai privilegiar alguém em detrimento de outro. A política industrial, no Brasil, sempre foi um concentrador de renda. Você não consegue através de uma política industrial no Brasil, não vou dizer nem por inabilidade, vou até dizer por interesse, realmente, cada um vai lá procurar defender o seu pedaço e arrancar a maior fatia possível, custe isso o que custar, para o país... Então, política industrial dessa forma no Brasil sempre foi um concentrador de renda. (...) São dogmas que você fala, precisamos de uma política industrial, você fala até sem nem saber o que você está falando. Você ouviu dizer que era bom ter uma política industrial e sai falando: precisamos ter uma política industrial. Não tem que ter política industrial. Você tem que ter é uma administração eficiente do país. Distribuir os recursos para os setores que precisam, através das análises que o governo faz, arrecadar dinheiro para ter dinheiro para financiar a produção, botar a máquina do governo custando menos, ter uma fiscalização rígida do mercado.. e o resto a gente faz. As condições macroeconômicas e de infraestrutura para você funcionar. Você teria que ter assentos no governo, uma política, não uma política industrial, uma política de administração do governo, que resolvesse os problemas industriais do país. Mas não é uma política industrial para o setor automotivo, uma política industrial para o setor energético, uma política industrial para o setor siderúrgico, isso não tem cabimento. Você vai concentrar renda, você vai trazer vantagens para determinados segmentos que não vão precisar disso, não precisam disso. E pegar recurso de quem precisa. Então, tem é que estabelecer políticas macro para o país, de educação, de saúde, e regulamentar as coisas, controlar, fiscalizar, para não ter roubo, para não ter corrupção. É isso aí que o governo tem que fazer. Você imagina o que você perde de dinheiro de arrecadação do INSS? Quanto você deixa de arrecadar de sonegação de imposto de renda, ou de gente que não paga imposto de renda? Que arruma escapatórias por essas brechas fiscais. Se tivesse uma política tributária enxuta, se tivesse um sistema fiscalizador correto, se tivesse uma justiça eficiente, é muito melhor que qualquer política industrial. Política industrial vai concentrar renda. Não traz desenvolvimento mais, não funciona. Câmara Setorial para mim não funciona. Se tiver eu vou participar que eu sou obrigado, mas que não funciona, não funciona. Participei de várias, participei no Governo Collor, participei no Governo Itamar Franco. Eu não vi nenhum resultado. (Entrevista nº 1 - Abitam - 27/9)

Política industrial para mim é uma coisa e para a Fiesp é outra coisa completamente diferente. Tem política industrial aí, serve de tudo. Como é que o governo Federal vai reagir? Não vai, fica parado. Política industrial tem de tudo. Tem empresário que política industrial para ele é o seguinte: “fecha o Brasil para eu ganhar dinheiro”. Quem paga a conta? A sociedade. Foi o que o Geisel fez, o Geisel fez. A proteção ao fornecedor. (...) Nós até hoje pagamos um computador aqui no Brasil, se quisermos pagar os impostos, o dobro do que o americano

paga em qualquer lugar da América. Como é que nós podemos ser competitivos a nível mundial? (Entrevista nº 2 - Firjan - 18/10)

Mas se a discussão gira em torno apenas de se combater o favorecimento de determinados segmentos em detrimento do conjunto da sociedade, deixa-se de abordar o significado da inclusão no processo de formulação de políticas no Brasil de um ator historicamente excluído: os trabalhadores. E, na visão das lideranças sindicais, essa experiência foi importante não apenas pelo que significou em termos de vantagens diretas para os trabalhadores – como criação de empregos, estabilidade, conquistas salariais, etc. – mas, independentemente de seus resultados, por ter garantido aos trabalhadores um canal de encaminhamento de suas demandas até então inexistente. Por um lado, isso significou uma possibilidade de aprendizagem, uma ampliação dos horizontes das lideranças sindicais. Mais além, isso é visto como uma forma de garantir maior transparência do que seria possível no velho sistema bipartite, em que a presença apenas do governo e dos empresários facilitava a realização de acordos espúrios, contrários aos interesses da sociedade. Por último, mas não menos importante, esse tipo de iniciativa cria alternativas ao mero confronto entre capital e trabalho, rompendo com a lógica do jogo de soma zero, ao estimular, através da negociação, o desenvolvimento de alternativas pactuadas entre as partes que garantam conquistas para todos os envolvidos. Sendo assim, seja sob a forma de um novo contrato social, num sentido mais amplo, ou seja através da reedição das câmaras setoriais ou de novos modelos de fóruns de negociação, as lideranças sindicais consultadas tendem a apoiar a criação desse tipo de arena de negociação.

Os outros governos que passaram por aqui o que ouviu mais o setor de construção naval, pelo menos da parte dos trabalhadores, foi o Itamar Franco. Ele conseguiu fazer uma coisa, a câmara setorial do setor naval, onde foram envolvidos os trabalhadores, os sindicatos, tanto dos estaleiros quanto dos marítimos. Foi feito um monte de reuniões com os empresários, com o governo onde foi criada uma câmara setorial da construção naval, que viabilizou esse acordo na época. Envolveu o sindicato de metalúrgicos do Rio de Janeiro, de Niterói, de Angra dos Reis – eu era presidente na época – e nós estivemos em Brasília, discutimos com o Ministro dos Transportes e com o próprio Itamar Franco. Assinamos esse acordo em Brasília que possibilitou criar mais ou menos 15 mil novos empregos no setor naval. E com isso garantimos a estabilidade dos trabalhadores, tivemos aumento salarial, usando parte dos recursos do Fundo de

Amparo ao Trabalhador, onde nesse acordo a gente estava esperançoso que ele fosse ampliar. Aí veio o governo Fernando Henrique Cardoso e o acordo ali acabou. Não teve mais conversa com os trabalhadores, nem com os empresários. Ficou estagnado e reduzido mesmo, acabou aquelas obras naqueles navios do acordo da câmara setorial e depois não conseguimos mais. Os estaleiros alguns fecharam, o Caneco aqui no Rio, o Verolme em Angra dos Reis, o Mauá em Niterói. E assim foi uma crise muito grande. Para você ter uma idéia, tinham 25 mil trabalhadores com o acordo da câmara setorial, nesses estaleiros, e com a entrada do Fernando Henrique no governo isso reduziu a cinco mil, seis mil, em pequenos reparos, pequena obras. (...) Eu acredito que, daqui para frente, o próximo governo que entrar tem que trabalhar com essa visão, com essa concepção que englobe todos os atores. Porque o setor de construção naval ele tem vários atores. Têm os donos dos estaleiros, que fazem o navio; tem os trabalhadores, que participam por intermédio dos sindicatos e das suas organizações - comissão de fábrica, delegado sindical em algumas áreas; tem o órgão que financia, que são os bancos, normalmente é o BNDES o órgão financiador, que empresta dinheiro; tem o cara que encomenda, no caso a Petrobras, a Vale do Rio Doce, a própria Marinha do Brasil e até outros estaleiros internacionais também encomendam. Então, são vários atores envolvidos. E tem o governo do estado, o governo municipal, o governo federal, que também são atores, com interesses. Porque na verdade um navio, poucas pessoas conhecem um navio. Um navio é uma cidade. Tudo o que você possa imaginar existe dentro de um navio. Então, ele gera emprego, além dos estaleiros, em outros setores da economia. Tem o aço, ele gera emprego na siderurgia, tem a tinta, têm as tubulações, parafusos, têm madeiras, tem material de acabamento, tem louça, então são milhares de setores. Então, ele é um setor importante para a geração de emprego. E ele é para o Rio de Janeiro, bem trabalhado politicamente, se envolver todo mundo, se tiver uma política de construção naval consistente no Brasil, porque hoje não tem, eu acho que gera mais emprego quase que a indústria de automobilismo para São Paulo. É um setor muito amplo. Tem todas as perspectivas de crescimento. É uma indústria que está montada, tem mão-de-obra. O que falta mesmo é só uma política mais definitiva, um governo que aglutine todas essas forças, discuta uma política mais séria para o setor. É um setor, nos últimos anos, desde o regime militar, ele é um setor que tem maus empresários. Eles pegavam o dinheiro para fazer um navio, não faziam o navio, e investiam em outros setores econômicos. (...) Porque chegava no meio da construção do navio, aqueles empresários voltavam ao governo dizendo "oh, o dinheiro acabou, e precisa de mais dinheiro", mas o dinheiro não tinha acabado, ele tinha desviado os recursos. Por isso eu acho importante o acordo da câmara setorial, porque os trabalhadores e o governo podem acompanhar o implemento do dinheiro na construção dos navios. (...) Eu acho que é a saída. Não precisa ser exatamente a câmara setorial, mas uma experiência que envolva todos os atores envolvidos. (Entrevista nº 9 - Programa Integrar - 24/9)

Nós acreditamos e vamos propor ao Lula, assim que ele ganhe, propor a criação da Câmara Setorial da Construção Naval. Que é uma forma da gente pegar x de correção salarial, na data base, que é a inflação, e você vai nos dar um y de aumento, já está amarrado na Câmara Setorial. O patrão vai precisar de verba, financiamento. Vai botar a gente para sentar junto, vocês querem dinheiro e nós queremos manter as nossas conquistas. É uma reivindicação dos sindicatos dos metalúrgicos do Rio, Niterói e Angra a criação da Câmara Setorial da Área Naval. Tripartite. Se o governo se interessar, vai dar certo. No ABC deu certo. O

trabalhador lá teve muitos ganhos. Trabalham 40 horas, uma porção de ganhos. (...) O capital só tem uma solução, a resposta a gente só dá, eles só entendem a resposta quando a gente pára a produção deles. A não ser num governo mais social-democrata, não vou dizer socialista que o PT não é mais, é mais social-democrata, que vai chamar as partes para fazer um pacto, que negocie, porque com esses empresários com a cabeça que está aí, com esses capitalistas... (Entrevista nº 10 - Sindicato dos Metalúrgicos de Niterói - 14/10)

Foi polêmico, foi polêmico, mesmo dentro do movimento sindical, mas acho que foi importante para a gente. Porque nós participamos. O trabalhador participa da geração de riqueza e ele precisa saber o quê que ele está fazendo. Como que é isso, como que investe, como que está se desenvolvendo essa política. Então foi uma experiência importante. Lógico que teve experiências que não foram tão boas. Fora a polêmica que a gente tinha dentro do movimento sindical contrária a essa participação do movimento sindical nessas câmaras. Mas foi importante. (...) Defendemos que tenha que existir para você participar. Você não pode ser apenas um instrumento de geração de riqueza, de produzir riqueza e não ter conhecimento de produzir riqueza e não ter conhecimento de como é feito isso, como se dá isso. Então, é importante que o trabalhador tenha participação para poder conhecer e para poder interferir. Para poder desenvolver ações no sentido de barrar essa ou aquela política. (Entrevista nº 8 - FUP - 6/8)

6.7. *Perspectivas para a cadeia produtiva do petróleo*

A indústria do petróleo é vista, hoje, como uma importante fronteira para o desenvolvimento econômico e geração de empregos no Brasil, em especial para o Rio de Janeiro, estado que sedia a Petrobras e as novas companhias de petróleo que estão se instalando no Brasil a partir do fim do monopólio. Entretanto, as atividades de exploração e produção de petróleo, em si, não são capazes de representar um impacto econômico significativo. É necessário ampliar essa fronteira para abarcar a grande gama de produtos, equipamentos e serviços utilizados na exploração e produção do petróleo, para que sejam também produzidos no Brasil.

Quando você constrói uma plataforma você impacta o setor naval, você impacta todo o setor de engenharia e fabricação de equipamentos dos mais variados possíveis, equipamentos supersofisticados até equipamentos elementares como chapas de aço, ou tubo. E isso tem um efeito de encadeamento de impacto na economia que é uma coisa fantástica. E que os economistas ainda não se conscientizaram, ainda não antenaram para esse efeito de encadeamento de impacto nas mais diversas cadeias produtivas. Quer dizer, não é só uma forma direta. Você investe numa estrutura metálica, numa plataforma, você vai aumentar o consumo de ferro, portanto aumenta o consumo de minério, que aumenta o consumo de carvão, que vai produzir o aço. A coisa vai muito além disso. (...) As expectativas são as melhores possíveis, as mais otimistas. Se tem algum setor que vai continuar crescendo independente do próximo presidente,

independente do Congresso, independente da conjuntura política, independente da conjuntura internacional é o setor de petróleo no Brasil. Por quê? Porque você tem um mercado aí fantástico que está ávido por produção. Nós temos um déficit grande de produção de petróleo ainda e derivados. Então o mercado está aí. Você tem um mercado. A gente tem oferta, quer dizer, a gente tem potencial de oferta. O petróleo existe, nós temos capacidade de tirar ele lá de baixo, de processar, de refinar e de distribuir. Para você viabilizar isso você precisa de recurso e os recursos estão assegurados. A Petrobras, que é quem vai viabilizar essa auto-suficiência agora até 2005, já tem esses recursos destacados, já estão acertados. Os projetos estão formatados. É só agora tempo para você ir implantando eles. Então, até 2006, 2007, até mesmo 2008, o crescimento vai ser fantástico. Nós vamos chegar à auto-suficiência, a Petrobras vai renovar a sua frota de petroleiros. Vão investir na melhoria do refino, vão investir no aumento da produção de petróleo. (Entrevista nº 4 - Onip - 5/8)

A indústria do petróleo no Brasil, ela vai ter um grande desenvolvimento. É um setor que o Brasil realmente tem grandes chances de crescer. (...) O Brasil tem que aproveitar essa oportunidade para trazer um desenvolvimento para o país. Se não você vai transformar o país numa Venezuela, você vai transformar o país num país lá do Oriente Médio, onde você tem uma minoria que ganha dinheiro com aquilo e aquilo não se transforma em desenvolvimento para o país. O grande segredo da indústria do petróleo não é o cara tirar o petróleo e vender. Ele deixa uma parte em royalty aqui, mas esse dinheiro não é o suficiente para desenvolver o país. Quer dizer, a grande jogada da área do petróleo é que os produtos e equipamentos que sejam utilizados na área do petróleo sejam produzidos no Brasil. Aí você realmente vai desenvolver a indústria e criar milhares de empregos. Uma das maneiras de você fazer isso é você ter uma legislação adequada, essa legislação facilita que a oil company traga o produto importado. Então ela nunca vai comprar aqui. Isso é uma deficiência forte para o setor de petróleo, então repete o que precisaria ser corrigido. (...) Isso é uma situação séria, eu acho que o Repetro, ele teria que ter uma correção... Não tem perspectiva de que seja mudado. Vamos ver se houver uma mudança de governo, se o governo passar para a oposição, de repente eles promovem essa alteração. Como eu te falei, a expectativa da gente quando tem uma mudança é que tudo que está errado vai ser corrigido, agora se eles vão fazer eu não sei. Se o Brasil não corrigir isso ele vai perder uma grande oportunidade de desenvolver o país. (Entrevista nº 1 - Abitam - 27/9)

É nesse contexto que se desenrola a polêmica envolvendo a construção da plataforma P-50 da Petrobras, cuja concorrência foi vencida por um estaleiro de Cingapura. A indústria naval brasileira – que concentra cerca de 95% de suas atividades no estado do Rio de Janeiro – esteve praticamente falida, tendo experimentado uma recuperação nos últimos anos, quase exclusivamente apoiada na indústria de petróleo, com a construção de embarcações de apoio, a conversão de navios em plataformas de petróleo e a construção de plataformas

semi-submersíveis⁹⁰. Esse processo de retomada da indústria naval teria sido fruto de uma mobilização dos sindicatos patronal e trabalhistas, envolvendo ainda outras associações de classe e parlamentares, buscando pressionar a Petrobras a destinar ao menos parte de suas encomendas para a indústria local.

O Estaleiro Mauá, que foi o maior estaleiro daqui da área de Niterói, chegou a empregar 9 mil trabalhadores do estaleiro, 3 mil de empreiteiras contratadas, de terceiros, no final da década de 70, em torno de 78, 79, nós chegamos a ter 12 mil, só no Estaleiro Mauá. Quando eu peguei o sindicato, em 98, o Estaleiro Mauá tinha 45 trabalhadores. Desses 45, 15 eram diretores do sindicato e não podiam mandar embora. Em 98 só tinha 45 pessoas, 30 para manutenção e 15 eram diretores. Nós tivemos que partir para o confronto com a Petrobras. Em 99, em julho de 99, dia 7 de julho de 99 – dia 8 abria a carta da concorrência das duas plataformas, de Barracuda e Caratinga, que hoje estão gerando esses empregos aqui nos estaleiros de Niterói. Nós partimos para Petrobras buscar uma reunião na Petrobras. Entramos no prédio da Petrobras, no 21º andar, do vice-presidente da empresa, tava lá diretor da área de offshore, diretor da área de transporte. Entramos numa reunião lá às 15 horas. Às 20 horas eles deram um ultimato para gente. Ou a pauta nossa - que era não importava a empresa que ganhasse a licitação, tinha que ter preferência para fazer no Brasil, nos nossos estaleiros. O que a Petrobras disse? Quem desse o melhor preço ganhava. Nós já tínhamos perdido 12 plataformas. (...) Tudo feito fora do país. Então vamos levantar. A categoria se acabando. Então o que nós fizemos? Pegamos os sindicatos, Angra, o do Rio e o nosso. (...) Nós tivemos em torno de 1.500 trabalhadores em frente da Petrobras. Quando nós saímos dessa reunião às 20 horas, a Petrobras tinha batido firme que quem ganhasse levava, nós fizemos o seguinte, está bom.... Nós estávamos lá, os três sindicatos, deputados, Carlos Santana, Luiz Sérgio, Jandira Feghali, Edmilson... Aí nós, está bom, nós daqui não vamos sair, só saímos com uma posição, agora nós temos uma posição, queremos 60% das obras garantidas no Brasil. Ganhe quem ganhar, 60% fica com a gente.... Os Deputados saíram.... Às 23 horas retornaram.... Aí trouxeram 40% dessa obra de Barracuda e Caratinga garantidas no Brasil. Então nós saímos, fizemos uma assembléia com os trabalhadores e passamos os resultados. Essas obras, essas encomendas hoje estão nos dando, hoje a categoria em Niterói são 7 mil metalúrgicos. (Entrevista nº 10 - Sindicato dos Metalúrgicos de Niterói - 14/10)

Essa conscientização é como um todo. Não é uma conscientização do empresariado, dos seus Executivos, não. É também do operariado, da classe operária, porque ela passou por mudança. Como a nossa indústria passou por mudança eles também passaram. (...) Hoje os sindicatos estão nos apoiando, quer dizer, estão todos unidos com um só propósito. Aqueles que sabem fazer isso estão fazendo, pegar e encher dois, três, quatro ônibus e ir para a porta da Petrobras, ir para a porta do BNDES, buscar dentro dos seus partidos, dentro dos seus aliados políticos a representatividade, buscar levantar a questão, buscar o

⁹⁰ A Petrobras utiliza dois tipos de plataforma na produção *offshore*: plataformas semi-submersíveis, como era a P-36, que afundou em 2001, e navios petroleiros convertidos para a produção e estacagem, semelhantes ao Presidente Prudente de Moraes, que adernou recentemente, com ampla cobertura na mídia.

debate, puxar para a mesa, trazer aos olhos. Você pode ver que em todos esses movimentos existem líderes sindicais com os políticos e com os empresários. Líderes sindicais eu digo dos funcionários, dos operários. Estão sempre participando ativamente desse processo. Eles não estão alheios, nem estão sendo jogados a um segundo plano não. Pelo contrário, muitas vezes eles é que estão provocando esses debates, fóruns, seminários, estão provocando essas situações. Então, hoje o cenário é outro. Há uma conscientização. Uma conscientização da necessidade de nós mantermos os nossos postos de trabalho e lutarmos por eles, todos juntos. (Entrevista nº 5 - Sinaval - 20/9)

Mas, apesar de toda articulação em torno da retomada da construção naval brasileira, na licitação para a conversão do navio Felipe Camarão na P-50, saiu vencedor o estaleiro Jurong, de Cingapura, empresa associada ao estaleiro Mauá, de Niterói, mas cuja proposta previa a realização da quase totalidade das obras em Cingapura. A proposta perdedora foi apresentada pelo Fels Setal, também de Cingapura, mas que previa realizar as obras no estaleiro Verolme, em Angra dos Reis. A diferença de preço entre as duas propostas era de cerca de 5,5%.

O debate foi trazido à tona durante a campanha para sucessão presidencial, por Luiz Inácio Lula da Silva, que passou a defender a realização das obras no Brasil. A Petrobras, em sua defesa, alega ter feito uma decisão técnica, escolhendo a *empresa que apresentou o melhor preço e as melhores condições para a realização da obra*, conforme consta em anúncio veiculado em 3 de setembro de 2002, em todos os jornais do Rio de Janeiro. Mas, nesse mesmo anúncio, afirma: *Nenhuma empresa nacional tem hoje condições de realizar integralmente no Brasil as obras de qualquer das grandes plataformas utilizadas pela Petrobras. Mas, sempre que é possível construir no Brasil, ainda que parcialmente, a Petrobras assim o faz*⁹¹. Assim, tem-se, num mesmo documento, duas posições antagônicas. Por um lado, a escolha por critérios exclusivamente técnicos, sem levar em conta o grau de nacionalização da obra, e, de outro, a preferência pela colocação de suas encomendas no Brasil, sempre que as empresas aqui instaladas têm condições para a sua realização, mesmo que parcialmente. A mesma contradição se verifica em artigo de autoria do gerente-geral de Pesquisa e Engenharia Básica do Centro de Pesquisas da Petrobras, no

⁹¹ PETROBRAS. Esclarecimento da Petrobras.

caso referindo-se à construção das plataformas P-51 e P-52. Segundo ele, a licitação para essas obras não será restrita a empresas estrangeiras, mas os critérios de seleção serão as *condições técnicas de execução das obras nos prazos, custos e, principalmente, qualidade técnica requeridos em projetos desta natureza*. Adiante, afirma que *a Petrobras tem por norma própria procurar favorecer, sempre, fornecedores brasileiros de bens e serviços. Tanto assim que mais de 80% das compras e contratações da empresa são feitas no país*⁹². Oras, permitir que empresas brasileiras participem e sejam vitoriosas nas licitações promovidas pela Petrobras é muito diferente de adotar uma postura de favorecimento à indústria nacional. Impedir a participação de empresas brasileiras capacitadas nas concorrências é que seria, ao contrário, um ato de discriminação inaceitável.

Mas se, no desdobramento da polêmica da construção da P-50, a empresa vencedora passou a acenar com a possibilidade de realização de parte expressiva das obras no Brasil⁹³, isso demonstra que a indústria naval brasileira tinha condições de executar as obras, muito embora isso não estivesse previsto no contrato, certamente porque essa “norma própria de favorecer sempre fornecedores brasileiros” não foi levada em consideração na elaboração do edital de concorrência.

Nesse ponto cabe abordar a segunda linha de justificativa da Petrobras. Segundo seu diretor Financeiro e de Relações com os Investidores, a Petrobras é uma empresa de economia mista, cujo principal acionista e controlador é a União, mas que tem cerca de 2/3 de suas ações em poder de acionistas minoritários. E que o compromisso assumido pela empresa com seus acionistas é o de *estar focada em rentabilidade, com responsabilidade social e ambiental*. (...) *O controlador deve absoluto respeito às regras do mercado de capitais e ao pacto com os seus sócios*⁹⁴. Em outras palavras: a Petrobras não tem um papel social, não cabendo à empresa orientar sua atuação em favor do desenvolvimento da indústria nacional, mas sim para o retorno de seus acionistas.

⁹² BELTRÃO, Ricardo Luis Carneiro. Plataforma: assunto técnico.

⁹³ CHAVES, Luiz. Os empregos do “Navega Brasil”; LÍRIO, Sérgio. Plataformas do desemprego.

⁹⁴ BATISTA, João Pinheiro Nogueira. Petrobras: empresa estatal ou de mercado?

É em torno de qual seria o papel da Petrobras que os entrevistados tendem a se situar em relação a essa polêmica. Por um lado tem-se a interpretação de que, por ser uma empresa estatal, a Petrobras tem a obrigação de assumir – ou reassumir – seu papel no apoio à indústria nacional, contribuindo para a criação de empregos e a manutenção de divisas.

A questão da Petrobras, que nós defendemos no sindicato dos petroleiros, é que ela tenha uma visão social. A Petrobras foi criada para ser a empresa responsável pelo petróleo do Brasil e também para ter uma visão, social, uma visão de investir no Brasil. As estatais brasileiras tem essa visão do social. É diferente de uma empresa privada, como o Bradesco e o Itaú, eles não tem política social no Brasil. Eles geram os empreguinhos deles lá, mas não tem uma visão de investir na área social brasileira, se bem que eles vem até mudando, porque existe uma mudança no mundo... As empresas, elas mudaram seu desempenho, elas estão preocupadas... Hoje a McDonalds tem um dia que os hambúrgueres deles vão para as crianças com câncer, tem o Boticário, acho muito bonito aquilo, eles aplicam grande parte do dinheiro deles em reserva florestal, para preservar, e aí... A Petrobras ela sempre fez isso, mas hoje está esvaziado, hoje qual é a função da Petrobras? É a visão somente do lucro pelo lucro. Eles tentam passar isso para gente, principalmente para os sindicalistas. Mas nós não aceitamos isso. A Petrobras é uma empresa que tem uma participação social no Brasil. (...) Então, se você me pergunta, a indústria do petróleo, em termos de lucro, não tem como não dar lucro, vai dar lucro, vai gerar emprego, vai gerar investimento, é uma indústria muito promissora. Agora, para nós, isso tem que estar na área da questão social, tem que gerar emprego no Brasil, nós estamos cheios de desempregados, os investimentos têm que ser gerados aqui dentro, porque nós estamos precisando de dólar para estar pagando a dívida, para estar pagando a nossa conta. Então, o cenário para o petróleo vai alavancar, em qualquer lugar do mundo, mas nós queremos que alavanque com essa visão social, para os brasileiros, essa é a nossa preocupação. (Entrevista nº 11 - Sindipetro - 18/9)

Nós vamos falar aqui de uma das maiores *oil companies* do mundo, a Petrobras. A Petrobras pertence, tem uma parte das suas ações que pertence ao governo. O controle acionário é do governo. Nós ouvimos de muitos gerentes da Petrobras a informação de que a Petrobras não pode fazer política de geração de emprego, política econômica, mas o governo tem a obrigação de usar a Petrobras, não para o crescimento, mas para o desenvolvimento econômico do país. Ela construiu recentemente cinco ou seis unidades de perfuração. Cada obra dessa gira em torno de 400 a 600 milhões de dólares. Quantos empregos nós deixamos de ter, quantos postos de trabalho deixaram de ser ocupados porque a Petrobras resolveu fazer essas plataformas lá fora? Hoje a política, a situação, o momento obrigou a Petrobras a fazer uma licitação um pouco mais aberta, um pouco mais ampla, permitindo a alguns concorrentes nacionais se equiparar e ter a oportunidade de pegar o edital e concorrer. Então, você vê, essas obras, vamos falar aqui da que existe hoje, a P-48, por exemplo, que está em Angra. Olha quanto trabalho gerou a P-48. Angra dos Reis, eu estive lá ontem, tem dois mil a três mil empregados numa unidade só, fazendo a conversão naval. Os módulos que você vê espalhados por aquela unidade, quantos empregos geraram? Você

imagina se nós tivéssemos quatro ou cinco dessas unidades sendo feitas aqui no Brasil. Nós já tínhamos desenvolvidos outros pólos industriais para a construção e conversão dessa unidade. Então a Petrobras, eles dizem que não, mas eles têm sim a obrigação de apoiar e ajudar o país nessa situação. Tem que usar a Petrobras e as outras grandes empresas estatais a voltar o seu plano de investimento, a adequá-lo à situação do país. Nós queremos a auto-suficiência, queremos qualidade, queremos determinação. Queremos que a Petrobras realmente consiga o que ela vem conseguindo ao longo dos anos, mas ela também precisa contribuir um pouco mais. Uma pequena parte do investimento é a construção das unidades, é um pedaço do investimento, não é o investimento todo. Mas esse pedaço gera recursos, ele produz, você cria postos de trabalho, você tira gente da rua, você sustenta famílias. Então acho que é obrigação da Petrobras olhar para o lado social do país. Não quer dizer que nós devemos fazer a qualquer preço aqui no mercado nacional, mas nós temos que encontrar mecanismos para que se faça no mercado nacional. (...) não existe nada lá fora que nós não tenhamos condição de fazer aqui. Não existe nada que nós não tenhamos condição, desde que haja boa vontade política, desde que haja uma política de desenvolvimento, uma política de investimento que beneficie os nossos brasileiros. É brasileiro ajudando brasileiro, não é brasileiro matando brasileiro. O que acontece hoje é brasileiro matando brasileiro. A Petrobras é uma empresa nacional, mas leva seus recursos, seus investimentos para o exterior. Ao invés de gerar divisa ela exporta divisa! Então, nós queremos que ela venha investir no mercado nacional. (Entrevista nº 5 - Sinaival - 20/9)

Na outra ponta, a defesa de uma empresa competitiva, capaz de disputar mercados com seus futuros competidores no Brasil e também no exterior, condição que não se coadunaria com a utilização política da empresa para a solução de problemas sociais. A idéia subjacente a essa postura é a de que cabe ao Estado criar as condições para que a indústria nacional se torne, efetivamente, competitiva.

Isso é um problema político muito sério. O nosso problema aqui é competição. Se começar a dar um papel social para Petrobras, esse é o grande debate aqui dentro... Eu realmente não sei nem o que pensar. Ah, é uma companhia do governo. Mas o governo abriu, hoje tem 500 mil acionistas. É justo usar a Petrobras como mecanismo social? Eu não acho, não. Isso é função do governo. Você acha que é justo a indústria pagar pela questão cambial? Isso é problema de governo. Problema de política de governo. Querendo segurar os preços dos combustíveis? A Refinaria de Manguinhos vendendo derivados por um preço mais baixo que compra o petróleo? Não dá pé. Isso não é papel da indústria. O papel da indústria é ser competitiva, ter lucro, remunerar seus acionistas, e ser competitiva. A competição é que dita, regula o preço dela. Aí eu não sei. A gente não sabe nem o que pensar. É um dilema muito grande. (...) O governo é que tem que criar mecanismos para resolver esse problema. Não cabe à empresa, não cabe à indústria, a indústria não foi criada para isso. Eu acho que a Petrobras tem que ser competitiva, inclusive com seus competidores no Brasil. Usar a Petrobras novamente, como já foi no passado, em que a Petrobras não tinha lucro, através da conta petróleo ela absorvia o problema cambial, para manter o preço constante, não subia por conta da inflação, e esse custo era lançado na conta

petróleo. Isso é terrível, isso não pode de jeito nenhum. (Entrevista nº 3 - IBP - 4/10)

Mas também foi defendida uma posição intermediária, que implica em conciliar justamente os dois aspectos antagônicos do anúncio da Petrobras: a escolha do fornecedor que garanta cumprimento dos prazos, maior qualidade e menor custo e, simultaneamente, favorecer os fornecedores instalados no Brasil, de maneira a gerar empregos e manter divisas no país. Não é possível, de fato, garantir que as licitações da empresa sejam vencidas apenas por empresas brasileiras sem que se estabeleça a reserva de mercado. Mas existem outros recursos que podem contribuir para aumentar a competitividade da indústria nacional, aumentando assim as chances de que as encomendas da Petrobras e das demais empresas que estão se instalando no Brasil sejam contratadas junto a fornecedores locais. Para isso, é preciso proporcionar à indústria local condições semelhantes às que prevalecem para os competidores internacionais, seja através de redução tributária, subsídios, acesso a financiamento, sem que isso implique no aumento da rentabilidade por intermédio de recursos públicos. Por outro lado, podem ser criados instrumentos como a inclusão de cláusulas referentes ao índice de nacionalização nos editais de licitação. O importante seria que tanto o governo quanto a Petrobras buscassem efetivamente favorecer os produtores nacionais, sempre que eles estiverem capacitados para oferecer as mesmas condições de prazo e qualidade que os concorrentes internacionais, estudando-se formas de viabilizar a equiparação dos custos.

É inacreditável. É o único país do mundo que exporta emprego. Uma carência de dinheiro que é um horror... (Não seria reserva de mercado?) Não, que a diferença é 4%, chega aqui, o fulano, você é estaleiro, senta aqui, eu tenho essa cotação aqui menor, eu sei que pode custar menos. Aí o sujeito: mas o problema aqui é o imposto, encasqueta a receita federal. Vamos ver quais são os problemas. É o que eu digo o seguinte, precisa sempre carinho, carinho para se debruçar sobre um assunto e resolver. Reserva de mercado, não. O objetivo é encontrar petróleo mais barato em volume maior. Se a Petrobras estivesse nos Estados Unidos ela não agiria dessa forma. Porque lá não deixam importar o aço brasileiro que é mais competitivo. Eu não estou dizendo que a gente tem que voltar para reserva de mercado. Agora, é um absurdo se o Brasil tem capacidade produtiva, talento, tecnologia, se isso tudo é verdadeiro, dizem que é, eu nunca entrei num estaleiro na minha vida, e colocar em Cingapura é o fim da picada. (...) O carinho do governo, o ministro de produção, seja lá do que for, chamar, ter vontade, e ter hierarquia, chama o presidente da Petrobras, eu quero que a plataforma seja feita aqui, que se dane. Ah, porque vai estar 4%, então reduz 4%, ah, o empresário

não pode reduzir, então corta o imposto. Se a Petrobras fosse privada, eu acho que tinha obrigação de fazer isso. Sendo estatal... Nesse caso eu sou mais radical que o Lula. (...) Eu não conheço nenhum, dizem que tem muito sem vergonha em estaleiro, dono de estaleiro, não tenho a menor idéia. Eu só estou dizendo o seguinte: se tem parque naval pronto no Brasil, que é aqui no Rio, nós temos obrigação de entulhar esse parque naval de obras, só isso. Nem que tenha que estatizar os estaleiros. Claro que isso aí é uma posição absolutamente maluca e fora de contexto. Mas se duvidar de empresário, tira, põe outro, não interessa. Mas isso dá trabalho, precisa de articulação, precisa sentar, fazer conta, precisa chamar o empresário, chamar o Ministério da Fazenda, a Fazenda estadual. Tem que forçar para que se faça. Eu não posso dizer: no Brasil só se vai fazer através de estaleiros daqui. Isso não pode. Mas eu posso usar índice de nacionalidade, eu posso fazer uma concorrência e fazer um esforço para que as obras que aqui sejam feitas não tenham imposto, por exemplo. Mas eu não quero que a falta de imposto vá enriquecer o dono do estaleiro. Isso não pode. Precisa de administração, livro aberto e discutir. (Entrevista nº 2 - Firjan - 18/10)

Por outro lado, se os estaleiros brasileiros de fato não têm condições de competir com os internacionais, então seria necessário investir internamente, de forma a capacitá-los a realizar aqui as obras, gerando empregos e riqueza no Brasil.

Eu falei nesse exemplo da Petrobras, da P-50, P-51 e P-52. Eu acho que tem que inverter essa lógica. Nós temos que investir. Eu acho que a alegação da Petrobras, que os nossos estaleiros aqui não estão preparados para isso... Mas por que é que a gente não investe então em preparar os estaleiros para construir essas plataformas? Porque nós temos mão-de-obra capacitada, temos condições de construir. (Entrevista nº 8 - FUP - 6/8)

A viabilidade de se adotar uma postura mais incisiva em defesa da geração de empregos e de riqueza no Brasil, sem que isso implique em perda de rentabilidade para a Petrobras fica demonstrada quando se considera o resultado obtido a partir da grande mobilização da sociedade contra a construção da P-50 em Cingapura. Diante da polêmica gerada, a Jurong passou a acenar com a possibilidade de realizar parte das obras no Brasil. Entretanto, trata-se de *um acordo de cavalheiros, sem compromissos formais*⁹⁵, o que ajuda a entender a divergência entre os índices de nacionalização que teriam sido acordados entre a Petrobras e o estaleiro.

Essa situação mostra, claramente, que não houve empenho, quer da Petrobras, quer do governo federal, em favorecer os fornecedores brasileiros, ao

⁹⁵ LÍRIO, Sérgio. *Op. cit.*: 25.

contrário do que a empresa apregoa em sua propaganda. E que, se essa preocupação estive presente por ocasião da definição das cláusulas do edital, seria possível que houvesse, aí sim, um comprometimento formal do vencedor com a realização de parcela expressiva das obras no Brasil, sem prejuízo da qualidade, prazo e custo do projeto.

Eu estou convencido que nesse caso não tem sacanagem, não. É falta de compreensão, mesmo. Precisa vontade. Do lado de lá, do Estado, vontade. Por que a partir de nossa berraria, que nós berramos sozinhos, mais de 60% da P-50 vai ser feito aqui? Era zero. (Entrevista nº 2 - Firjan - 18/10)

A Jurong ganhou e a Fels Setal, que está em Angra, que também é outra multinacional de Cingapura, perdeu, só que a Fels Setal deixava tudo aqui, em Angra, e a Jurong deixava parte. Aí tapeou a gente que ia deixar 80%, 70%, quando fomos ver, tinham deixado cerca de 30% das obras. Quer dizer, passou a perna na gente. Não é nada, mas, a partir do ano que vem ela começa a contratar, se não gerar novos empregos pelo menos mantém os 1.500 que tem lá dentro só nessa obra de Barracuda e Caratinga. (Entrevista nº 10 - Sindicato dos Metalúrgicos de Niterói - 14/10)

6.8. *Prioridades para o próximo governo*

De um modo geral, os dirigentes das associações empresariais consultados encaram o crescimento econômico como a principal meta a ser buscada pelo próximo governo. E acreditam que o crescimento será obtido com a realização daquelas reformas julgadas necessárias para o novo modelo econômico brasileiro. Em especial, as reformas tributária, da previdência e política. A preocupação com a questão social não deixa de estar presente, mas sua solução é vista como uma conseqüência natural do desenvolvimento. Por outro lado, tendem a fazer uma avaliação positiva da atuação de Fernando Henrique Cardoso na área social, de forma que entendem haver um bom encaminhamento da questão social no Brasil, que deve ser continuado.

A prioridade do próximo governo, no meu modesto entender, ele tem que fazer o país crescer. Para fazer o país crescer, precisa de investimento. Precisa ter financiamento para exportação, precisa fazer a reforma tributária, precisa diminuir o custo da máquina governamental, porque o governo fica sugando todo o dinheiro que tem no mercado para poder se sustentar, e sobra pouco dinheiro para financiar a produção. O maior problema é você ser um país capitalista sem capital. Essa é uma situação muito difícil. Então, você ficar dependendo do investimento externo para se desenvolver, fica difícil, porque esse dinheiro pode ir para outros locais, que eles acham mais interessante investir. Vão investir no

Brasil ou na China? Onde é que vai ser melhor para o meu investimento? Quer dizer, se depender de o país crescer só de investimento externo, vai ficar uma situação muito difícil. Porque o pessoal tem medo de investir em país, vamos chamar, em desenvolvimento, porque tem muito risco, e tem outros países competindo com você para pegar esse dinheiro aí fora. Que tem uma situação fiscal de repente melhor, com um custo de empregado menor. É uma certa atratividade melhor. Então, o governo, no meu entender, ele tem que diminuir o custo da máquina dele, tem que aumentar a fiscalização, fazer uma reforma tributária e previdenciária urgente, para desonerar a produção, facilitar a exportação, e diminuir a corrupção também. Isso não é a disposição de uma pessoa. Não adianta você ter a disposição do presidente da República, se o Congresso não quiser fazer, se a câmara não quiser fazer, se os ministros não ajudarem, se os governos estaduais não ajudarem, é difícil. Tem que fazer, se não fizer o país não vai crescer, não vai crescer e vai ter uma série de problemas. Vai ter desemprego... O Brasil tem uma presença no mercado internacional irrisória. Nosso volume de comércio é 1% do comércio mundial, às vezes não chega a isso, dependendo do ano. Para o tamanho do país, isso é brincadeira. Mas o governo, para fazer isso vai ter que ter muita vontade política de resolver uma série de problemas, esses que eu citei aí. Porque para crescer você precisa de dinheiro, não tem jeito. (...) Dinheiro só tem dois jeitos. Ou ele diminui o custo dele, e ao mesmo tempo arrecada mais imposto, ou vem dinheiro de fora. Dinheiro não nasce em árvores. Colocar a máquina pra fazer dinheiro na Casa da Moeda ele não pode, porque isso gera inflação. Você não pode aumentar a base monetária aleatoriamente, ele não pode ficar girando a maquininha para fazer reais para pagar as contas todas, que o dinheiro vai desvalorizar, porque vai dar inflação. Então, só tem uma maneira, ele tem que arrecadar mais, e ao mesmo tempo gastar menos. É como você faz na sua casa, como é que você faz? Você tem que cortar despesa e aumentar receita, para você ter uma situação financeira boa. Então, para cortar despesa, ele tem que diminuir a corrupção, diminuir a sonegação, tem que diminuir o custo da máquina do governo. E aumentar a receita, de que maneira? Fazer uma reforma tributária de maneira que ele consiga com os impostos atingir uma base maior pra cobrar e, ao mesmo tempo, tornar o país mais atrativo pro pessoal botar dinheiro lá de fora aqui pra dentro. Isso pra mim é um trabalho muito grande. Você vê que o Fernando Henrique em 8 anos não conseguiu fazer essas reformas que precisa fazer, fez parte, quem assumir aí tem uma tarefa de casa árdua pra resolver. (Entrevista nº 1 - Abitam - 27/9)

Crescimento econômico. Isso é fundamental. Acho que isso é prioridade número um. O resto, tudo, acho que é consequência. Se você tiver crescimento econômico, você tem geração de emprego, geração de renda. E aí a questão social vai se resolver, porque, se as pessoas estiverem trabalhando vão ter renda, vão poder morar melhor, vão ter condições. E o governo continuar fazendo, melhorar aí o que faz. O governo Fernando Henrique agora com o Serra no Ministério da Saúde mostrou que é possível melhorar sem grandes aumentos de verba, melhorou o atendimento, por exemplo, na área de saúde, à população. Precisa haver boa administração. Na área da Educação o Paulo Renato fez um senhor trabalho, melhorou muito, aumentou o índice de escolaridade, de atendimento, de oferta de ensino para os jovens. Acho que ele mostrou que é possível melhorar sem grandes investimentos, sem grandes mudanças. Mas o fundamental é crescimento econômico para gerar emprego e renda. (Entrevista nº 4 - Onip - 5/8)

Tem que dar uma olhadinha para o social, que é... Se bem que eu acho que nessa área o Brasil evoluiu bastante, na questão da educação, na questão da saúde, ninguém reconhece isso, mas houve pulos muito grandes nessa área, inclusive a D. Ruth, o Comunidade Solidária, você vê ela falando, é realmente um programa espetacular. Eu acho que houve pouca promoção dela. Mas eu acho que o Brasil chegou num ponto que não pode haver grande retrocesso, eu acho que as instituições brasileiras estão cada vez mais fortalecidas, essa foi uma grande vantagem do Fernando Henrique, ele construiu uma estrutura política e jurídica no Brasil, e econômica também, que é muito difícil de ser desmontada. Houve uma limpeza no Congresso, a própria eleição é um exemplo de democracia. Eu acho que o Al Gore, se conhecesse o sistema do Brasil, morreria de inveja... Eu acho que o país está institucionalmente muito mais forte. Mas ainda tem fraqueza, na área fiscal, tem uma série de fraquezas que não estão resolvidas. Na área política, eu acho uma bagunça a estrutura de partido no país, partido não vale nada, o cara muda de partido assim... não há compromisso, Em qualquer país desenvolvido, os partidos tem certos compromissos e quem é eleito por aquele partido tem aquele compromisso. Aqui, ninguém tem compromisso.. (Entrevista nº 3 - IBP - 4/10)

Entretanto, também está presente junto às lideranças empresariais consultadas um discurso mais claramente preocupado com o quadro de injustiça social que caracteriza a sociedade brasileira.

O governo novo que assumir, que vai ser eleito no domingo que vem, sendo um governo mais sensível, no meu ver, ao problema da pessoa, se todos nós ajudarmos a trazer a capacidade gerencial, que o governo é um misto da sensibilidade do que precisa fazer e de como fazer, e nós ajudarmos a fazer o melhor possível, o mais eficiente possível. Eu acho que essa eleição vai marcar uma década da maior importância histórica. Porque a elite que dominou este país durante 500 anos... Como o país foi dominado durante anos e anos e anos por uma casta que não representava de uma forma profunda a sociedade, eu acho que vamos ter a oportunidade, uma chance, pelo menos, de dar uma volta por cima disso. Eu acho que nós vamos passar por uma mudança importante. (Entrevista nº 2 - Firjan - 18/10)

Entre os líderes sindicais, o enfrentamento dos graves problemas sociais brasileiros é prontamente apontado como a principal prioridade do próximo governo, envolvendo o combate à fome e à exclusão social, a geração de empregos e a construção das condições básicas de cidadania.

Eu acho que o combate à fome. É inadmissível um país igual ao Brasil, do tamanho do Brasil, com toda a grandeza que o Brasil oferece para ter alimentos... Temos pastagens, temos boi para matar a fome, temos uma costa de mar, peixe, você tem uma agricultura que tem todas as condições de suprir, se você socializar a terra você consegue arrancar o alimento da terra e combater a fome. Combatendo a fome, trabalhando esses setores bem trabalhados você gera emprego. É um país que tem água, um país que tem um clima fantástico do sul ao norte. Tudo que você planta no Brasil tem condições. Então não tem porque

ter fome. Se alguém morre de fome é por falta de política, falta de vergonha na cara desses governantes em socializar um pouco o que se produz. Os produtos são todos direcionados. Só se planta aqui, com investimentos, produtos que interessam aos outros países lá fora, principalmente aos Estados Unidos, que levam os nossos produtos de graça para pagar juros dessa dívida miserável. A consequência disso é fome. É soja, é laranja que vai lá para fora de graça, nosso minério. Então, eu acho que se o país, se o governo levar isso a sério, combater a fome e gerar emprego, crescer também... Não é tão difícil assim. Basta querer. Acho que um governo sério que olhar um pouco para dentro do país, que não sofra pressões externas, vai melhorar muito a vida do povo. Eu acho que o que precisa hoje é isso, emergência. Combater um pouco a fome, gerar um pouco de emprego, uma distribuição do que se produz no Brasil. Trabalhando aqui internamente nós temos condições de matar a fome, não só do Brasil, mas de grande parte da América Latina. (Entrevista nº 9 - Programa Integrar - 24/9)

Hoje, nós temos um modelo que privilegia banqueiros, o sistema financeiro internacional, um modelo que se resume num modelo monetarista. Hoje, o governo Fernando Henrique está preocupado com a estabilidade econômica e nós, que acreditamos no Lula, acreditamos que ele vai ter um governo voltado para o social... Não que a gente seja inimigo de banqueiro ou inimigo do sistema financeiro internacional, mas entendemos que ele não tem que ser prioridade. Prioridade, no nosso país, tem que ser a questão social, a questão do emprego que está muito grave, a questão da exclusão social. Nós temos cerca de 50 milhões de pessoas que ganham menos de 80 reais por mês. Essas pessoas estão aí convivendo num Brasil de 170 milhões. Isso é dado do IBGE. Temos 12 milhões de desempregados. Temos um péssimo serviço de saúde pública, a educação pública está caótica. A segurança, ela está muito precária no país, nenhum cidadão tem hoje segurança no país. Então, a gente aposta no Lula, porque a gente acredita que o Lula vai mudar esse modelo, do Brasil monetarista, para um Brasil voltado para as políticas sociais. É isso que eu espero. É para isso que eu estou trabalhando, para eleger o Lula com essa visão. Se o Lula não fizer isso, nós vamos cobrar dele. (Entrevista nº 11 - Sindipetro - 18/9)

O lado social. Acho que a carência essencial é a questão do emprego. Um homem sem emprego não tem dignidade. Eu acho que ele não pode perder a sua dignidade. A maior dignidade de um ser humano é o emprego dele. (...) Então, se você tem a família trabalhando, eu acho que a classe trabalhadora se sente um pouco mais fortalecida e você mantém, de fato, a união da família. E não fica a mercê do narcotráfico, nem nada. Mas, a partir do momento que tem o desemprego, o desemprego fala mais alto. Eu acho que a questão fundamental, para nós, é a questão do emprego. Se você tem um emprego você tem condições de pagar um plano de saúde, você tem condições de pagar o colégio, você tem condições de se manter pelo menos como cidadão de fato perante a sociedade e contribuir também com seus deveres e arcar com suas consequências. Agora, sem emprego a pessoa perde a sua dignidade. (Entrevista nº 7 - Fiem - 11/9)

Uma preocupação, observada tanto entre as lideranças empresariais quanto trabalhistas, refere-se à ampla gama de demandas com as quais o próximo governo se verá confrontado. Dessa forma, entendem que será preciso

adotar uma agenda gradualista, frente à impossibilidade de atender a todos os segmentos sociais simultaneamente.

Eu sou de uma categoria que não está lá naquelas mil maravilhas. Os petroleiros sofreram, nos últimos anos, como toda a classe trabalhadora, sofreram ataques nos seus direitos, redução dos seus salários, como todos foram arrojados. Mas a gente já vinha de uma categoria que conquistou muitos direitos, ao longo desses anos, ao longo do passado, o que mantém a gente num patamar um pouco melhor do que a grande maioria dos trabalhadores. Agora, eu acho que a prioridade do governo não tem que ser com aqueles que hoje têm um emprego. A prioridade do próximo governo, e espero que seja o Lula, tem que ser com os excluídos, aqueles que não tem nada ainda. Acho que é começar a arrumar a casa. São tantos anos de exploração, tantos anos de desemprego, de exclusão social. E nós precisamos fazer isso. Eu acho que a prioridade, para mim, do próximo governo tem que ser fazer a melhor distribuição de renda, gerar emprego nesse país. E depois, lógico, aqueles que hoje ainda estão incluídos, que são esses trabalhadores que não estão em boa situação, que não estão a mil maravilhas, depois sim a gente ir repondo as suas perdas, os seus direitos. (Entrevista nº 8 - FUP - 6/8)

Tem uma demanda reprimida gigantesca, ele não pode ceder, ele não pode cair na tentação de agradar a todos ao mesmo tempo, que a demanda é muito grande, se não vai ser um desastre, tem que ser com muita cautela, tem vários segmentos, tem os mais radicais, não é por aí. Se ele for de uma forma consistente, ir construindo aos poucos, com o foco da repercussão social, a melhor possível, mas procurando a austeridade, descobrindo onde estão os recursos, com seriedade da máquina pública... (Entrevista nº 2 - Firjan - 18/10)

Muito embora tenha-se observado entre as lideranças sindicais entrevistadas uma preocupação com o respeito ao cumprimento dos contratos firmados pelo país junto aos investidores externos e internos e organismos internacionais, numa das entrevistas realizadas foi claramente defendida a realização de uma auditoria da dívida externa.

O Lula tem dito que há necessidade de resgate social, necessidade de implementação, de restabelecer os espaços democráticos, do resgate social. Aí, dentro disso, o combate à fome, melhoria da educação, enfim, de todos esses projetos. É isso. Não tenho dúvida disso. Mas para isso se tornar realidade a gente vai ter que tocar em pontos muito importantes a nível da conjuntura nacional e internacional. É impossível, com a dívida que a gente tem. Eu trabalhei um período no Senado, tive acesso a informações que não são dadas ao conjunto da população, aliás, nem aos deputados e senadores essa informação é passada. O governo brasileiro passa qualquer coisa em torno de 58% de tudo o que arrecada para o pagamento da dívida externa. (...) Ninguém diz aqui que eu vou atacar os Estados Unidos, eu sou contra qualquer tipo de ataque, nós temos que botar o pé no chão. Agora, nós podemos articular, e o Brasil tem peso para isso a nível mundial, de abrir uma discussão de uma auditoria internacional da dívida. Todos os países que devem, devem estar abertos ao mercado a nível

internacional, devem estar abertos para uma discussão. Deve ser colocado em pauta a nível internacional. A Igreja Católica topa. O Papa já falou isso. Olha que aliado importante. O Papa não é comunista. Todo mundo sabe disso. Está longe de ser, pelo contrário. Então, portanto, o Papa disse isso. Eu estou respaldado pelas palavras do santo homem. O santo homem disse que é necessário uma auditoria da dívida. Estou me apegando a essa frase da Igreja Católica, do Papa. Eu também quero. Eu não quero pagar a dívida, mas eu topo essas regras. Estamos topando essas regras. Uma parcela grande da sociedade brasileira e da sociedade a nível internacional topa essas regras. Queremos a auditoria da dívida. Auditoria internacional da dívida mundial. Para saber o que nós pagamos, para saber as dívidas sociais, para saber a dívida histórica, para saber o debate que foi feito na África em relação aos afrodescendentes, as dívidas históricas em relação a isso, as dívidas na distribuição do planeta... Enfim, vários fatores para a gente compreender o mundo como o mundo e não o mundo como a visão do banqueiro. Não sou banqueiro, não tenho a obrigação de analisar as coisas por uma visão meramente econômica. Até porque a lógica de banqueiro não é uma lógica que possa conduzir o mundo. (Entrevista nº 6 - Cut/Rio – 10/9)

7. CONCLUSÕES

A presente pesquisa reafirma a maior adesão dos dirigentes das associações empresariais entrevistadas frente às reformas orientadas para o mercado, em relação às lideranças sindicais. Contudo, o que se observa não é nem, por um lado, uma adesão absoluta ao novo modelo de Estado, junto às associações industriais, nem tampouco uma rejeição incondicional ao modelo, entre os representantes sindicais.

Entre os dirigentes das associações empresariais, observa-se uma preocupação com a criação de mecanismos que garantam as condições de competitividade das empresas brasileiras. Por mais que o Estado se afaste do antigo papel de indutor da economia, ele inevitavelmente desempenha uma função fundamental na coordenação do mercado, na medida em que é quem configura muitas das condições externas às empresas que interferem no seu grau de competitividade. Assim, se o novo modelo estimula a competição internacional, é preciso que os produtores nacionais tenham condições de produção e comercialização semelhantes as de seus concorrentes. Desse modo, não basta aos empresários otimizar a produção, reduzindo custos e aumentando a qualidade, se não podem contar, por exemplo, com as mesmas facilidades de crédito ou com sistemas de tributação semelhantes aos dos produtores de outros países com os quais terão que disputar mercado. Nesse sentido, muito embora afirmem aprovar as reformas orientadas para o mercado – percebidas como inevitáveis – entendem ser necessário que o governo brasileiro crie um ambiente mais favorável para a competição internacional à qual passaram a estar submetidos.

Essa preocupação é especialmente relevante para as indústrias que compõem a cadeia produtiva do petróleo, que vislumbram amplas possibilidades de desenvolvimento nos próximos anos, desde que não venham a ser suplantadas por empresas estrangeiras. Assim, para aproveitar o potencial de desenvolvimento representado pela atividade de exploração e produção de petróleo, é preciso que as empresas instaladas no Brasil contem com condições

semelhantes àquelas vigentes nos países onde estão sediados seus principais concorrentes.

Entre as lideranças sindicais, muito embora seja observada uma postura francamente crítica às reformas econômicas adotadas ao longo do governo Fernando Henrique Cardoso, constata-se a percepção da inevitabilidade de uma economia mais competitiva. Contudo, esse processo de modernização econômica traz pesados ônus para os trabalhadores. Ganhos de produtividade na indústria traduzem-se em diminuição da mão-de-obra utilizada. Assim, para a manutenção dos níveis de emprego, é fundamental a obtenção de um crescimento expressivo da atividade econômica, exigindo do governo ações que fortaleçam a indústria local. Em outras palavras, apesar de adotar uma posição dura em relação às ações do governo, as lideranças sindicais não fazem uma avaliação tão distinta daquela verificada entre os dirigentes de associações empresariais, quando reivindicam um Estado que crie condições de competitividade para a indústria brasileira.

Talvez essa diferença de postura possa ser explicada pelas conseqüências que a ausência de ações objetivas do governo no sentido de proporcionar maior competitividade para as empresas brasileiras têm para empresários e trabalhadores. Enquanto os primeiros perdem oportunidades de negócio, os segundos perdem postos de trabalho. Nesse sentido, configura-se a urgência para uma solução mais socialmente aceitável para equação competitividade X produtividade X desemprego.

Por outro lado, observa-se um desequilíbrio nos níveis de acesso ao poder público, indicado pela percepção de uma sub-representação das associações trabalhistas em relação às organizações patronais, reforçando a característica tradicional do corporativismo brasileiro, que historicamente vem-se construindo em torno de arranjos envolvendo governo e empresários, em detrimento dos trabalhadores. Nesse sentido, as lideranças sindicais consultadas consideram-se totalmente excluídos da formulação de políticas públicas, inclusive daquelas que afetam mais diretamente as relações trabalhistas.

De qualquer modo, também os dirigentes das associações empresariais ressentem-se de ter uma participação inexpressiva nas decisões públicas de caráter mais abrangente, encontrando canais de participação apenas em questões pontuais, relacionadas a seus setores de atuação. Mas é justamente na esfera das decisões de teor mais abrangente que podem ser tomadas aquelas medidas percebidas como necessárias para proporcionar igualdade competitiva entre a indústria nacional e a concorrência mundial, como redução da carga tributária ou diminuição das taxas de juros.

Essa situação reflete não apenas o estilo adotado pelo governo de insulamento de seus tecnocratas na formulação de políticas, mas também, na percepção de dirigentes de associações empresariais, na incapacidade do próprio empresariado brasileiro de se articular em torno de interesses de escopo supra-setorial. Essa deficiência encontra-se nas raízes do corporativismo brasileiro, cujo estrutura não permitia forjar esse grau de agregação de interesses.

Muito embora o empresariado venha se aglutinando em associações extra-oficiais, portanto não sujeitas à regulamentação estatal, percebem que ainda hoje a representação não adquiriu um grau de coesão que lhe permita atuar de uma maneira integrada, muito embora algumas iniciativas venham buscando justamente superar essa deficiência. Em certo sentido, pode-se dizer que esta é a proposta da Onip⁹⁶, apesar de ter-se verificado uma avaliação ainda dúbia sobre sua atuação.

Nesse sentido, é interessante observar a proposta de rompimento com a estrutura corporativa herdada de Getúlio Vargas, defendida principalmente pelas lideranças sindicais. Diante de um novo modelo de Estado, em que a atividade econômica passa a ser regulada pela competição, entende-se que é necessário adotar um novo modelo de representação de interesses de classe. Se o Estado se retira da economia e passa a estimular a competição, a representação precisa acompanhar esse movimento. Tanto empresários quanto trabalhadores já vêm se organizando em associações à margem da estrutura oficial. Entretanto, a

⁹⁶ Diniz, Eli e Renato Boschi. *Reformas econômicas e perspectivas do capitalismo no Brasil dos anos 90*.

manutenção de organizações que atuam em condições privilegiadas – contando com contribuição compulsória e exclusividade de atuação – dificulta a disputa por associados, que se daria em função da qualidade e utilidade dos serviços oferecidos e da capacidade de efetivamente representar os interesses de seus membros, favorecendo, assim, o surgimento e manutenção de entidades não representativas.

Deve-se avaliar com cautela, contudo, os reflexos do fim da unicidade sindical e da contribuição compulsória sobre categorias de trabalhadores pouco numerosas, com reduzida articulação política e baixos rendimentos, que poderiam, nesse caso, ter ainda mais diminuída sua capacidade de representação.

Ao mesmo tempo em que se mostram preocupados com o aperfeiçoamento da estrutura de representação de interesses, as lideranças sindicais também manifestam grande interesse na criação de arenas de negociação formais que garantam a participação dos trabalhadores, demonstrando grande interesse na busca de soluções concertadas entre as partes. Não se pode afirmar que a simples inclusão dos trabalhadores em negociações envolvendo governo e empresariado vá garantir que as propostas formuladas estarão de acordo com o interesse público. Entretanto, a exclusão sistemática de um ator com a importância das associações sindicais seguramente não contribui para a democratização brasileira. Deve-se, assim, estudar formas que permitam uma maior participação dos trabalhadores na formulação das políticas públicas, mas criando mecanismos que estimulem o surgimento de propostas orientadas pelos interesses da sociedade como um todo.

Uma alternativa que merece ser considerada é a criação de fóruns para a discussão de questões abrangentes, que envolvam o interesse de variados setores da sociedade, e que contem ainda com a participação de um quarto ator, os movimentos sociais organizados, que podem contribuir para dar maior transparência ao processo de formulação de políticas.

Apesar de tratar-se de um processo ainda embrionário e, portanto, não passível de uma análise mais conclusiva, é nesse sentido que parece se

encaminhar a proposta de pacto social que vem sendo implementada pelo presidente eleito, Luis Inácio Lula da Silva⁹⁷. Não cabe aqui entrar no mérito da forma de operacionalização de uma proposta dessa natureza, com certeza dificultada pela ausência de interlocutores de organizações reconhecidas como representantes dos interesses mais amplos do empresariado, principalmente – uma vez que as centrais sindicais significam um nível de agregação que o empresariado brasileiro ainda não logrou alcançar. Entretanto, respeitados os limites da pesquisa aqui apresentada, pode-se dizer que esse tipo de arena de negociação tenderá a contar com a adesão efetiva de organizações sindicais, que demonstraram estar buscando substituir o confronto pelas soluções negociadas. Por outro lado, a percepção, tanto pelas associações empresariais quanto trabalhistas, de que os problemas enfrentados pelos vários setores da economia são resultantes de questões abrangentes e que afetam a sociedade como um todo também pode contribuir para a busca efetiva de soluções através da construção de consenso.

Outro aspecto relevante é que, mesmo não se observando o mesmo grau de preocupação com as questões sociais verificado entre as lideranças sindicais, os dirigentes de associações empresariais não se mostram de todo insensíveis ao tema, já se fazendo notar um discurso mais diretamente engajado com a necessidade de se promover uma distribuição mais justa das riquezas, ampliando os direitos de cidadania social para milhões de brasileiros hoje destituídos de acesso a bens como trabalho, condições dignas de moradia, educação, saúde e, até mesmo, alimentação.

A presença desse tipo de visão contribui para que possamos nos sentir mais otimistas quanto à possibilidade de começarmos, efetivamente, a pensar na viabilidade de políticas que contemplem a justiça social e a redução da exclusão, aspectos hoje considerados essenciais para o ingresso do país na rota do desenvolvimento sustentado com a consolidação da democracia em bases mais sólidas.

⁹⁷ PASSOS, Edésio. Pacto nacional e contrato social.

8. BIBLIOGRAFIA

- BATISTA, João Pinheiro Nogueira. Petrobras: empresa estatal ou de mercado? *O Globo*. 17 de setembro de 2002.
- BELTRÃO, Ricardo Luis Carneiro. Plataforma: assunto técnico. *O Globo*, 30 de agosto de 2002.
- BIANCHI, Alvaro. Os Empresários e as eleições de 2002. *Conjuntura Econômica*, n. 32, 2001:
- BOBBIO, Norberto. *Estado, Governo, Sociedade*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.
- BOSCHI, Renato. *Elites industriais e democracia*. Rio de Janeiro, Graal, 1979.
- _____, Eli Diniz e Fabiano Guilherme dos Santos. *Elites políticas e econômicas no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, 2000.
- BRAGA, Maria Lúcia de Santana. Pesquisa Sindical 2002 mostra perfil atual do mundo do trabalho. Dieese, *Análise Política*, 19/11/2002.
- BRASIL. Presidência da República/Câmara da Reforma do Estado. *Plano diretor da reforma do aparelho do Estado*. Brasília, nov. 1995.
- BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. Reformas econômicas e crescimento econômico: eficiência e política na América Latina. In: BRESSER PEREIRA, L. C.; José Maria Maravall e Adam Przeworski. *Reformas econômicas em democracias novas. Uma proposta social-democrata*. São Paulo, Nobel, 1996: 27-82.
- _____. *Crise econômica e reforma do Estado no Brasil: para uma nova interpretação da América Latina*. São Paulo, Editora 34, 1996.
- _____. Sociedade civil: sua democratização para a reforma do Estado. In: BRESSER PEREIRA, Luis Carlos; Jorge Wilhelm e Lourdes Sola. *Sociedade e Estado em Transformação*. São Paulo/Brasília. Editora Unesp/Enap, 1999: 67-116.
- CAMPOS, Iris W e Monica Arroyo. A força do empresariado no Brasil e na Argentina. *Lua Nova*, nº 44, 1998: 165-190.
- CARNEIRO, Glaucio. *Firjan: a história dos 170 anos de representação industrial no Rio de Janeiro (1927-1997)*. Rio de Janeiro: Memória Brasil Projetos Culturais/Sistema Firjan, 1997.
- CARNEIRO, Ricardo. A dívida pública como ela é. *Carta Capital*, 4 de setembro de 2002.
- CASTELLS, Manuel. Para o Estado-rede: globalização econômica e instituições políticas na era da informação. In: BRESSER PEREIRA, Luis Carlos; Jorge Wilhelm e Lourdes Sola. *Sociedade e Estado em Transformação*. São Paulo/Brasília. Editora Unesp/Enap, 1999: 147-171.
- CAWSON, Alan. *Corporatism and political theory*. Beverly Hills/London, Sage Publications, 1985.

- CHAVES, Luiz. Os empregos do "Navega Brasil". *O Globo*, 5 de setembro de 2002.
- COHEN, Joshua e Joel Rogers. Secondary associations and democratic governance. *In: Associations and Democracy*. Londres, Verso, 1995: 7-98.
- COSTA FILHO, Carlos R. Pio. Liberalização do comércio: padrões de interação entre elites burocráticas e atores sociais *In: Diniz, Eli e Sérgio Azevedo (orgs). Reforma do Estado e Democracia no Brasil*. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1997: 175-211.
- CRUZ, Sebastião C. Velasco. Alguns argumentos sobre reformas para o mercado. *Lua Nova*, nº 45, 1998: 5-27
- DAHL, Robert. *Poliarquia*. São Paulo, Edusp, 1997.
- DIEESE. *Diagnóstico do complexo metal-mecânico brasileiro*. São Paulo, Dieese e CNM/CUT, 1998.
- DINIZ, Eli, *Empresário, Estado e capitalismo no Brasil: 1930-1945*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.
- _____, Neoliberalismo e corporativismo: as duas faces do capitalismo industrial no Brasil. *In: Diniz, E. (org.) Empresários e Modernização Econômica: Brasil Anos 90*. Florianópolis, UFSC/IDACON, 1993: 13-42.
- _____, *Crise, reforma do Estado e governabilidade*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.
- _____, *Globalização, reformas econômicas e elites empresariais*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2000.
- _____ e Renato Boschi. O corporativismo na construção do espaço público. *In: Boschi, Renato (org.) Corporativismo e desigualdade: a construção do espaço público no Brasil*. Rio de Janeiro, Rio Fundo Editora/luperj, 1991: 11-29.
- _____, Brasil: Um novo empresariado? Balanço das tendências recentes. *In: DINIZ, E. (org.) Empresários e Modernização Econômica: Brasil Anos 90*. Florianópolis: UFSC/IDACON, 1993: 113-131.
- _____, Estabilização e reformas econômicas no Brasil: A visão das elites empresariais e sindicais, in *Teoria & Sociedade*, nº 1, UFMG, 1997.
- _____, *Reconfiguração do mundo empresarial: associações de representação de interesses, lideranças e ação política*. mimeo, 2001.
- _____, *Reformas econômicas e perspectivas do capitalismo no Brasil dos anos 90: empresário, democracia e equidade*. Trabalho apresentado no 3º Encontro Nacional da ABCP - Associação Brasileira de Ciência Política. Rio de Janeiro, UFF, 2002.
- DUNLEAVY, Patrick e Brendan O'Leary. *Theories of the state*. Londres: MacMillan, 1988.
- DUPAS, Gilberto. A lógica econômica global e a revisão do *Welfare State*: a urgência de um novo pacto. *In: BRESSER PEREIRA, Luis Carlos; Jorge Wilhelm*

- e Lourdes Sola. *Sociedade e Estado em Transformação*. São Paulo/Brasília. Editora Unesp/Enap, 1999: 219-232.
- FIESP. *O Brasil de todos nós. Proposta da Fiesp/Ciesp para discussão com a sociedade*. 28/01/2002.
- FRANCO, Augusto de. A reforma do Estado e o terceiro setor. *In: BRESSER PEREIRA, Luis Carlos; Jorge Wilhelm e Lourdes Sola. Sociedade e Estado em Transformação*. São Paulo/Brasília. Editora Unesp/Enap, 1999: 273-289.
- GASPARI, Alexandre. Esperança para a indústria naval. *Brasil Energia*, julho de 1999.
- GRAU, Nuria Cunill. Situando algumas das condições de um novo contrato social: a ruptura de mitos para a reconstrução e desenvolvimento de seus negociadores. *In: BRESSER PEREIRA, Luis Carlos; Jorge Wilhelm e Lourdes Sola. Sociedade e Estado em Transformação*. São Paulo/Brasília. Editora Unesp/Enap, 1999: 233-242.
- HAGGARD, Stephan. A Reforma do Estado na América Latina. *In: LANGONI, C. G. (org). A nova América Latina*. Rio de Janeiro, FGV, 1996: 57-105.
- IBGE. *Pesquisa Sindical 2001*. Versão eletrônica (www.ibge.gov.br), 2002.
- LEMBRUCH, Gerhard. Concertation and the structure of corporatist networks. *In: Goldthorpe, John (ed.) Order and conflict in a contemporary capitalism: Studies in political economy of western european nations*. Oxford, Clarendon Press, 1985.
- LEOPOLDI, Maria Antonieta. *Política e Interesses: as associações industriais, a política econômica e o Estado*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2000.
- LÍRIO, Sérgio. Plataformas do desemprego. *Carta Capital*, 4 de setembro de 2002.
- MALIN, Mauro. Agricultura e reforma agrária. *In: Lamounier, Bolívar e Rubens Figueiredo (orgs.) A era FHC. Um balanço*. São Paulo, Cultura Editores Associados, 2002: 179-214.
- MELO, Marcus André. Governança e reforma do Estado: o paradigma agente x principal. *Revista do Serviço Público*. vol 120, n. 1, 1996: 67-82.
- MIGLIORA, Luiz Guilherme. Quanto custa um emprego? *O Globo*, 17 de setembro de 2002.
- NAÍM, Moisés. Transição para o regime de mercado na América Latina: dos choques macroeconômicos à terapia institucional. *In: LANGONI, C. G. (org). A nova América Latina*. Rio de Janeiro, FGV, 1996: 211-264.
- NASSIF, Luís. Política macroeconômica e ajuste fiscal. *In: Lamounier, Bolívar e Rubens Figueiredo (orgs.) A era FHC. Um balanço*. São Paulo, Cultura Editores Associados, 2002: 39-70.
- NICHOLS, David. *Three varieties of pluralism*. Londres, The Macmillan Press, 1974.
- O'DONNELL, Guillermo, Sobre o "corporativismo" e a questão do Estado. *Cadernos DCP*, nº 3, 1976.

- _____, Estado, democratização e alguns problemas conceituais, *Novos Estudos CEBRAP*, nº 36, 1993.
- _____, Teoria Democrática e Política Comparada, *Dados*, vol. 42, nº 4, 1998: 577- 654.
- O ESTADO de S. Paulo. Calote de estaleiros quebrou a Sunamam. *O Estado de S. Paulo*, 5 de setembro de 1999.
- OFFE, Claus. *Capitalismo Desorganizado: Transformações Contemporâneas do Trabalho e da Política*. São Paulo, Brasiliense, 1989.
- _____, A atual transição da história e algumas opções básicas para as instituições da sociedade. *In: BRESSER PEREIRA, Luis Carlos; Jorge Wilhelm e Lourdes Sola. Sociedade e Estado em Transformação*. São Paulo/Brasília. Editora Unesp/Enap, 1999: 119-145.
- OLIVEIRA, Ribamar. Desemprego. *In: Lamounier, Bolívar e Rubens Figueiredo (orgs.) A era FHC. Um balanço*. São Paulo, Cultura Editores Associados, 2002: 99-135.
- ONIP. *Impacto econômico da expansão da indústria do petróleo*. Versão eletrônica (www.onip.org.br). 2000.
- PALERMO, Vicente. Os caminhos da reforma na Argentina e no Brasil. *Lua Nova*, nº 45, 1998:
- PANITCH, L. The development of corporatism in liberal democracies. *In: Schmitter, Philippe & Gerhard Lembruch (eds.). Trends toward corporatist intermediation*, Beverly Hills/London, Sage Publications, 1979.
- PASSOS, Edésio. Pacto nacional e contrato social. Dieese, *Análise Política*, 20/11/2002.
- PEDERSEN, Ove K. A economia negociada nos países escandinavos. *In: BRESSER PEREIRA, Luis Carlos; Jorge Wilhelm e Lourdes Sola. Sociedade e Estado em Transformação*. São Paulo/Brasília. Editora Unesp/Enap, 1999: 405-417.
- PETROBRAS. Esclarecimento da Petrobras. *O Globo*. 3 de setembro de 2002.
- PRZEWORSKI, Adam. Reforma do Estado - responsabilidade política e intervenção econômica. *RBCS*, n. 32, 1996:
- REIS, Bruno P. W. Corporativismo, pluralismo e conflito distributivo no Brasil. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro. vol. 38. nº 3. 1995: 417-57.
- SACHS, Ignacy. O Estado e os parceiros sociais: negociando um pacto de desenvolvimento. *In: BRESSER PEREIRA, Luis Carlos; Jorge Wilhelm e Lourdes Sola. Sociedade e Estado em Transformação*. São Paulo/Brasília. Editora Unesp/Enap, 1999: 197-217.
- SANTOS, Boaventura de Souza. Para uma reinvenção solidária e participativa do Estado. *In: BRESSER PEREIRA, Luis Carlos; Jorge Wilhelm e Lourdes Sola. Sociedade e Estado em Transformação*. São Paulo/Brasília. Editora Unesp/Enap, 1999: 243-271.

- SCHMITTER, Philippe. Neo-corporatism and the State. *In: Grant, Wyn (ed.) The political economy of corporatism*. Nova Iorque, St Martin's Press, 1985.
- SKINNER, Quentin. *As fundações do pensamento político moderno*. São Paulo, Companhia das Letras, 1999.
- SOLA, Lourdes. Reformas do Estado para qual democracia? O lugar da política. *In: BRESSER PEREIRA, Luis Carlos; Jorge Wilhelm e Lourdes Sola. Sociedade e Estado em Transformação*. São Paulo/Brasília. Editora Unesp/Enap, 1999: 23-65.
- STEPAN, Alfred. *Estado, Corporativismo e Autoritarismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- SUNKEL, Osvaldo. Globalização, neoliberalismo e a reforma do Estado. *In: BRESSER PEREIRA, Luis Carlos; Jorge Wilhelm e Lourdes Sola. Sociedade e Estado em Transformação*. São Paulo/Brasília. Editora Unesp/Enap, 1999: 173-195.
- TRENTIN, Bruno. Itália: o Estado e a nova estrutura do trabalho. *In: BRESSER PEREIRA, Luis Carlos; Jorge Wilhelm e Lourdes Sola. Sociedade e Estado em Transformação*. São Paulo/Brasília. Editora Unesp/Enap, 1999: 399-403.

Sites:

Petrobras: www.petrobras.com.br

Fundação Centro de Informações e Dados do Rio de Janeiro-CIDE: www.cide.rj.gov.br

Presidência da República: www.presidencia.gov.br

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social-BNDES: www.bndes.gov.br

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE: www.ibge.gov.br

Agência Nacional do Petróleo-ANP: www.anp.gov.br

ANEXOS

Instrumento de Coleta de Dados

- I. Dados de identificação: nome, associação/sindicato, setor representado pela associação/sindicato**
- II. O Primeiro Mandato do Presidente Fernando Henrique Cardoso:**
 - Como avalia, em linhas gerais, o primeiro mandato do Presidente Fernando Henrique Cardoso, que foi do início de 1995 ao final de 1998. Do ponto de vista dos interesses dos empresários/trabalhadores da indústria, seus resultados foram positivos? Em que sentido? Houve algum aspecto negativo?
 - Agora com relação a algumas das políticas adotadas no primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso, como avalia a política de estabilização monetária?
 - E a política de abertura comercial? Quais os aspectos positivos? E negativos?
 - E a política de privatização? Aspectos positivos e negativos.
- III. O Segundo Mandato de Fernando Henrique Cardoso:**
 - Como avalia, em linhas gerais, o segundo mandato do Presidente Fernando Henrique Cardoso, do início de 1999 até o momento.
 - E qual é a sua avaliação sobre a flexibilização das leis trabalhistas, especificamente?
- IV. Expectativas frente ao próximo governo:**
 - Quais devem ser as prioridades do próximo governo?
 - Acredita que essas prioridades serão ou não contempladas no próximo governo? Por que? Esta opinião está relacionada, de alguma forma, com a expectativa de quem será o próximo presidente?
 - Uma questão que tem sido bastante comentada, ultimamente, refere-se à melhor forma de equacionar a relação entre crescimento econômico e estabilidade. Que posição adota frente a esta questão?
- V. Articulação com os poderes públicos:**
 - Como caracteriza o processo decisório do governo federal? Os empresários/os trabalhadores são ouvidos? Caso sim, através de que canais?

- Como caracteriza o processo decisório do Congresso Nacional? Os empresários/os trabalhadores são ouvidos? Caso sim, através de que canais?
- Comparando o poder Executivo e o Legislativo, qual dos dois tem se mostrado mais sensível às demandas dos empresários/ trabalhadores?
- E com relação ao poder Executivo estadual e a Assembléia Legislativa, que canais são usados para levar as demandas dos empresários/trabalhadores? Eles se mostram sensíveis a essas demandas?

VI. Representação de interesses:

- Como avalia a estrutura existente de representação dos interesses empresariais/dos trabalhadores (sindicatos, federações, confederação ; Associações nacionais setoriais como a ABDIB, ABINEE, etc)?
- Considera necessário o estabelecimento de novos canais para a representação dos interesses dos empresários/dos trabalhadores? Caso sim, qual seria o modelo ideal?
- Qual a importância dos partidos políticos e da arena legislativa para a representação dos interesses empresariais/ dos trabalhadores?
- E como avalia experiências como a das Câmaras Setoriais?
- Como se posiciona em relação aos seguintes aspectos:
 - i. contribuição sindical obrigatória
 - ii. unicidade sindical
 - iii. intermediação estatal das relações entre capital e trabalho
 - iv. justiça do trabalho

VII. Perspectivas para a indústria do petróleo

Principais acontecimentos no governo de Fernando Henrique Cardoso – 1995-2001

Mês/ano	Principais Acontecimentos
01/1995	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Posse de Fernando Henrique Cardoso. ▪ Crise do México. ▪ Estréia oficial do Mercosul. ▪ Apresentação das propostas de reformas aos partidos aliados.
02/1995	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Apresentação das emendas que acabam com o monopólio da distribuição do gás canalizado, da navegação de cabotagem, das telecomunicações e do petróleo e da que equipara as empresas nacionais e estrangeiras. ▪ Ajuda do governo americano ao México.
03/1995	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Apresentação da emenda da reforma da previdência. ▪ Ajuste desastrado na política de câmbio – em resposta à crise mexicana – leva a perda de US\$ 7 bilhões das reservas cambiais. ▪ Anúncio da inclusão da Vale do Rio Doce nas privatizações e fim da reserva de mercado no setor bancário. ▪ Manifestação de 10 mil pessoas em Brasília contra as reformas.
04/1995	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Governo enfrenta primeiras dificuldades no Congresso para aprovação das reformas. ▪ Aprovação do fim do monopólio para distribuição de gás canalizado.
05/1995	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Greves no funcionalismo público. Greve dos petroleiros. Governo endurece com grevistas. ▪ Anúncio de projeto de flexibilização das leis trabalhistas. ▪ Ministro da Saúde, Adib Jatene, defende a volta do IPMF para financiar a saúde. ▪ Anúncio da lei que reconhece como mortos os desaparecidos do regime militar.
06/1995	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Fim da greve dos petroleiros. ▪ Fim do monopólio estatal do petróleo aprovado pela Câmara. ▪ Fim do reajuste automático dos salários. Livre negociação.
07/1995	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Privatização da Ecelsa. ▪ Acirramento da guerra tributária entre os Estados.
08/1995	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Promulgação das emendas que acabam com o monopólio da distribuição do gás canalizado, da navegação de cabotagem e das telecomunicações e da que equipara as empresas nacionais e estrangeiras. ▪ Apresentação da emenda da Reforma Administrativa. ▪ Intervenção do Banco Central no Banco Econômico.
09/1995	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Aprovada lei que reconhece morte dos desaparecidos políticos. ▪ Recessão e desempregam ameaçam a economia. ▪ Aumento do consumo de frango – indicador do sucesso do Plano Real.
10/1995	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Discussões sobre o valor da Vale do Rio Doce. ▪ Envio de projeto de reforma do ensino básico para o Congresso. ▪ Transferência da gestão da Via Dutra para a iniciativa privada.

11/1995	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Promulgação da emenda que acaba com o monopólio do petróleo. ▪ Criação do Proer. ▪ Movimentação de Fernando Henrique Cardoso para aprovar emenda da reeleição. ▪ Crise no Banco Nacional. Compra pelo Unibanco. ▪ Crise no governo. Grampo no telefone de Júlio Cesar Gomes dos Santos, chefe do cerimonial da Presidência e amigo de Fernando Henrique Cardoso. Uso do cargo para vantagens pessoais. Caso Sivam.
12/1995	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Escândalo da Pasta Cor de Rosa. ▪ Caso Sivam.
01/1996	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Venda do Banco Econômico ao Excel. ▪ Vicentinho, presidente da CUT, apóia reforma da previdência.
02/1996	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Mudança na banda cambial. Ultrapassada barreira de 1 para 1. ▪ Acordo entre FIESP e Força Sindical, desconsiderando CLT. ▪ Anúncio do crescimento de 4,2% do PIB em 1995. Índice acima das expectativas. ▪ Anúncio da existência de fraudes no balanço do Banco Nacional desde 1986.
03/1996	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Privatização da RFFSA – Malha Oeste. ▪ Criação da CPI dos bancos. Crise entre Fernando Henrique Cardoso e José Sarney. CPI posteriormente arquivada. ▪ Vicentinho oficialmente fora das negociações para aprovação da reforma da previdência. ▪ Anúncio de prejuízo de R\$ 4,2 bilhões do Banco do Brasil em 1995, resultado de um balanço transparente. ▪ Aprovação de reforma parcial da previdência em primeiro turno.
04/1996	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Fim do tabelamento dos preços dos combustíveis. ▪ Fernando Henrique Cardoso se declara favorável à reeleição. ▪ Massacre de Eldorado dos Carajás. ▪ Sinais preocupantes na economia: PIB em queda, crescimento da dívida pública, déficit fiscal, aumento no nº de falências e de cheques sem fundos. ▪ Reforma ministerial. Criado novamente o Ministério da Reforma Agrária.
05/1996	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Privatização da Light. ▪ Governo envia MP que cobra contribuição de aposentados da união, medida rejeitada anteriormente. ▪ Aprovação de projeto que regulamenta concessões dos serviços de telefonia celular. Abertura ao capital privado. ▪ Manifestação de empresários em Brasília. Apoio às reformas, mas críticas à política de câmbio e de juros altos.
06/1996	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Privatização da RFFSA – Malha Centro-leste. ▪ Disputas internas no governo pela instituição do CPMF. ▪ Venda da Metal Leve. ▪ Tentativa fracassada de greve geral convocada pela CUT e pela Força Sindical. ▪ Morte de PC Farias.
07/1996	<ul style="list-style-type: none"> ▪ CPMF aprovada na Câmara. ▪ Crise no Bamerindus. ▪ Anúncio de déficit de R\$ 20 bilhões em fundos de pensão de estatais. ▪ Aprovada no Senado lei que autoriza empresas privadas, inclusive estrangeiras, a explorar banda B de telefonia celular.

08/1996	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Governo anuncia plano de socorro aos bancos estatais. ▪ Desentendimentos entre Fernando Henrique Cardoso e Itamar Franco, devido à emenda da reeleição.
09/1996	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Privatização da RFFSA – Malha Sudeste.
10/1996	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Utilização da urna eletrônica nas eleições municipais. ▪ Governo lança plano de demissões voluntárias para reduzir em 20 mil número de funcionários públicos federais.
11/1996	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Privatização da RFFSA – Malha Tereza Cristina. ▪ Realização do primeiro provão. Protestos dos estudantes.
12/1996	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Privatização da RFFSA – Malha Sul. ▪ CPI dos precatórios. ▪ Aprovada na Câmara lei que cria contrato temporário de trabalho.
01/1997	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Posse dos novos prefeitos. ▪ Início das votações da emenda da reeleição. Governo enfrenta dificuldades no Congresso. ▪ Anúncio de déficit comercial de US\$ 5,5 bilhões em 1996. Expectativa de déficit também em 1997.
02/1997	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Emenda da reeleição aprovada na Câmara. ▪ ACM eleito presidente do Senado e Michel Temer na Câmara – vitória do Governo. ▪ Nervosismo no mercado – real sobrevalorizado.
03/1997	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Descobertas da CPI dos precatórios envolvem governador de Santa Catarina, Paulo Afonso Vieira, de Alagoas, Divaldo Suruagy, de Pernambuco, Miguel Arrais, e Celso Pitta, prefeito de São Paulo. ▪ Intervenção no Bamerindus. Compra pelo HSBC.
04/1997	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Marcha dos Sem-Terra até Brasília. ▪ Manifestações contra a venda da Vale do Rio Doce. Disputa judicial adia venda.
05/1997	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Privatização da Vale do Rio Doce. ▪ Apitação da oposição na Câmara para impedir votação da reforma administrativa. ▪ Denúncia de compra de votas para aprovar reeleição.
06/1997	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Promulgação da emenda da reeleição. ▪ Câmara aprova Lei Geral das Telecomunicações. ▪ Início das greves das PMs.
07/1997	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Privatização RFFSA – Malha Nordeste. ▪ Leilão para concessão da banda B da telefonia celular em São Paulo. ▪ Câmara aprova reforma administrativa. ▪ Crise na Tailândia – início da crise asiática.
08/1997	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Gustavo Franco assume presidência do Banco Central. ▪ Leilão para concessão da banda B da telefonia celular no interior de São Paulo e Nordeste. ▪ Novo Código Nacional de Trânsito.
09/1997	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Arrendamento do Porto de Santos (Codesp). ▪ Fernando Henrique Cardoso aponta aumento de vendas de dentaduras como sinal do sucesso do Plano Real.
10/1997	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Reforma da previdência aprovada no Senado ▪ Ministério das Comunicações anuncia regras para privatização do sistema Telebras. ▪ Crise asiática. Queda de 10% na bolsa de Hong Kong derruba bolsas de todo o mundo. ▪ Aumento das taxas de juros de 20% para 43%.

11/1997	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Instalação da Anatel. ▪ Economia brasileira ameaçada pela crise asiática. ▪ Governo anuncia pacote de fiscal – “pacote 51” – para produzir redução de gastos de R\$ 20 bilhões até o final de 1998. ▪ Aprovação da reforma administrativa na Câmara.
12/1997	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Privatização do Banco Meridional. ▪ Agravamento da crise na Coreia.
01/1998	<ul style="list-style-type: none"> ▪ David Zylbersztajn assume diretoria-geral da ANP. ▪ Agravamento da crise asiática – Indonésia quebrada.
02/1998	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Acirramento da crise asiática. Expectativa de reflexos negativos no Brasil.
03/1998	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Convenção do PMDB define apoio à reeleição de FHC. Derrota de Itamar. ▪ MST invade prédios públicos de 10 capitais do país. ▪ Incêndio em Roraima. Governo demorou a tomar qualquer iniciativa.
04/1998	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Recuperação da bolsa de valores. ▪ Morte de Sérgio Motta. ▪ Morte de Luis Eduardo Magalhães.
05/1998	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Arrendamento do Cais de Capuaba e do Cais de Paul (Codesa). ▪ Seca no Nordeste. ▪ Manifestação do PT em Brasília contra o desemprego. Violência. ▪ Crise financeira na Rússia.
06/1998	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Promulgação da emenda da reforma administrativa.
07/1998	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Privatização das empresas do Grupo Telebrás. Venda teve ágio de 63,7% sobre o preço mínimo.
08/1998	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Moratória Russa.
09/1998	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Privatização da Gerasul. ▪ Arrendamento do Porto de Sepetiba (CDRJ). ▪ Fuga de dólares no Brasil e queda nas bolsas, conseqüências da crise Russa. Aumento da taxa de juros para 50%.
10/1998	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Governo anuncia novo pacote fiscal. ▪ Reelection de FHC no primeiro turno.
11/1998	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Privatização da RFFSA – Malha Paulista (Fepasa). ▪ Arrendamento dos Portos do Rio de Janeiro e Angra dos Reis (CDRJ). ▪ Crise do grampo no BNDES, sobre interferência de membros do governo na formação dos consórcios para privatização da Telebras. ▪ Novo acordo com o FMI, de US\$ 41 bilhões.
12/1998	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Promulgação da emenda da reforma da previdência.
01/1999	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Itamar Franco decreta moratória. ▪ Francisco Lopes assume presidência do BC no lugar de Gustavo Franco ▪ Mudança na política cambial – dólar flutuante.
02/1999	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Armínio Fraga assume presidência do BC ▪ Revisão do acordo com o FMI. Aumento da meta de superávit primário. ▪ Escândalo Marka/Fonte Cindam. BC utiliza R\$ 60 milhões para evitar que bancos quebrassem com mudança cambial.
03/1999	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Adoção das metas de inflação.
04/1999	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Escândalo do caso Marka. Alberto Cacciola insinua que recebia informação privilegiadas do BC. Francisco Lopes sob suspeita. ▪ Melhora nos indicadores econômicos.
05/1999	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Criação da CPI dos bancos.
06/1999	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Privatização da Datamec. ▪ Leilão do primeiro lote de áreas para exploração de petróleo.

07/1999	▪ Mudança no sistema de ligações DDD gera caos na telefonia.
08/1999	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Crise Brasil-Argentina – restrição a entrada de produtos brasileiros na Argentina. ▪ Dólar volta a subir. ▪ Marcha da oposição a Brasília. Movimento Fora FHC, contra a política econômica, pelo rompimento com o FMI e pela CPI da privatização do sistema Telebras.
09/1999	
10/1999	▪ Dólar sobe, inflação ameaça.
11/1999	▪ CPI do Judiciário descobre envolvimento do senador Luiz Estevão com fraude na obra do TRT de São Paulo.
12/1999	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Arrendamento do Porto de Salvador (Codeba). ▪ Governo pára andamento da Reforma Tributária na Câmara.
01/2000	
02/2000	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Lei de responsabilidade fiscal aprovada na Câmara. ▪ ACM defende a criação de fundo de combate à pobreza.
03/2000	▪ Recrudescimento da crise comercial Brasil-Argentina.
04/2000	▪ Problemas na festa dos 500 anos. PM reprime índios e Sem Terra.
05/2000	▪ Guerra de liminares na privatização do Banespa.
06/2000	▪ Senador Luiz Estevão tem mandato cassado.
07/2000	▪ Escândalo Eduardo Jorge. Uso de influência em negócios envolvendo o governo.
08/2000	
09/2000	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Justiça manda corrigir saldos do FGTS por perdas referentes aos planos Verão e Collor I. ▪ Crise no abastecimento de energia elétrica.
10/2000	▪ Aprovação da Lei de Responsabilidade Fiscal.
11/2000	▪ Privatização do Banespa. Vendido para o banco espanhol Santander.
12/2000	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Congresso divulga relatório final da CPI do Narcotráfico. ▪ Briga entre ACM e Jader Barbalho.
01/2001	▪ Disputa pela presidência da Câmara e do Senado.
02/2001	▪ Jader Barbalho eleito presidente do Senado e Aécio Neves da Câmara.
03/2001	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Divulgação de conversa entre ACM e procuradores. Denúncias de corrupção no governo e conhecimento da lista de votação da cassação de Luiz Estevão. ▪ Ministros ligados a ACM demitidos do governo. ▪ Morte de Mário Covas ▪ Acidente com a plataforma P-36 da Petrobras.
04/2001	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Acordo entre governo e centrais sindicais para pagamento da correção do FGTS. ▪ Denúncia de irregularidades na Sudam. Envolvimento de Jader Barbalho. ▪ Crise de energia. Racionamento e ameaça de apagão. ▪ Laudo comprova violação do painel do Senado. ACM e José Roberto Arruda envolvidos.
05/2001	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Denúncia de envolvimento do ministro da Integração Nacional, Fernando Bezerra, em irregularidades na Sudene. ▪ Governo barra CPI da corrupção. ▪ Governo divulga regras para racionamento de energia. ▪ Renúncias de José Roberto Arruda e ACM.
06/2001	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Crise na Argentina. ▪ Crise cambial no Brasil.

07/2001	<ul style="list-style-type: none">▪ Jader Barbalho se afasta da presidência do Senado.▪ Novo acordo com o FMI.
08/2001	<ul style="list-style-type: none">▪ Novas denúncias contra Jader Barbalho.
09/2001	<ul style="list-style-type: none">▪ Congresso aprova emenda que regulamenta uso das medidas provisórias.
10/2001	<ul style="list-style-type: none">▪ Renúncia de Jader Barbalho.
11/2001	<ul style="list-style-type: none">▪ Câmara dos Deputados aprova emenda que põe fim à imunidade parlamentar em casos de crimes comuns.
12/2001	<ul style="list-style-type: none">▪ Aprovação na Câmara dos Deputados da Flexibilização das Leis Trabalhistas.▪ Privatização do BEG.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)